

ISSN 1806-6755

Revista NERA n. 5

Jul/Dez. 2004



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

Dimensões da Questão Agrária e do Território

unesp 

Revista NERA

Dimensões da Questão Agrária e do Território

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2004

Revista NERA

Coordenação de Publicação

Bernardo Maçano Fernandes
Anderson Antonio da Silva
Eduardo Paulon Girardi

Editores

Anderson Antonio da Silva
Eduardo Paulon Girardi

Conselho Editorial

Antônio Thomaz Júnior – UNESP/Campus de Presidente Prudente
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP/ São Paulo
Cliff Welch - Grand Valley State University- Michigan/ EUA
Emília Moreira - UFPB/Campus de João Pessoa
João Edmilson Fabrini - UNIOESTE/ Campus de Marechal Candido Rondon
João Rua - UERJ/ Rio de Janeiro
Júlio César Suzuki - USP/ São Paulo
Marta Inês Marques - USP/ São Paulo
Paulo Alentejano - UFF/ Niterói
Rosa Medeiros - UFRGS/Campus de Santa Maria
Rosemeire Aparecida de Almeida - UFMS/Campus Três Lagoas
Valéria De Marco - UFPB/Campus de João Pessoa

Endereço:

Rua Roberto Simonsen, 305, Presidente Prudente – SP – CEP 19060-900
Departamento de Geografia - Sala 19
Fone: (18) 229-5388 - ramal 5552
e-mail: nera@prudente.unesp.br

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n.1., 1998. Presidente Prudente: Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP.

1998 - ano 1, n. 1, n. 2
1999 - interrompida
2000 - ano 3, n. 3
2001 - interrompida
2002 - interrompida
2003 - interrompida
2004 - ano 7, n. 4
2004 - ano 7, n. 5
Semestral

ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/ UNESP

Sumário

| | |
|-----|--|
| 1 | AGRONEGÓCIO: A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA QUE GERA EXCLUSÃO PELA PRODUTIVIDADE Antônio Canuto |
| 13 | CULTURA, TRABALHO E LUTAS SOCIAIS ENTRE TRABALHADORES AGRO-EXTRATIVISTAS DO RIO VALPARAÍSO NA AMAZÔNIA ACREANA Gerson Rodrigues de Albuquerque |
| 35 | DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AOS SÓCIOESPACIAIS E SÓCIOTERRITORIAIS: UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO DOS “MOVIMENTOS” PELA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA Achiles Lemos Neves |
| 43 | IMPACTOS DA REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS NOVOS MODELOS DE ASSENTAMENTOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO Renata Gonçalves |
| 56 | MEMÓRIA E ATUALIZAÇÃO DE SENTIDOS EM TRÊS ATOS DO DISCURSO JORNALÍSTICO Lucília Maria Sousa Romão |
| 63 | O CAMPONÊS NAS ANÁLISES DE ROUSSEAU, MICHELET E MARX: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS Priscilla Bagli |
| 73 | O MÉTODO DO DISCURSO Domingos José de Almeida Neto |
| 86 | O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA TERRA NO ACRE: CONQUISTAS E RETROCESSOS Elder Andrade de Paula |
| 102 | PEASANTS AND GLOBALIZATION IN LATIN AMERICA: A SURVEY OF RECENT LITERATURE Cliff Welch |
| 113 | POLÍTICA COMPENSATÓRIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS COMO NEGAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA Horacio Martins de Carvalho |

Apresentação

Em 2005 o NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária completa oito anos de existência. Fundado em 1998 pelo Geógrafo Bernardo Mançano Fernandes com o objetivo de ser um espaço de pesquisa a respeito da questão agrária, o NERA foi pouco a pouco crescendo e inserindo-se no espaço acadêmico da Geografia brasileira.

Atualmente 32 pesquisadores são vinculados ao NERA e desenvolvem seus trabalhos a partir de seis linhas de pesquisa, sejam elas: desenvolvimento territorial, espacialização e territorialização da luta pela terra; impactos socioterritoriais; mapeamento da representação documental da história da luta pela terra; movimentos camponeses: espacialização, territorialização e mundialização; território do saber: estudos das teorias e do ensino de Geografia. Além dos trabalhos individuais, também são desenvolvidos no NERA três projetos coletivos: O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, o RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais e o Via Campesina.

Tanto o crescimento do NERA quanto a consolidação de seus projetos de pesquisa coletivos devem-se sem nenhuma sombra de dúvida ao trabalho entusiasmado e profícuo desenvolvido por todos que fazem e fizeram parte deste espaço de construção do conhecimento.

A pluralidade de temas abordados na Revista NERA nº 5 reflete a heterogeneidade das dimensões da realidade estudada pelos pesquisadores do NERA em seus trabalhos, seja na graduação, bacharelado, mestrado ou doutorado. Reflete o esforço coletivo destes pesquisadores na construção das condições necessárias ao desenvolvimento de projetos de pesquisas em diversas escalas e o desafio de entender as redefinições do mundo contemporâneo frente ao encolhimento dos tempos sociais e temporalidades na transformação de espaços e territórios. Por essa razão, dedicamos a Revista NERA nº 5, a todos que de alguma forma e em algum momento contribuíram para construção dessa realidade, desse território de construção do saber chamado NERA.

Neste momento, editamos o número 5, ano 7, da Revista NERA. O propósito de semestralizar esta publicação já chega ao seu primeiro ano. Estamos no segundo semestre de 2005 e mais um número da revista é editado.

O principal objetivo da Revista NERA é fomentar os debates acerca de temas geográficos em todos os lugares em que se fala e se respira Geografia (cursos de graduação, pós-graduação, grupos de estudos, institutos de pesquisa e instituições de caráter público ou privado).

Este número, voltado à compreensão das dimensões da questão agrária e do território, conta com a contribuição de vários autores que buscam divulgar suas idéias e aquecer o debate na Geografia. O leitor poderá confirmar a presença de um autor estrangeiro, pesquisador do NERA Cliff Welch, que realiza em seu artigo um levantamento sobre a ocupação territorial da literatura internacional sobre o campesinato.

Os autores brasileiros também mostram suas contribuições igualmente importantes. Entre eles destacamos dois estudiosos diretamente ligados a movimentos socioterritoriais do campo brasileiro. São eles Antônio Canuto - Secretário Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que realiza uma leitura crítica sobre a exclusão gerada pelo agronegócio brasileiro e Horácio Martins de Carvalho - Assessor da Via Campesina, que discute o caráter compensatório da implantação dos assentamentos rurais, como negação da reforma agrária.

Em geral todos os autores dão contribuições que analisam importantes dimensões da questão agrária, que vão desde aspectos culturais, abordados por Gerson Rodrigues de Albuquerque; da socioespacialidade e socioterritorialidade estudados por Achiles Lemos Neves; das relações de gênero por Renata Gonçalves; da representação jornalística por Lucília Maria Sousa Romão; das diferenciações de leituras feitas sobre o campesinato de Priscilla Bagli; sobre os métodos do discurso por Domingos José de Almeida Neto; e sobre conquistas e retrocessos dos movimentos sindicais no Acre de Elder Andrade de Paula.

Finalmente, é importante lembrar e agradecer aos membros do conselho editorial, que analisaram criticamente todos os artigos enviados para publicação e pelo trabalho de tradução realizado pelos Professores Cliff Welch e Oscar Sobarzo.

Anderson Antonio da Silva
Presidente Prudente, 29 de Agosto de 2005

Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade¹

Antônio Canuto

Secretário Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT

Correio eletrônico: canutocpt@cultura.com.br

Resumo: O agronegócio é apresentado como o modelo das atividades econômicas de sucesso. A ele se creditam os constantes superávits fiscais da balança comercial dos últimos meses. Ele, porém, se insere num grande processo de modernização conservadora. Por trás do avanço tecnológico e de produção se esconde a mesma estrutura fundiária e as mesmas relações de trabalho aqui estabelecidas desde a época colonial. O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da “moderna agricultura”. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência. No horizonte se desenha um cenário de crise, que se concretizada, a conta será paga por toda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Agronegócio, modernização conservadora, hegemonia ideológica, concentração de terra e renda, desemprego no campo.

Agro-negocio: la modernización conservadora que genera exclusión por la productividad

Resumen: El agronegocio se presenta como el modelo de las actividades economicas de sucesso. A él se creditam los supeeravits fiscales de la balanza comercial em los ultimos meses. El, contudo, esta dentro de um gan proceso de modernización conservadora. Por detrás del avance tecnológico e de producción se esconde la misma estructura fundiária e las mismas relaciones de trabajo que se implantaram en Brasil desde la epoca de su colonización. El agronegocio busca garantir la hegemonia ideológica, desplazando la atención del carácter concentrador y predador del latifundio para poner en su lugar la intensa productividad de la “moderna agricultura”. Pero, al contrario de lo que se alardea, el agronegocio hace crecer la concentración de la tierra y de la renta, hace crecer el desempleo, utiliza trabajo esclavo, alimenta la “grilagem” de tierras, es responsable por la creciente y desenfreada destrucción de la floresta amazonica y del Cerrado, causa efectos perversos en la salud humana y en sus huellas se veen conflictos y violencia. En el horizonte se dibuja un escenario de crisis, que si se tornar realidad, toda la sociedad brasileña pagara por ella.

Palabras-clave: Agronegocio, modernizacion conservadora, hegemonia ideológica, concentración de terra y de renta, desempleo en el campo.

¹ O presente texto é uma versão revista, ampliada e atualizada de “Agronegócio – exclusão pela produtividade”, publicado em Mutirão por um Novo Brasil – Temas em debate – 4ª Semana Social Brasileira (2004-2006) – CNBB, 2004.

Agribusiness: A Model of Conservative Modernization Generating Social Exclusion via Productivity

Abstract: Agribusiness presents itself in Brazilian society as a model of economic success. Agribusiness takes the credit for generating a constant series of economic surpluses in the balance of payments. Nonetheless, agribusiness is at the heart of a conservative modernization process in Brazil. Behind the mask of advanced technology and productivity hides the same land-domination structure and labor relations system established during colonial times. Agribusiness is a front designed to guarantee ideological hegemony by attracting attention to its intense productivity while distracting observers from noting its latifundio-like predatory and power-concentrating character. In contradistinction to the image it projects, agribusiness is responsible for promoting still more land and wealth concentration through enclosure and false titles and for generating unemployment and increasing slave labor. It is also responsible for encouraging environmental devastation in the Central Plateau and the deforestation of the Amazon Basin. It cuts a path of destruction damaging to human health and well-being, leaving behind the specter of conflict and violence. Agribusiness leaves for the future a scenario which, if turned concrete, will have to be paid for by all of Brazilian society.

Keywords: agribusiness, conservative modernization, ideological hegemony, land and wealth concentration, rural unemployment

Introdução

Os meios de comunicação quase diariamente apresentam à opinião pública nacional os grandes avanços e as grandes conquistas do agronegócio. É apregoado como o setor que melhor desempenho está tendo na economia brasileira e que tem garantido os constantes superávites na balança comercial brasileira. Além do bom desempenho no campo da economia, o agronegócio é apresentado como modelo da modernização. Tem conseguido constantes ganhos de produtividade nas lavouras, melhoramento genético de seus rebanhos com aplicação de tecnologia de ponta. O maquinário e os implementos agrícolas são de última geração. Seus tratores estão equipados com aparelhos que vão indicando, a cada metro do terreno, a qualidade do solo e a quantidade de fertilizantes e de sementes necessárias. Também se alardeia que o agronegócio está gerando um sem-número de empregos no campo.

As feiras agropecuárias são a vitrine onde todas as maravilhas e conquistas da tecnologia são apresentadas para deslumbramento dos brasileiros. Em quase todas elas, a presença do presidente da República é uma constante a mostrar que esta é uma das prioridades da atual política do governo.

O que se esconde por trás de todos os discursos que colocam o agronegócio no mais alto patamar da economia brasileira?

Novo nome para uma velha estrutura Busca da hegemonia

Segundo o (FERNANDES, 2004), “o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.” O agronegócio mudou o enfoque dos problemas gerados pelo latifúndio. Enquanto “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. Ampliou o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais... Outra construção ideológica do agronegócio é

convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país².

Um grande avanço para ficar no mesmo lugar Modernização conservadora

Os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras tem apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. Para (GONÇALVES, 2003) com base na análise dados da violência do Caderno de Conflitos, esta contradição resulta da “colonialidade do poder (e do saber) que comanda nossa formação social.” Segundo ele, “o melhor indicador dessa colonialidade se faz sentir na própria idéia de modernização que, sempre, aparece justificando e legitimando a re-produção das relações sociais e de poder no Brasil do que, talvez, o melhor exemplo hoje seja a expansão do agronegócio, tanto na região Centro-Oeste, como em Rondônia, ao longo da Cuiabá-Santarém, em Tocantins e no Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Oeste da Bahia. Como os dados indicam, a violência continua subjacente estruturando as relações sociais e de poder.

O que talvez esses dados atualizem, sejam as práticas que historicamente sempre fizeram do Brasil um território moderno, como já o eram os engenhos dos séculos XVI e XVII, os mais modernos que havia no mundo à época. Eram tão modernos como o são os elevados níveis de produtividade com pivôs centrais, sementes selecionadas, solos corrigidos e máquinas agrícolas computadorizadas que, hoje, fazem a moderna e violenta paisagem do Brasil Central e da Amazônia³. Afinal, hoje se mata e desmata nos Cerrados e na Amazônia, do mesmo modo que, ontem, matou-se e desmatou-se na Mata Atlântica e nas Matas de Araucária, contra as populações originárias, quilombolas e camponeses de diversos matizes – seringueiros, ribeirinhos, retireiros (Araguaia), vazanteiros (São Francisco), geraizeiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre tantos.

O que, talvez, os dados sobre a violência contra a pessoa no campo venham nos ensinar é que a modernidade tem sido um poderoso meio de colonização e que, na verdade, é a moderno-colonialidade que vem caracterizando nossa formação social nos oferecendo mais do mesmo, sempre. Enfim, em nome da modernidade nos colonizam por meio da colonialidade do pensamento e da violência, prática com que abre caminho para o (seu) progresso. É preciso ir além da modernidade colonial. Afinal, quantas vidas vêm sendo ceifadas em seu nome?”⁴

² Fernandes, Bernardo Mançano, op.cit.

³ - Ver Porto-Gonçalves, Carlos Walter, 2001, *Amazônia, Amazônias*, ed. Contexto, São Paulo.

⁴ Porto-Gonçalves, Carlos Walter, 2004 – Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003, in *Conflitos no Campo Brasil 2003 - Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2004*

Para cada emprego gerado, 11 lavradores expulsos

O que a mídia, porém, não divulga são as consequências da expansão vertiginosa do agronegócio, notadamente da soja, em nosso País.

Ao contrário do que apregoa, o agronegócio gera poucos empregos, além de promover a concentração da terra e de expulsar os trabalhadores do campo.

Segundo os dados estatísticos do Incra (2003), as pequenas propriedades, com menos de 200 hectares, somam 3.895.968 imóveis. Elas ocupam uma área de 122.948.252 hectares e absorvem 95% da mão-de-obra do campo e ainda assalariam 994.508 pessoas. As médias propriedades, com 200 a 2000 hectares, 310.158 imóveis, ocupam 164.765.509 hectares. Absorvem 4% do pessoal ocupado (565.761 pessoas) e assalariam 1.124.356 pessoas. Já as propriedades acima de 2000 hectares são só 32.264 e ocupam 132.632.500 hectares. Estas absorvem o trabalho de 45.208 pessoas (0,3%) e assalariam outras 351.942⁵. Estes números são por si só esclarecedores e mostram como a propaganda quer nos fazer engolir algo diferente da realidade.

Segundo P. Fearnside, professor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a soja gera somente um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao seu alto grau de mecanização. As fazendas, sobretudo as de produção da soja no cerrado, para serem rentáveis, necessitam de uma área cultivada mínima em torno de 1.000 ha, provocando uma concentração extrema de terras e de renda. A introdução do cultivo da soja no sul foi responsável por uma diminuição considerável das propriedades familiares. A soja deslocou pequenos produtores de milho, feijão, de outros cultivos de alimentos básicos e café na região sul. Para cada trabalhador que encontrou emprego no cultivo da soja, 11 agricultores foram deslocados. Como resultado, 2,5 milhões de pessoas abandonaram as áreas rurais no Paraná nos anos 70, declinando o número de propriedades rurais em 109.000 no Paraná e em 300.000 no Rio Grande do Sul⁶.

Hoje, o mesmo processo está acontecendo nas regiões Norte e Nordeste do país com a expulsão de populações nativas. Em Santarém, PA, dois povoados já desapareceram depois da chegada dos plantadores de arroz e soja. No Mato Grosso, maior Estado produtor de soja, a área de cultivo aumentou de 56.000 ha, em 1980, para 4,5 milhões de ha, em 2002/03. As fazendas com mais de 10.000 hectares que em 1980 eram 643, passaram a 767 em 1996, ampliando a área de 17,8 milhões para 20,6 milhões de ha. Durante o mesmo período, o número de propriedades com menos de 10 ha diminuiu de 23.902, para 9.801⁷.

Em Campos Lindos, TO, mais de 100 famílias de posseiros e de pequenos fazendeiros, alguns com mais de 80 anos de posse na terra, tiveram suas áreas desapropriadas, em 1998, pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) para serem assentados grandes produtores de soja, amigos do governador Siqueira Campos dentro da ampliação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado - Prodecer⁸.

⁵ Dados organizados pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), com base nos dados estatísticos do Incra (cadastro 2003) e do IBGE (Censo Agropecuário – 1995-1996,

⁶ Fearnside, P. M.: Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. Em: Environmental Conservation 28 (1), Cambridge/ Newcastle, 2001, pp. 24-28, apud Bickel, Ulrike, "Brasil: Expansão da Soja, Conflitos Sócio-Ecológicos e Segurança Alimentar". Tese de Mestrado em Agronomia Tropical, defendida na Faculdade de Agronomia da Universidade de Bonn, Alemanha., Bonn, 2004, pg. 66. A autora pesquisou, durante meses, a expansão da soja no Brasil e traz uma valiosa contribuição para a compreensão de toda a problemática do avanço do agronegócio em nosso país. A CPT está agenciando, a publicação deste trabalho. .

⁷ Almeida, E.: Latifúndios dominam 82 % das terras em MT e êxodo rural continua. Em: 24 Horas News,

14.09.2003. www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=82282. Dados do Censo agropecuário do IBGE. Apud Bickel, Ulrike – op. cit. pg 67.

⁸ A revista Época do 12.03.2001 traz a lista das pessoas que receberam terras no projeto Prodecer. O ex-presidente da Infraero Adyr da Silva (1.541 ha), o senador Casildo Maldaner (PMBD Santa Catarina, 1.550 ha), Tiago Bergonsi Turra, filho do ex-ministro da Agricultura Francisco Turra (1.188 ha), o ex-ministro da Agricultura Dejandir Dalpasquale e seu filho Luiz Otavio (3.400 ha), e a

Também no Tocantins, o Projeto Sampaio, de irrigação da soja, ameaça expulsar indígenas, assentados pela Reforma Agrária e quebradeiras de coco babaçú, que correm o risco de perder o acesso às reservas extrativistas. Segundo a associação “Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins”, APA-TO, neste projeto está previsto o investimento de R\$ 30.423.450,00 que vai gerar apenas 176 empregos diretos (R\$ 172.860, cada emprego). O mesmo investimento aplicado no Proambiente, uma proposta de programa de desenvolvimento da produção familiar, construída pelas organizações dos agricultores familiares, extrativistas e pescadores, poderia beneficiar 1.382 famílias, a um custo R\$ 22.000,00, gerando 4.147 empregos diretos, sem desapropriar nenhuma família⁹.

Ainda hoje o número de empregos no campo continua caindo. O jornal Folha de São Paulo, de 12/09/04, traz matéria com o título “Mecanização engorda fileira de sem-terra”, assinada por Tiago Ornaghi que mostra exatamente que a modernização do agronegócio está gerando uma onda de desempregados que vai engrossar os acampamentos de sem-terra, país afora. Segundo o gerente da Agência Rural de Goiás, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás, Ernani Lopes Sobrinho, neste ano de 2004, 3.095 famílias deixaram o emprego em fazendas e foram para acampamentos. Em consequência disto o número de famílias acampadas aumentou no Estado de 6.500 para 10.465.

O prefeito de Acreúna, pequena cidade de Goiás, Wander Carlos de Souza, é o maior produtor individual de algodão do país. Em maio deste ano, demitiu 2.000 trabalhadores depois de ter adquirido 18 colheitadeiras em uma feira agropecuária de Ribeirão Preto (SP). Os trabalhadores, agora acampados nas beiras das estradas, aproveitam para recolher o “restolho”, as sobras que ficam no chão depois que as máquinas passam.¹⁰

Trabalho escravo

A mais avançada tecnologia anda junto com relações de trabalho atrasadas, inclusive com utilização de mão-de-obra em condições análogas à do trabalho escravo. Crescem as denúncias de prática de trabalho escravo em fazendas de cana-de-acúcar no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Nordeste. No Pará, a abertura de novas áreas, muitas delas grilladas, continua a ser feita com mão-de-obra escrava.

O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho libertou, em junho de 2004, 120 trabalhadores em quatro fazendas, no município de Campo Novo do Parecis, MT. Segundo o procurador do trabalho Eder Sivers, que acompanhou a ação, os integrantes do grupo móvel ficaram surpresos com o contraste visto nas propriedades. “Vimos a alta tecnologia que empregam no campo: colheitadeiras e tratores modernos equipados com GPS, muitos ainda nem tinham sido usados; mas não dá para entender o tratamento dispensado aos trabalhadores. Eles ocupavam alojamentos improvisados no meio do mato, sem a menor condição de higiene e segurança e sem a possibilidade de deslocamento”¹¹.

No Mato Grosso, as denúncias de trabalho escravo se sucedem. Segundo a Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT, desde janeiro até o início de agosto de 2004, foram denunciados 16 casos de propriedades com exploração de trabalho escravo, envolvendo 582 trabalhadores. Nove delas foram fiscalizadas, tendo sido libertados 253 trabalhadores.

Até final de junho, o Grupo Móvel teve atuação muito forte e a imprensa dava boa cobertura às ações. Segundo a CPT de Mato Grosso, o Governador, Blairo Maggi, em audiência com o Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, teria mostrado a ele que a

Presidente da Federação da Agricultura do Tocantins (FAET), a deputada federal Kátia Abreu (1.263 ha). Apud Bickel, Ulrike, op.cit. pg 73

⁹ Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO): “Novo” Projeto Sampaio - O outro lado da mesma moeda. Augustinópolis, maio de 2003. Apud Bickel, Ulrike, op. cit. 2004 – pg. 73/74.

¹⁰ Folha de São Paulo – 12/09/04 pg B 8

¹¹ Grupo Móvel Liberta 120 Trabalhadores Escravizados no Mato Grosso – www.pgt.mpt.gov.br – notícia de 21/06/04

fiscalização estava criando uma imagem negativa do Estado e poderia prejudicar suas exportações. O senador Jonas Pinheiro, também do Mato Grosso, no dia 25 de agosto, procurou o ministro do trabalho, para pedir uma reavaliação das propriedades rurais que aparecem na lista suja das fazendas com exploração trabalho escravo. Segundo o senador “muitas dessas propriedades são consideradas modelo no Estado pela sua infra-estrutura e pela maneira como tratam seus funcionários; incluí-las nesta lista, considerada por todos como lista das propriedades que utilizam o trabalho escravo, foi um exagero, pois essa rotulação não apenas lhes impede de ter acesso ao crédito, mas também denigre sua imagem junto ao mercado nacional e internacional, o que prejudica seus negócios”.¹² A pressão está surtindo efeito. As denúncias já não recebem o pronto atendimento que antes recebiam. E a imprensa não tem noticiado as ações de fiscalização como vinha fazendo. Os interesses do agronegócio se sobrepõem de forma escancarada ao direito das pessoas. E o Ministério do Trabalho, na segunda quinzena de outubro, publicou Portaria, que permite que fazendeiros acusados de manter mão-de-obra escrava voltem a ter direito a financiamento bancário. A explicação do ministério é a de que os fazendeiros que tiverem durante dois anos “bom comportamento”, quer dizer não tiverem sido flagrados explorando mão-de-obra escrava, terão seus nomes excluídos da lista. O deputado Tarcísio Zimmermann, relator da Proposta de Emenda à Constituição que prevê a expropriação das fazendas onde houver trabalho escravo, a portaria atende aos interesses da bancada ruralista. “Essa era uma das exigências deles para aprovar o projeto”, disse ele..¹³

Grilagem alimentada

O agronegócio hoje também se torna responsável por uma crescente onda de grilagem de terras, um velho problema fundiário brasileiro.

O Instituto de Terras do Piauí (Interpi) levantou mais de 30 processos irregulares com grilagem de terras nos municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro e Bom Jesus – a região de maior expansão da soja no sudoeste piauiense. Segundo seus procuradores, “a grilagem é tão acintosa, que os grileiros estão oferecendo os cartões de visita para venda de terras na porta do fórum das cidades”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem, chegou à conclusão “que a área grilada na Amazônia Legal pode chegar a 100 milhões de hectares”

No Mato Grosso, o Defensor Público do Estado encontrou 464 imóveis registrados e matriculados em nome da União, num total de 6,6 milhões de ha. Depois de terem sido regularizados mais da metade, ainda existem cerca de 3,2 milhões de ha de terras da União ocupadas irregularmente por grandes fazendas.

Na região de Balsas, MA, onde a produção de soja explodiu nos últimos 30 anos, a terra já foi grilada muitas vezes por especuladores, como no caso do “Grupo De Carli”, que amedronta os pequenos agricultores derrubando suas casas e cercas e desmatando a vegetação dentro da área de assentamento do Projeto Rio Peixe. Este grupo com extrema facilidade consegue títulos de terra junto ao Instituto de Terras do Maranhão (Iterma). Enquanto isso, o assentamento Rio Peixe ainda espera a regularização fundiária definitiva de suas terras, seis anos após a sua criação (em 1997)¹⁴.

Empresários de Mato Grosso estão financiando melhorias na estrada, conhecida como Transiriri, no Pará, que corta ao meio a Terra Indígena Cachoeira Seca/Iriri e liga a

¹² Folha do Estado – Cuiabá – 27 de agosto de 2004 – Jonas pede perdão a ministro por fazendeiros escravocratas.

¹³ Correio Braziliense – Trabalho Escravo – Nome l8impo depois de dois anos – BRASÍLIA 28/10/04, pg 21

¹⁴ Bickel, Ulrike – “Brasil: Expansão da Soja, Conflitos Sócio-Ecológicos e Segurança Alimentar. Tese de Mestrado em Agronomia Tropical, defendida na Faculdade de Agronomia da Universidade de Bonn, Alemanha. Bonn, 2004, pg 71 a 73.

rodovia Transamazônica ao Rio Iriri, consolidando a entrada para a Terra do Meio, última fronteira agrícola do Pará. Porta aberta para a grilagem¹⁵.

O coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, apresentou no dia 21 de junho de 2004, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, dados sobre a venda de áreas públicas da Amazônia, inclusive para estrangeiros, pela Internet.. Sítios na internet oferecem terras, ao preço de US\$ 60,00 o hectare.

As pequenas propriedades são as que mais produzem

Os números disponíveis mostram que são as pequenas propriedades familiares as que mais produzem.

Dados organizados pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), com base nos dados estatísticos do Incra (cadastro 2003) e do IBGE (Censo Agropecuário 1995-1996), indicam que as pequenas propriedades, até 200 hectares, são responsáveis por 55% da produção de algodão, 75% do cacau, 70% do café, 51% da laranja, 85 % da banana, 74% da batata-inglesa, 78% do feijão, 99% do fumo, 60% do mamão, 92% da mandioca, 55% do milho, 76% do tomate, 61% do trigo, 97% da uva, 72% do leite, 79% dos ovos, 86% dos animais de médio porte, 85 % dos animais de pequeno porte e aves. A média propriedade só produz mais do que a pequena, cana-de-açúcar, 47%, soja 44%, arroz, 43%; bovinos 40%. Já a grande propriedade só produz mais que a pequena cana-de-açúcar, 33%¹⁶.

“Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores”, diz Bernardo Mançano¹⁷.

Cresce a área destinada ao agronegócio

A produção de alimentos está correndo sério risco, porque a área que lhe era destinada está sendo ocupada rapidamente para cultivo de produtos de exportação, principalmente a soja. A área agrícola total plantada aumentou de 48,6 milhões de hectares (1993) para 53,5 milhões de hectares (2002). Mas aí reside o problema. A área destinada à soja saltou de 10,6 milhões de hectares (1993) para 18,5 milhões em 2003. Enquanto isso a área destinada ao plantio do arroz baixou de 4,6 milhões de hectares em 1993 para 3,2 milhões em 2002; a do feijão de 4,7 para 4,3, da mandioca de 1,9 para 1,7. Só a área destinada ao trigo teve um ligeiro aumento de 1,5 para 2,06, enquanto que a destinada ao milho manteve-se praticamente igual 12,8 para 12,9.

A área destinada à soja, em 2002, representou 34,5% da área total cultivada, 18,5 milhões de hectares, num total de 53,5 milhões de hectares de área cultivada. Em 2001 eram 16,3 milhões de hectares¹⁸.

Apesar da diminuição das áreas destinadas aos demais produtos, não houve queda na produção devido à melhora dos índices de produtividade. Mas o crescimento da população está a exigir o aumento da produção de alimentos básicos. O Brasil hoje importa grande parte do trigo que consome e, ainda, arroz, milho, leite em pó entre outros produtos. É difícil entender que um país com a disponibilidade de terras agricultáveis, como o Brasil, importe alimentos da cesta básica.

O agronegócio agride o meio-ambiente

O agronegócio provoca consequências desastrosas ao meio-ambiente. Carrega na sua esteira o mais surpreendente e rápido desmatamento de que se tem conhecimento na

¹⁵ Feitosa, Tarcísio, Terra do Meio III, Tucumã, CPT Xingu, 2004..

¹⁶ Oliveira, Ariovaldo Umbelino – Barbárie e Modernidade: As transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil, USP, São Paulo, inédito, 2004.

¹⁷ Fernandes, Bernardo Mançano, op.cit.

¹⁸ Bickel, Ulrike, op. cit – inédito, 2004, pg 61.

história brasileira. Este desmatamento atinge dois biomas em especial, o Cerrado e a Floresta Amazônica.

Na região Norte, de 1500 a 1970 somente 2% da cobertura vegetal havia sido removida. Desde 1970 até hoje, 17% foi destruída. Os dados sobre desmatamento na Amazônia, publicados em junho de 2003, mostram que no ano de 2002 foram desmatados 2,55 milhões de ha. O Estado de Mato Grosso lidera o desmatamento, com 795.000 ha em 2002. Nos últimos 20 anos, 30 milhões de ha foram desmatados nesse Estado, para plantações de soja, algodão e milho, como também para pastagens. Isto representa quase a metade dos 75 milhões de hectares de floresta, cerrados ou áreas de transição existentes no Mato Grosso na década de 80, ou um terço do território estadual¹⁹.

O Ministério do Meio Ambiente apresentou um balanço revelando que em 2002, a área agrícola na Amazônia aumentou em 1,1 milhão de ha, sendo 70% por conta da expansão da área de soja, seguido por plantações de milho, arroz e café. Ironicamente, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que é também o maior produtor individual de soja do planeta, recomendou à Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, em julho de 2003, que ela “não se deixasse impressionar” com os mais recentes números sobre o avanço do desmatamento na Amazônia. “Estes 24 mil km² (= 2,4 milhões de ha) representam absolutamente nada diante da Amazônia. Esta região é um continente onde cabem todos os países da Europa”, disse ele²⁰.

O desmatamento nos Cerrados

O Cerrado, ecossistema que cobre um quarto do território brasileiro, é o mais ameaçado com o avanço do agronegócio. É qualificado como a savana mais rica do mundo, com 4.400 espécies endêmicas, num total de 10.000 espécies vegetais. Apenas 2% de seu território está protegido na forma de Unidades de Conservação. O Cerrado é a grande caixa d'água do país, de onde nascem alguns dos mais importantes rios.

Segundo a Agenda 21 brasileira “Cerca de um quarto de seus 220 milhões de hectares já foi incorporado à dinâmica produtiva, respondendo por grande parte da oferta de grãos e gado de leite e corte do país (p. 66)”²¹. Isto porque o custo do desmatamento do cerrado é menor e seu relevo favorece a mecanização. Além disso, o Código Florestal que exige que 80 % da cobertura original seja mantida na Floresta Amazônica, baixa esta exigência para 35% nos Cerrados dos nove Estados da Amazônia Legal. Fora da Amazônia esta porcentagem cai para 20%.

Desde 1970, o cultivo da soja nos Cerrados aumentou de 20 mil para 29 milhões de toneladas. Um crescimento de 1,4 %, para 58 % do total da produção de soja brasileira²².

Evolução da área plantada, produção e produtividade de soja e alimentos básicos no Brasil

| | Área plantada (milhões de hectares) | | Produção (milhões de toneladas) | | Produtividade (t/ ha) | |
|----------|-------------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| | 1993 | 2002 | 1993 | 2002 | 1993 | 2002 |
| Soja | 10,6 | 18,5 (2003) | 22,6 | 52,2 (2003) | 2,13 | 2,82 (2003) |
| Arroz | 4,6 | 3,2 | 10,1 | 10,5 | 2,2 | 3,28 |
| Feijão | 4,7 | 4,3 | 2,5 | 3 | 0,53 | 0,7 |
| Mandioca | 1,9 | 1,7 | 21,8 | 23,1 | 11,47 | 13,6 |
| Trigo | 1,5 | 2,06 | 2,2 | 2,9 | 1,47 | 1,4 |
| Milho | 12,8 | 12,9 | 30 | 43,5 | 2,34 | 3,37 |

Fonte: IBGE, CONAB.

¹⁹ Pinho, A.: Estado (MT) perdeu 50 % da área verde em 20 anos. Em: A Gazeta, Cuiabá, 22.06.2003, pp. 2-4 – apud Bickel, Ulrike, op. cit., pg 38

²⁰ A Gazeta, Cuiabá, 27.07.2003

²¹ Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional: Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional (Vol. 1) e Ações prioritárias (Vol. 2). Brasília, 2002, apud Bickel, Ulrike, op. cit. pg 41

²² Bickel, Ulrike, op. cit. pg 19

A saúde humana em perigo

O agronegócio é responsável pelo uso em altíssima escala dos mais variados tipos de agrotóxicos. A FAO, organismo das Nações Unidas para a alimentação, classifica o Brasil como o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do mundo²³. De 1978 a 1998, o consumo de herbicidas cresceu 540%. Atualmente, os gastos com pesticidas agrícolas no Brasil superam os US\$ 2,7 bilhões por ano. Segundo a EMBRAPA, em torno de 20 % dos custos totais de produção da soja (R\$ 1.000/ ha) são destinados a gastos com pesticidas.

A aplicação de tantos venenos na agricultura tem conseqüências muito sérias tanto sobre a saúde humana quanto sobre o meio-ambiente.

O Sistema de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), mantido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, órgão do Ministério da Saúde), relatou 5.127 casos e 141 óbitos (2,75 %) de intoxicação humana por agrotóxicos no Brasil em 2000. Este número, porém, está muito aquém do real. Segundo a Organização Mundial da Saúde para cada caso notificado de intoxicação, existem 50 outros não notificados. Seguindo este parâmetro, em 2000, mais de 250.000 pessoas teriam sido intoxicadas.

Uma pesquisa que durou três anos, feita por médicos e estudantes do Programa de Vigilância da Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos, da Unicamp, coordenada pelo professor Ângelo Trapé, apresenta dados alarmantes. A pesquisa concluiu que cerca de 1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras do campo, expostos ao contato prolongado com os agrotóxicos, estão contaminados e apresentam problemas renais, dermatológicos, neurológicos, hepáticos ou gastrointestinais. A pesquisa, feita na área metropolitana de Campinas, constatou que 7,5% dos trabalhadores apresentavam efeitos adversos relacionados à exposição prolongada aos venenos. “Se o índice é este nesta região onde os trabalhadores têm mais acesso à informação, poderá ser muito mais elevado em outras regiões do país onde o acesso às informações é muito menor”, diz o coordenador.

Contribuição crescente dos Cerrados à produção de soja no Brasil, de 1970 a 2003

| Ano | Produção (1.000 t) | | Participação dos Cerrados (%) | Rendimento (kg.ha ⁻¹) | |
|------|--------------------|----------|-------------------------------|-----------------------------------|----------|
| | Brasil | Cerrados | | Brasil | Cerrados |
| 1970 | 1.509 | 20 | 1,4 | 1.144 | 1.350 |
| 1975 | 9.893 | 434 | 4,4 | 1.699 | 1.330 |
| 1980 | 15.156 | 2.200 | 14,5 | 1.727 | 1.700 |
| 1985 | 18.278 | 6.630 | 36,3 | 1.800 | 1.950 |
| 1990 | 19.850 | 6.677 | 35,2 | 1.731 | 1.540 |
| 1995 | 25.934 | 12.586 | 48,5 | 2.221 | 2.180 |
| 2000 | 31.644 | 15.670 | 49,5 | 2.374 | 2.582 |
| 2003 | 49.647 | 28.866 | 58,1 | 2.765 | 2.945 |

Fonte: EMBRAPA Cerrados 2003, baseado em dados do IBGE e da CONAB.

Outra pesquisa, realizada em Pernambuco, indicou perda de audição em 63,8% de 98 pessoas que tinham contato com inseticidas. Também os suicídios podem estar ligados ao uso dos agrotóxicos, pois estes atingem o sistema nervoso central e provocam depressão.²⁴

César Augusto Sandri, professor de Ética da Faculdade de Agronomia de Mineiros, GO, relata que uma amiga sua, médica do Hospital Municipal da cidade de Chapadão do Céu, GO, cidade cercada por lavouras de soja, vem observando um número espantoso de nascimentos precoces naquela cidade. Ela suspeita que a causa seja o uso dos venenos

²³ Anon.: Relatório da FAO mostra que o Brasil é o 3º maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em: O Povo, Fortaleza, 04.05.2002. www.ibd.com.br/arquivos/saudexagrototoxicos/relatorioFAO.htm. - apud Bickel, Ulrike, op. cit – pg 49/50.

²⁴ “O Globo”, domingo, 29 de agosto de 2004. O jornal dedica três páginas a este tema.

nas lavouras de soja, que começam logo onde terminam as ruas da cidade. Em Mineiros, cidade vizinha de Chapadão, também tem-se observado o mesmo fenômeno com um agravante: ocorre grande número de abortos. O professor pesquisou o caso e encontrou no Jornal Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro 5/12/2003), matéria do jornalista Antonio Avellar que cita um estudo feito em Ontário, Canadá, que prova que o Glifosato está provocando abortos e nascimentos precoces nas famílias rurais daquela região. Testes realizados com ratos em laboratório comprovam estes fatos e demonstram alterações na quantidade e qualidade dos espermatozoides e um outro tanto de malefícios. O professor termina seu relato: “Se antes me preocupavam os transgênicos, agora eles me apavoram. O Glifosato (Round Up™), herbicida básico da soja e agora ainda mais da transgênica, nessa minha pesquisa não se mostrou esse produto inócuo à saúde humana e ambiental, que tentam vender.”²⁵

A aplicação de agrotóxicos em larga escala provoca também o desequilíbrio ambiental. Pequenos produtores, cercados por imensas áreas de monocultivos, sentem um aumento significativo de pragas, porque estas migram para as terras que não utilizam venenos²⁶.

Conflitos e violência, rastros do agronegócio

O caderno “Conflitos no Campo Brasil”, publicação da Comissão Pastoral da Terra, em sua edição de 2003, traz uma análise do prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense, UFF, que revela o que se esconde por trás dos dados registrados. Em 2003, o Centro-Oeste assume a liderança quanto ao maior número de pessoas envolvidas em conflitos, 26,09% do total, e em número de pessoas despejadas pelo poder Judiciário, 35,7% do total. Estes números adquirem um caráter ainda mais dramático se forem relacionados com a população rural de cada Estado. No Mato Grosso, por exemplo, os dados mostram um estonteante 40,8% de sua população rural envolvida em conflitos, 210.795 pessoas e um número equivalente a 6,2% da população rural do Estado tendo sofrido alguma ação de despejo, 32.275 pessoas. “Uma verdadeira operação de guerra”, diz o professor Carlos Walter. Com relação à violência do poder privado também é o Mato Grosso, com 9 pessoas assassinadas, que apresenta o maior índice de violência relativa, 7,6. O Pará, com 33 assassinados, fica com o índice de 6,9.

O professor elaborou um ranking da violência do poder público e do poder privado por Estado. Por ordem, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul são os que apresentam os índices mais elevados. Onde se dá a expansão da moderna agricultura empresarial aí cresce tanto a violência privada quanto a ação do poder Judiciário.²⁷

A CPT, tomando consciência dos efeitos nefastos do agronegócio, assim se expressou no documento final de sua assembléia de 2004: “O agronegócio concentra terras, águas e renda. Produz sim, a um custo sócio-ambiental altíssimo e predominantemente para a exportação, gerando divisas para uma elite privilegiada desde sempre. A irrigação de suas monoculturas consome 70% da água doce do País. Suas máquinas modernas, possantes, substituem a mão-de-obra no campo, num País cujo maior problema é o crescimento do desemprego.

O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes.

²⁵ Sandri, César Augusto – Efeitos dos Agrotóxicos na População de Goiás – in Fórum Articulação Soja – www.cebrac.org.br/forumnovo/casosrelatados.asp

²⁶ Bickel, Ulrike, op. cit., pg 50 a 55

²⁷ - Porto-Gonçalves, Carlos Walter. “Violência e Democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003” In Conflitos no Campo Brasil, 2003, Goiânia, 2004 – pg 9-26

Em nome da verdade e, sobretudo, em nome da solidariedade à população camponesa do nosso País, temos a obrigação de denunciar que o agronegócio não é a solução nem para a economia nacional nem para os problemas do campo brasileiro”.

Crise à vista?

A euforia em torno ao agronegócio já dá sinais de cansaço. A imprensa nas últimas semanas do mês de outubro, começa a mostrar que o tempo das vacas gordas parece estar chegando ao fim. O caderno de Economia do jornal O Estado de São Paulo, do domingo 24 de outubro, traz três matérias que apontam nesta direção. Na primeira “Agricultor começa a pisar no freio”, mostra que os agricultores estão cancelando um número significativo de compras, sobretudo de tratores. A Associação Nacional dos fabricantes de Veículos Automotores reviu sua previsão de vendas para este ano que era de 5,3% a mais do que 2003, para apenas 1%. Está diminuindo também a compra insumos. Este freamento se deve a uma supersafra de grãos nos Estados Unidos, o que tem provocado queda acentuada dos preços. Com esta queda o ganho vai ser muito menor, se não houver prejuízos. Outro texto “Agora, acertar dívidas e torcer” acentua o aumento do custo da produção que passou de R\$ 1 mil por hectare para R\$ 1,45 mil. Ao mesmo tempo o preço de uma saca de soja que chegou a ser vendida a R\$ 52,50, em meados de outubro estava valendo, no Paraná, R\$ 30,50. O economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados diz que o impacto maior na produção vai ser sentido em 2006. E a terceira matéria aponta para uma queda bastante expressiva nas exportações do agronegócio já em 2005, com expectativa de uma receita 7,5% menor.²⁸

Também a Revista “Isto É”, edição 1829 de 27 de outubro de 2004, traz uma entrevista com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que reflete sobre a crise que já bate às nossas portas. A responsabilidade disto, segundo o ministro, é do “aumento espetacular da safra americana”. E acrescenta: “No Brasil, existem três fatores adicionais: o aumento dos preços de derivados de petróleo, elevando o custo de fertilizantes e defensivos agrícolas; do aço, que encareceu máquinas e equipamentos; e o preço do dólar, muito baixo”. O ministro ainda diz que há fatores inibidores para a agricultura brasileira: “falta de infra-estrutura, de defesa sanitária e de marco legal no direito de propriedade, na legislação trabalhista no campo, na legislação ambiental e na de biossegurança.” Segundo ele “estes problemas devem ser atacados para reforçar a confiança do investidor estrangeiro”²⁹

E, agora?

Se a crise que se delinea realmente acontecer, não vai demorar muito para os hinos de louvor ao agronegócio serem substituídos por intermináveis lamentos e por um corrida desenfreada atrás de recursos públicos para salvar os que até ontem se vangloravam de serem os grandes promotores do progresso.

Mas com crise ou sem crise o que fica claro é o que propugnam e defendem os movimentos sociais do campo, de modo particular os ligados à Via Campesina. Somente uma profunda reforma agrária e um outro modelo de desenvolvimento alicerçado no atendimento às necessidades básicas de nosso povo, e voltado para a produção de alimentos é que trará solidez, segurança e sustentabilidade para nossa agricultura. Enquanto subsistir o atual modelo, o agronegócio poderá se expandir, mas às custas do agravamento das gritantes disparidades sociais que vivemos e todos os entraves imagináveis serão criados para que a democratização do acesso à terra, via reforma agrária, se torne realidade.

²⁸ O Estado de São Paulo – Caderno de Economia, 24 de outubro de 2004 , pg B 1 e B 3.

²⁹ Revista “Isto É” – Alerta no Campo – Entrevista do ministro Roberto Rodrigues a Eduardo Hollanda e Sônia Filgueiras, Edição 1829, 27 de outubro de 2004, pg 96 e 97

Referências Bibliográficas

Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2003. Goiânia: Edições Loyola, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina, 2002.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Anais - 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Universidade de Buenos Aires, 1997.

FERNANDES, Bernardo Maçano. La lucha de los Sin-Tierra en Brasil. In Revista Reflexion y Liberacion. Ano X – número 37. Santiago de Chile, 1998.

FERNANDES, Bernardo Maçano. La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra em Brasil”. “In Lucha Popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular em América Latina em los años de ajuste”. Margarita Lopez Maya – Org. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In Revista Terra Livre nº 15. São Paulo: AGB, 2000, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Maçano. *Movimento social como categoria geográfica. In Terra Livre*, nº15. São Paulo: AGB, 2000.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. MST: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo, Cortez Editora, 2001a.

GOLÇALVEZ, Carlos Wlateral Porto. Geo-Grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

Cultura, Trabalho e Lutas Sociais entre Trabalhadores Agro-Extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana

Gerson Rodrigues de Albuquerque

Professor Adjunto do Departamento de História e Pesquisador Associado ao Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre

Correio eletrônico: gersonroal@bol.com.br

Resumo: Este artigo apresenta algumas dimensões da sobrevivência de arcaicas relações de trabalho, reativadas no final do século XX, na região do Vale do Juruá, na Amazônia acreana, principalmente, focalizando os conflitos na área abrangida pelo rio Valparaíso, onde os patrões passaram a impor um rígido controle sobre seringueiros/agricultores, lançando mão de atitudes carregadas de extrema violência para fazer valer as regras e normas do barracão. Recupera, ainda, a partir de relatos de trabalhadores agro-extrativistas, bem como por intermédio de fontes escritas, uma série de outras situações de cerceamento de liberdades e práticas de “trabalho compulsório” em outros rios juruaenses, como o Muru e o Envira, que evidenciam, em primeiro lugar, toda uma expropriação dos trabalhadores, visando expulsá-los de suas posses, para que os patrões possam agir livremente na retirada de madeira e, em segundo lugar, a manutenção de um “miserável aviamento” nos moldes tradicionais como forma de manter os seringueiros endividados e submissos aos interesses do barracão.

Palavras-chave: Trabalho, Trabalhadores, Cultura, Memória, Amazônia.

Cultura, Trabajo y Luchas Sociales de los Trabajadores Extrativistas del Río Valparaíso en la Amazonía Acreana

Resumen: Este artículo presenta algunas dimensiones de la sobrevivencia de relaciones de trabajo arcaicas, reactivadas al final del siglo XX, en la región del Valle de Juruá, en la Amazonía acreana, principalmente, enfocando los conflictos en la área ocupada por el río Valparaíso, donde los patrones pasaron a imponer un rígido control sobre seringueiros/agricultores, utilizando actitudes cargadas de extrema violencia para hacer valer las reglas y normas del barracão (tienda en la cual los trabajadores tenían que comprar todo lo que necesitaban). Recupera, todavía, a partir de relatos de trabajadores agroextrativistas, así como por medio de fuentes escritas, una serie de situaciones de agresión a las libertades y prácticas de trabajo en otros ríos juruaenses, como el Muru o el Envira, que evidencian, en primer lugar, toda una expropiación de los trabajadores, en vista a expulsarlos de sus tierras para que los patrones puedan actuar libremente en la retirada de madera y, en segundo lugar, el mantenimiento de un “aviamento (obligación de comprar del patrón) miserable” en los moldes tradicionales como forma de mantener a los seringueiros endeudados y sumisos a los intereses del barracão.

Palabras-clave: Trabajo, trabajadores, cultura, memoria, Amazonia

Versão modificada do 1º capítulo da Tese de Doutorado “Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá – Acre, defendida em maio de 2001, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-São Paulo, sob a orientação da Professora Dra. Maria Antonieta Martinez Antonacci.

Culture, control and the struggles of extractive workers in the Valparaíso River basin of the Amazon

Abstract: This article presents some dimensions of the remaining archaic labor relations systems revived at the end of the XX century in the Juruá Valley, Acre. It focuses on conflicts in the Valparaíso river area where employers imposed strict control over rubber-tappers and agricultural workers, eventually resorting to extremely violent measures to enforce the rules and norms of the “barracão” (“company store” from which workers had to buy all their provisions). Based on worker reports and written documents, the paper also examines other situations of unfreedom and “compulsory work” at Juruá Valley setting such as along the Muru and Envira rivers. The article argues that the cases examined show how brutal labor exploitation was used as a form of coercion, to force workers to abandon their property and possessions so that commercial logging could proceed unhampered. The areas also reveal more about the “miserable” company store tactics used to keep rubber-tappers in debt and thus subordinate.

Keywords: Labor; workers’ culture; social control; enclosure; memory; the Amazon.

Ponto de partida

O Presente texto foi produzido a partir de uma pesquisa realizada no período de janeiro de 1994 a setembro de 2000, na região do Vale do rio Juruá, no Estado do Acre, Amazônia brasileira e reflete um pouco das múltiplas dimensões materiais e simbólicas, os conflitos, tensões e as estratégias de sobrevivência de famílias de trabalhadores agro-extrativistas da região, em particular do rio Valparaíso, no Alto Juruá.

O pano de fundo dos conflitos, com seu roteiro de diversificadas violências em que se destacam não apenas as formas diretas de expropriação e expulsão de trabalhadores agro-extrativistas de áreas de terras herdadas de um longo processo de ocupação e re-ocupação da Amazônia, mas, também, as indiretas impulsionadas pela propaganda pública e privada, pela pressão e novas investidas sobre os recursos naturais e pelos desenraizamentos de agrupamentos de trabalhadores da floresta, coloca-nos diante do desafio de entender que a questão da luta e da posse da terra na Amazônia acreana não está resolvida e que as palavras “reforma agrária”, esvaziadas de seus significados originais, combinaram mecanismos de poder e controle aos discursos demagógicos das “politicalhas” regionais para quem a visibilidade e a invisibilidade de mulheres e homens da floresta, assim como da cidade, apenas encontra eco a cada quatro anos, por ocasião da “festa do democrático voto obrigatório”.

Os novos interesses, assim como, as novas pressões sobre os recursos naturais amazônicos, impulsionados em fins do século XX pelo advento de biotecnologias, micro-tecnologias e outras “parafernálias” pós-modernas não apenas produzem novos hiatos na relação cultura-natureza ou sociedade-meio ambiente, mas e fundamentalmente, estabelecem novas bases para a questão da luta pela terra, principalmente, num tempo em que o Estado brasileiro incorpora a máxima do contraditório princípio do “desenvolvimento sustentável” e redefine a bases da geopolítica regional com a expansão de uma malha rodoviária que, sob o rótulo da “integração regional” torna-se prenúncio de novas tensões e pressões sobre as sociedade regionais, como vem ocorrendo na área da BR-317, a “Estrada da Integração com o Pacífico”.

Cruzeiro do Sul, 24 de março de 1995. Uma chuva fina cai sobre a cidade, tornando difícil a visibilidade à média e longa distância: é a “cerração”, como dizem os mais antigos, acompanhando os transeuntes nas primeiras horas da manhã. As águas escorrem pelas ladeiras da outrora capital do Departamento do Alto Juruá e, em conjunto com a umidade, torna o ambiente um pouco gelado.

Um homem tímido, receoso, porém decidido, salta de uma pequena canoa, ancorada num barranco próximo ao mercado, para percorrer com passadas rápidas a distância que o

separa da Defensoria Pública, naquele município, localizada, segundo informações colhidas entre feirantes, na direção da Prefeitura, próximo ao “Posto do Batista”.

Com roupas desgastadas pelo tempo, sandálias nos pés, um pequeno boné na cabeça, o olhar distante, ausente, disfarçando o medo contido, Raimundo Diniz dos Santos atravessa o mercado, singrando por entre atravessadores, paneiros de farinha, milho, sacas de arroz e feijão. O forte odor provocado pelos peixes em exposição, à espera de uma dona de casa ou outro comprador, confunde-se com o de suas roupas molhadas pelas águas do rio e da chuva, bem como por uma fina e nervosa camada de suor que lhe escorre pelo corpo.

O vento gelado e a chuva fina emprestam um ar bucólico ao panorama urbano que lhe desnorteia os sentidos e as estratégias de orientação. Se levarmos em conta as considerações de Kevin Lynch, sobre a segurança emocional que o domínio do ambiente propicia,¹ poderemos sugerir que um certo medo derivado da desorientação acompanha os passos desse homem da floresta, ao percorrer impassível as ruas da cidade, espaço que assim como o seringal, engloba práticas e vivências as mais diversas e, por sua vez, aparece sempre identificada às formas como cada um de seus habitantes ou visitantes a vê.²

Nos subterrâneos do medo, repica o sino da desobediência, da insubmissão que o leva a “buscar seus direito”, na Defensoria Pública de Cruzeiro do Sul. Deixemos, pois, a chuva molhar nossas cabeças, refrescando nossas possibilidades de interpretação, umedecendo os ressecados e amarelados papéis de nossos apontamentos e avancemos devagar, cautelosos pelo lamacento chão da realidade que impele um trabalhador rural a adentrar numa repartição pública, incumbida de “orientar e garantir a manutenção dos direitos individuais do cidadão”. Mas, entremos pela porta das pessoas simples, “comuns”, agucemos nossos ouvidos para ouvir suas vozes, compreender seus gestos:

“Eu tava lá e ele (o patrão) mandou eu fazê uma viagem prá ele: deixá uns milho, umas burracha e umas coisa assim. Quando eu cheguei lá, com dois dia ele mandou eu voltá de novo. Ai eu disse: ‘rapaiz a minha muié vai ficá só em casa. Quem é que vai dá rancho prá ela?’ Ai ele disse: ‘pode deixá que eu garanto’. Ai eu vim e passei treis dia. Quando eu voltei, a muié disse que ele tinha ido atrás dela, ai ela num aceitou. Desse dia em diante, ele vem me perseguindo. Quis me tirá do local, ai eu contatei com os vizim e eles disserum prá mim fazê uma casa. Tirei as madêra e sai carregando. Ai, num dia de chuva, eu fui com um primo dela (aponta para a esposa, ao lado), tirá umas madeira, quando eu voltei prá casa a muié tava embaixo de chuva. As minhas coisa tavam tudo na chuva também. Ai o vizim me disse prá mim procurá meus direito que ele tava do meu lado.”³

As palavras desse homem, que ouço inúmeras vezes, acompanhando a inquieta movimentação de suas mãos e a timidez de seu olhar que, vez em quando, ganha força expressiva e dimensão simbólica propiciando-me como “incríveis máquinas de projeção”, imagens velozes, representações das experiências narradas, lançam-me em direção a um emaranhado de questões, redes de relacionamentos, intrigas, suspeição, artimanhas “legalistas” e interesses diversos.

Mas, o que mais me atrai, é a significativa visão de um homem simples, com vestimentas rasgadas, porém decidido, irrompendo por entre becos, subindo ladeiras, “ultrapassando” bicicletas, automóveis e outros obstáculos da “cena urbana” para reivindicar direitos. Inexistentes direitos de cidadania num espaço onde “as diferenças e assimetrias

¹ Lynch, 1989, p.15.

² Tomo de empréstimo aqui, as interessantes reflexões desenvolvidas por Raymond Williams, acerca dos significados que podemos atribuir e/ou acompanhar às experiências humanas no campo e na cidade. Ver “O Campo e a Cidade: na história e na Literatura”. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

³ Depoimento de Raimundo Diniz da Silva, trabalhador rural, residente no Seringal Valparaíso. Entrevista realizada em dezembro de 1995, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul-Acre

sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas em relações de hierarquia, mando e obediência”⁴.

Ao ver tudo o que é seu destruído, Raimundo Diniz desafia o sentimento de “incapacidade”, “imobilidade”, emergindo como um ser dotado de vontade. Vontade que se transforma em atitude política, buscando romper essas relações de obediência, das quais nos fala Marilena Chauí.

“No dia 24 de março, eu vim e fui lá na Defensoria Pública e contei tudo e a dotôra disse que eu num tinha razão e que tava acabada a minha questão. Ai eu disse que tinha estragado todas as minha coisa e como é que ficava? E ela disse que eu tinha era que trabaiá prá pudê comprá tudo de novo. Foi a dotôra Nélida, ou era a dotôra Áurea? Uma das duas”.⁵

Se disciplina e obediência são palavras repletas de significados dos “mundos do trabalho” e, mais que isso, da lógica do capital, lógica dos patrões, que encontra interlocução no discurso “legalista” da Defensoria Pública, as imposições da “dotôra Nélida (ou Áurea)” provocam em Raimundo Diniz todo um sentimento de desconforto, um “certo nó na garganta”, porque põe abaixo a ilusão de um homem em busca de seus direitos.

A fria racionalidade da defensora pública, impondo uma espécie de “vai trabalhar vagabundo” ao seringueiro, “prá pudê comprá tudo de novo”, evidencia a paradoxal realidade de um Estado que, em convenientes circunstâncias, confisca aos trabalhadores rurais o direito à denúncia, à reivindicação. “Estúpido” direito de cidadania, como gostava de frisar um velho amigo de meu pai, no “senadinho”, em Rio Branco, Acre.

A solidariedade dos vizinhos, ao passo que confere apoio, reconforto e estímulo ao trabalhador, impelindo-o à cidade, vista como espaço de poder, torna-se “folha morta” frente ao discurso legal, à decisão “favorável ao patrão” de uma “defensora pública”. Discurso esse que recria o engano como legalidade, signo representativo da fala de uma categoria social afinada em transformar a representação jurídica em uma “máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária onde faltar o possível recurso à força bruta”⁶.

O discurso, a imperiosa decisão da “dotôra Nélida (ou era a dotôra Áurea?)”, evidencia, ainda, uma dimensão que metaforicamente sombreia o cotidiano de muitas cidades do interior amazônico: o poder, o “imenso poder impositivo”, que no imaginário das pessoas comuns, juizes, defensores públicos e delegados de polícia aparentam exercer e o exercem, na maioria das vezes, de forma arbitrária, confinando, intimidando e/ou condenando inúmeras comunidades ao silêncio, ao pânico e à resignação.

Ao seguirmos os passos e a fala de Raimundo Diniz, um trabalhador seringueiro em busca de seus direitos, é possível percebermos que este se depara não com uma Defensoria Pública disposta a exercer o papel de mediadora de conflitos e órgão público capaz de garantir respeito, se não ao cidadão, ao menos à pessoa humana. Ao contrário, evidencia-se uma prática institucional cujo discurso desnuda um apelo jurídico e um exercício do poder que visa fundamentalmente a disciplina e o controle social.

“Tropeçando” nas palavras, tentando encontrar um amparo, um argumento, uma frase que expresse sua indignação, sua “controlada” revolta interior, Raimundo Diniz movimentava os braços e as mãos por inúmeras vezes em direção à cabeça, tirando e recolocando o boné, olhando quase sempre para o chão, demonstrando um certo receio de fitar nos olhos seu interlocutor, colocando-nos frente a frente com dimensões simbólicas de uma cultura popular cuja marca de referência está moldada pela constante luta no sentido de afirmar direitos contra obrigações e imposições de regras formais presentes em toda a longa experiência da empresa extrativista na região do Juruá.

A mesma fala que denuncia, esbarrando nas artimanhas do poder público para conferir legitimidade às ações do proprietário, parece aceitar como natural o não ter a quem recorrer, uma espécie de “deixa prá lá” ou um “é isso mermo”. Essa aparente contradição,

⁴ Chauí, 1989, p. 54.

⁵ Raimundo Diniz, entrevista citada, 1995.

⁶ Chartier, “O Mundo como Representação”, In Estudos Avançados, número 5, 1991.

apontando para modos de vida bastante complexos, expõe toda uma tensão estabelecida nos marcos daquilo que uma certa prática judiciária tem enfatizado como a lógica de um direito formal, cartorial sobre a propriedade da terra, contrário a um direito de fato, de posse familiar legitimada em décadas de trabalho.

Alimentando uma ilusão, reivindicando “direitos costumeiros” num espaço que lhe inferioriza a condição humana, caracterizando-o como sub-cidadão, visto que usa rotas vestimentas e fala uma língua fora dos padrões reconhecidos oficialmente – ferindo inapelavelmente o mito de uma “Nação Brasil” única e indivisível ao redor de seus brasões, poderes e sua língua portuguesa –, um trabalhador das matas, resignado, navega pensativo, distanciando-se cada vez mais de Cruzeiro do Sul, rumo à sua moradia, na Colocação Terra Firme.

Fiquei alguns dias intrigado, ponderando acerca de “pequenas” questões metodológicas, pensando se articulava a fala de Raimundo Diniz, com a de sua mulher, Maria Silva. Pensamentos angustiados, justificados ou não, por há muito ter adotado a decisão de não tratar os depoimentos de trabalhadores rurais como complementares a outros ou a outras fontes de pesquisa. Não obstante, preocupa-me a possibilidade de ser confundido com estudiosos que desperdiçam uma vida inteira em busca de um “estatuto da verdade”, uma suposta “verdade absoluta”, resultado do acúmulo de “pequenas verdades”, em seus escritos.

Mas, com um misto de receio e incerteza, mergulhado no silêncio de uma úmida madrugada de janeiro, deslizei repetidamente meus dedos pelas teclas de um pequeno gravador. Por inúmeras vezes ouvi a angustiada voz de Maria Silva, relatando representações a partir de uma outra perspectiva, de um outro olhar, de uma outra vivência, traços daquilo que considera marcante no seu cotidiano, nos últimos tempos:

“Ele (o patrão) derribô a casa porque ele mandô meu marido fazê uma viagem prá ele, daí ele foi lá em casa, de dia, e aí perguntei o que ele queria e ele disse que ia ajeitá a casa prá nós morá lá. Aí, de noite ele foi e dexô uma lata de sardinha e uma de conserva e eu disse que num queria e ele dexô sempre. Os menino jantarum e eu fui dormi. Eu tava dormindo e me acordei assustada ele puxando no meu pé. Aí eu dei um grito e o menino acordou gritando pelo nome do pai e aí ele correu e pulô embaixo aí foi simhora. No outro dia eu fui e preguei a casa todinha aí ele chamou o menino e perguntô o que que eu tava fazendo? Aí ele perguntô quem foi que andô lá em casa e o menino disse que num foi ninguém não. Aí ele passou treis dia escondido. Aí quando o meu marido chegou aqui eu contei prá ele. Aí ele mandou me chamá lá no barracão, prá mim ir lá só com o menino. Aí eu disse que num ia não, só ia quando o meu marido chegasse, aí ele foi logo dizendo que ia tocá fogo na casa. Aí um empregado dele foi e me avisô, aí ele foi botô fogo no outro dia, era seis hora da manhã. Aí, nesse dia tinha um monte de vizim vendo quando ele derribô a casa. Aí um vizim disse que eu num dissesse nada não, que ia ficá do meu lado. Meus filho ficarum tudo chorando, aí um outro vizim pediu prá ele deixá um pedacim da casa de pé e ele disse que num ia deixá porque contava com apoio do juiz prá derribá a casa”.⁷

Como que entoando uma velha cantiga, entristecida pelas mágoas do tempo, com uma voz que narra veloz, cantada, sem preocupação com uma linearidade temporal, sem pausas explicativas, Maria Silva trilha pelos varadouros de um universo de experiências que desnuda a situação de significativos grupos de “mulheres da floresta”.

Sua figura “esquelética” e viril, sua voz falhada, seus cabelos “assanhados” e ressecados, usando vestimentas que interceptam uma vaidade silenciada, projetando um braço para a frente, em ritmos que procuram acompanhar sua narrativa, enquanto o outro se encolhe num lento e afetuoso embalo à criança em seu colo. Enquanto fala, outras duas crianças, assustadas e curiosas, lhe puxam para um lado e outro chamando, buscando sua atenção.

O apelo de suas palavras embaralha outras cartas do “jogo da vida”, no interior dos seringais. Seu contraponto impele uma fúria interior, uma reação revoltada à tentativa do

⁷ Depoimento da trabalhadora rural, Maria da Silva, residente no Seringal Valparaíso, 1995.

patrão de lhe ter como parte de suas posses, ou de outro modo, tomar-lhe aquilo que sustenta por decisão e ato próprio: sua honra e dignidade.

Ao não aceitar as latas de sardinha e conserva, nem tampouco se intimidar com as ameaças e os atos do patrão em derrubar sua moradia, essa trabalhadora demonstra sua força. Força essa, articulada nos meandros do medo pela necessidade de sobrevivência, mas fundamentalmente assentada numa dignidade que cala fundo.

Referindo-se ao patrão com um insistente “ele”, Maria Silva, como que a demonstrar indiferença e receio, marca visivelmente uma diferenciação entre ela (bem como os membros de sua comunidade) e o outro, o dono do seringal, referencial de poder/opressão/controle.

Acompanhando seu relato, percebemos que ampara-se nos vizinhos (enquanto os filhos choram), como quem busca forças em outros personagens de um “pesadelo real”. Personagens que recriam na fala o esquecimento da dor, emergindo “desorientados” no cenário da cidade de Cruzeiro do Sul, como “simulacros de cidadãos”, em busca do reconhecimento de direitos que pairam abstratos em alguma escura e empoeirada gaveta dos senhores (ou sensores?) da justiça.

“Moro há 53 anos lá. Ele, lá no seringal, mata nossos porco, nossos cachorro. Primeiro ele mandava os capanga matá. A gente tinha que assiná um contrato prá prantá e só podia prantá pouco, na capoêra, num podia desmatá. Quem pescá no lago tem que dividi cum ele, se não dé ele diz que vai dá parte na justiça”.⁸

Aparentando ter saído de um conto de Jack London, reavivando com voracidade sentidos trágicos da experiência humana, o seringueiro Edmilson Bezerra, com sua fala calma, seus gestos descontraídos, seu olhar vazio e perdido em algum ponto para além das margens do Rio Juruá, estabelece um caminho narrativo repleto de situações que visam cercear a permanência de um amplo conjunto de famílias de trabalhadores extrativistas, no interior da floresta.

Para aqueles trabalhadores, a permanência na floresta implica não somente manter uma prática extrativista em torno da borracha, visando o comércio. Mais que isso, significa a garantia de botar roçados desenvolvidos a base de uma agricultura de subsistência, itinerantes pescarias e caçadas, coletas de frutos/folhas e raízes, viabilizando a manutenção de um modo de vida, de uma prática do ser seringueiro.

Essa economia baseada na pequena agricultura familiar, com cultivos básicos da macaxeira, feijão, arroz, banana e, em alguns casos, variados como o milho, amendoim, mamão, limão, cana ou laranja, bem como na criação de pequenos animais e aves, não visa meramente abastecer mercados: destina-se, essencialmente, a proporcionar a auto-sobrevivência.⁹

Ao recuperar sua trajetória de mais de meio século como trabalhador extrativista, o depoente desenvolve toda uma representação baseada, fundamentalmente, nas dificuldades experimentadas nos últimos dez ou quinze anos. É nesse período que se acentuou, ao lado de toda uma crescente desvalorização nos preços da “borracha nativa”, um agressivo processo de tentativa de desarticulação do extrativismo e o implemento de diversificadas estratégias por patrões, gerentes e empresas madeireiras na perspectiva de expulsar as famílias de trabalhadores seringueiros de suas colocações de seringa e posses ao longo das margens e barrancos de rios juruanses.

O alvo básico de todas as tentativas de “limpar a terra”, tirando do caminho populações tradicionalmente habitantes dos seringais, tem o objetivo, neste fim de século, de ampliar as investidas a recursos economicamente mais rentáveis a curto prazo, como madeiras nobres, minérios e outros elementos da biodiversidade dessa região, que tanto interesse tem despertado nas empresas internacionais.

Exemplo disso são as pesquisas desenvolvidas de forma clandestina por comissões e/ou estudiosos vinculados a instituições estrangeiras em áreas da Amazônia, e, em

⁸ Depoimento de Edmilson Gomes Bezerra, trabalhador rural no Seringal Paraíso.

Entrevista realizada em Cruzeiro do Sul, no ano de 1995.

⁹ Leonel, 1998, p.218.

particular, na região do Juruá, como foi denunciado por parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Acre,¹⁰ que montou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar tal denúncia, bem como pelo CIMI e CPI, instituições vinculadas à questão indígena, em junho de 1997.

Uma vez acionado, o Ministério Público Estadual, através da Coordenadoria de Meio Ambiente, constatou que uma associação civil intitulada “Selva Viva”, desenvolvia pesquisas junto a comunidades indígenas do rio Juruá, recolhendo informações sobre espécies de plantas medicinais, bem como montando viveiros com amostras dessas plantas que, em conjunto com as informações colhidas entre aquelas populações nativas, serviriam como ponto de partida para a elaboração e comercialização de medicamentos por laboratórios de fármacos internacionais.¹¹

Em outubro de 1999, três pesquisadores de uma empresa internacional, com sede na cidade de Naaldwijk, Holanda, foram detidos na área do Parque Nacional (PARNA) da Serra do Divisor, transportando dezenas de espécies de plantas medicinais e ornamentais: “Eles levavam estacas, bulbos, mudas, sementes e vários outros tipos de recursos para replantar e reproduzir as espécies amazônicas na Europa”.¹²

Nessas e em outras inúmeras denúncias que envolvem, inclusive, a participação de órgãos federais, percebemos o crescimento do interesse de empresas multinacionais por resinas, gomas, seivas, sementes e, particularmente, plantas e raízes medicinais, alvo predileto da farmacopéia internacional.

Tais interesses abrem novas expectativas em relação à exploração econômica da região. Em certo sentido, ela parece reproduzir todo um processo desencadeado a partir da segunda metade do século XIX, quando a “orgulhosa civilização” européia passou a depender de produtos “exóticos” para resolver problemas cruciais, inerentes à sua economia e aprimoramento técnico.

A forma econômica que emergiu desse processo foi um “novo imperialismo” que, segundo Hobsbawm, era o subproduto natural de uma economia internacional baseada em diversificadas rivalidades, impulsionadas, fundamentalmente, pela efervescência econômica dos anos 1880. Porém, o “desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos”¹³ como o Oriente Médio, a África do Sul e a Amazônia.

Mas, passado pouco mais de um século, a lógica do mercado internacional não é mais a mesma e, em relação à Amazônia, seus interesses voltaram-se não apenas para a borracha natural, pois essa região representa a maior reserva da diversidade biológica do planeta, no dizer de Hermetes Reis:

“Assim, se um polímero natural – aquele da borracha – foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da indústria da química orgânica e pela era dos plásticos, hoje é novamente um polímero – aquele representado pelo DNA – que condensa o futuro da biologia molecular e das biotecnologias. Naquela época como em nossos dias, a Amazônia ocupa um lugar central numa história decisiva para o mundo contemporâneo.”¹⁴

Uma outra questão a ser ressaltada, é que o interesse por novas práticas econômicas e pela exploração, em larga escala, de outros recursos naturais da floresta, recolocam em cena os conflitos pela posse da terra, principalmente, porque o estado brasileiro, legitimado na noção de propriedade jurídica herdada da Lei de Terras de 1850,

¹⁰ Essa CPI, que foi presidida pelo deputado Edvaldo Magalhães, conseguiu organizar um expressivo dossiê sobre biopirataria na região do Juruá.

¹¹ Rego, Patricia Amorim, “Proteção Jurídica da Diversidade Biológica e Cultural”, texto de referência para Comunicação apresentada em Congresso Nacional sobre Biodiversidade, realizado em 1999, na cidade de São Paulo.

¹² Jornal A Gazeta, “Empresa Holandesa Patenteia Plantas do Juruá”. Rio Branco-Acre, 23 de outubro de 1999. A empresa autuada era a Handelskewerij Gebr. Valstar C. V., cujos representantes detidos, traziam em seu poder, além de equipamentos de botânica, folders publicitários em diferentes idiomas.

¹³ Hobsbawm, 1988, p.96-101.

¹⁴ Araújo, 1998, p.68-69.

superpõe a lógica do cartorial título de propriedade sobre as práticas, os usos e as formas culturais de definição territorial, costumeiramente utilizadas por diferentes comunidades de trabalhadores rurais, como os cursos d'água, as estradas de seringa, os castanhais e lagos piscosos, as cabeceiras de rios, os referenciais míticos ou sagrados, entre outros.

Nesses conflitos, a “espada da lei” abre caminhos para a livre passagem dos grandes proprietários e das elites regionais, na proporção em que se baseia em concepções jurídicas de um estado cujo modelo autoritário e uniformizador, não permite o diálogo com as diferenças e pluralidades sociais, como aponta Luiz Fachin, enfatizando que a ação do estado ao tentar “reduzir a conceitos únicos as ocupações de terra, sobressaindo-se desse aparato legal uma concepção unitária do fenômeno da posse”, torna-se “incompatível com a diversidade brasileira, de um modo geral, e com a diversidade amazônica de um modo especial”.¹⁵

Em seus discursos, comerciantes, empresários, patrões de uma maneira geral, bem como determinados parlamentares (porta vozes de madeireiros e agropecuaristas), articulam uma ótica que coloca o desenvolvimento regional amparado fundamentalmente na busca em retirar da floresta aquilo que ela pode oferecer para propiciar a geração de emprego e renda, mesmo que isso conduza a sua devastação.

Projeto que se justifica numa lógica desenvolvimentista que vê a natureza como mero recurso ao bem estar de um urbano, sinônimo de saúde, habitação, saneamento, educação e progresso para determinados grupos sociais desse mundo.

Nessa direção, chama atenção a reflexão desenvolvida pelo historiador britânico E. P. Thompson, ao enfatizar que: “...as expectativas globais estão se avolumando como o dilúvio bíblico, e que a presteza da espécie humana em definir suas necessidades e satisfações materiais de mercado - despejando todos os recursos da terra no mercado - pode ameaçar a própria espécie (no Sul como no Norte) com uma catástrofe ecológica (...) Como o capitalismo (ou seja, o ‘mercado’) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa idéia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano”.¹⁶

O discurso sobre bem estar e modernização ou exploração racional da região, separa artificial e enganosamente homem e natureza, como foi feito na agressiva prática do “limpar a terra”¹⁷, em voga desde os obscuros anos 1970. Separação que insiste em considerar a sobrevivência do homem na Amazônia apenas pelo viés econômico, desconhecendo que sua experiência articula aspectos vinculados a uma existência que engloba a sobrevivência física, psíquica e ambiental, na perspectiva daquilo que é apontado por Félix Guattari¹⁸ como parte da busca de harmonia e bem estar das sociedades humanas no ambiente terrestre.

Não podemos ser ingênuos de atribuir, como elemento responsável pela desarticulação/desagregação dos modos de viver das comunidades de extrativistas e barranqueiros, a mera separação homem-natureza, mas, como nos aponta Mauro Leonel em sua “Morte Social dos Rios”, ela não pode ser descartada, por ser um aspecto relevante, dessa face das relações sociais:

“Não se trata apenas da perda da terra como perda de contato com a natureza, mas da perda da moradia familiar e de qualquer perspectiva de auto-abastecimento, de

¹⁵ Fachin, 1994, p.553-559.

¹⁶ Thompson, 1998, p.23.

¹⁷ “Limpar a Terra”, sinônimo de queimar roçados, matar criações e derrubar casas de trabalhadores rurais para obrigá-los a vender e/ou abandonar suas posses, colônias ou colocações de seringa.

¹⁸ Guattari, 1993.

solidariedade vicinal, perda introduzida pelo industrialismo, no caminho da perda da autonomia”¹⁹.

O que ocorreu no passado áureo do extrativismo, reordenando-se em outros interesses nos períodos de decadência da economia gumífera, caricaturizando-se com os grandes projetos da “última fronteira agrícola” dos “anos de chumbo” e, agora, sob a tônica de um “aviamento de miséria”, é toda uma manipulação do homem, alienando-o de sua humanidade, desfigurando-o como ser pensante, “desenraizando-o” de acordo com regras de conveniências circunstanciais, cujas denominações públicas são os receituários dos planos de desenvolvimento regional do passado e, mais recentemente, com o marketing de “desenvolvimento sustentável” do auto-intitulado “governo da floresta” que, paradoxalmente, colocou a retirada e venda de madeira como “carro chefe” de seu protótipo de desenvolvimento. Denominações estas que se constituem em “cortinas de fumaça”, para, em outras, palavras, ocultar que ocorreu e ocorre toda uma “violência contra a natureza humana”²⁰.

A fala de Edmilson Bezerra, rearticulando o cerceamento imposto pelo patrão e seus “capangas”, no que diz respeito à criação de animais domésticos, às proibições da pesca, caça e restrições ao plantio de roçados, traz à tona todo um conjunto de obrigações e regulamentos impostos aos seringueiros amazônicos, desde o início da constituição dos seringais na região acreana, há pelo menos um século e meio:

“... nos marcos narrativos da literatura regional, vão surgindo as regras do que era permitido ou não, no cotidiano dos primeiros seringueiros amazônicos. Entre elas, estava a proibição de caçar, plantar, pescar, comercializar com terceiros, não somente com o objetivo de forçá-los a aumentar suas dívidas, comprando tudo o que necessitassem no barracão, mas condicioná-los a ocuparem todo seu tempo na extração de borracha”²¹.

Nesse sentido, é interessante acompanharmos um pouco o processo histórico de formação da empresa seringalista na região do Juruá acreano. Tal processo, iniciado por volta de 1850, foi marcado, como em todo o Acre, pela ação de exploradores em busca de terras, para delas se apropriarem. Sob o signo da grande propriedade latifundiária, a chamada “colonização” da região, efetivou-se pela investida de aventureiros que, alimentados pela ganância e ilusão do “enriquecimento fácil”, como aponta Airton Rocha,²² partiam rio acima, apropriando-se das terras consideradas “sem dono”.

Desse modo, estabeleciam-se em propriedades que contavam com uma dimensão de dez a quinze mil metros de frente, enquanto os limites de fundo eram ilimitados: “pois ia até topar com outro explorador que viesse em sentido contrário, tendo alguns deles se apossado de rios inteiros ou de quase todo, com várias dezenas de quilômetros, ou mesmo de centenas, como se verificou nos vales do Liberdade, Valparaíso, Juruá Mirim, Mouras, Ouro Preto, na bacia do Juruá.”²³

O antropólogo Mauro Almeida, afirma que o grande impulso ao significativo deslocamento populacional para o Vale do Juruá, deu-se, fundamentalmente, em função de uma série de transações especulativas nas propriedades recém formadas:

“Os padrões do médio curso financiavam exploradores (nordestinos e aventureiros de vários países), que subiam o rio e reivindicavam trechos localizados à sua margem. Voltando rio abaixo, os títulos informais de propriedade mudavam de mãos resultando em lucros rápidos, e o dinheiro permitia investimentos em novas áreas, mais acima. Assim, lanchas e vapores subiam, com víveres e trabalhadores, atrás de lanchas de exploração.”²⁴

Se as explorações tiveram, portanto, diferentes significados, as evidências apontam que foi, fundamentalmente, nas duas últimas décadas do século XIX, que se deu de forma

¹⁹ Leonel, op cit., 1998, p.229.

²⁰ Thompson, 1987, p.345.

²¹ Rocha, 1998, p.80-81.

²² Idem ibidem.

²³ Branco, 1961, p.177.

²⁴ Almeida, 1992, p.5.

mais acentuada o “maciço povoamento” da região do Juruá. “Povoamento branco”, marcado pela presença dos “exploradores de seringais”, que substituíam os “exploradores dos rios”, já se deslocando para a região sabendo para qual localidade: rio e seringal, se dirigiam.²⁵

O surgimento do seringal, enquanto sistema de exploração da “goma elástica”, ocorreu no processo, mesmo, em que diferentes sujeitos sociais (homens e mulheres), foram constituindo-se enquanto trabalhadores extrativistas. Foi na transição das diferentes formas de exploração e conquista da região que trabalho e trabalhador se constituíram no interior da empresa seringalista.

As origens sociais e regionais dos trabalhadores, que para lá se dirigiam, eram tão diversificadas e díspares, quanto o foram suas práticas e modos de viver no nordeste, enfatizou Airton Rocha, pontuando que: “a maioria deles compunha-se de pequenos agricultores, criadores de animais, vaqueiros ou agregados que viviam no sertão, principalmente no cearense”.²⁶ Sujeitos esses que, no interior da floresta, passaram por todo um processo de assimilação/incorporação de valores, regras, práticas e conhecimentos no cotidiano de seu “fazer-se” enquanto seringueiros. Processo esse que, pejorativa e singularmente foi qualificado de passagem da condição de “brabo” à de “manso”, num processo de disciplinamento às regras da empresa seringalista que, simbolicamente, fazia alusão ao amansamento, à domesticação de um animal.²⁷

A expansão para a região do rio Valparaíso, é um exemplo típico desse processo de conquista e exploração de terras para implantação do “sistema seringal”. Processo esse, em que a “administração pública estava ausente em tudo” e não havia a menor sombra de “concessão governamental”,²⁸ embora já vigorasse a “Lei de Terras”²⁹, do governo de “Sua Magestade” o Imperador Dom Pedro II. Quando Vicente Coelho comprou as terras daquele rio, pagando a Antonio Geraldo da Silva, no ano de 1884, a quantia de 1.500,000 este já as havia adquirido de um outro explorador:

“Decorrido, aproximadamente, um anno, o seringal foi vendido a João Bussons, que, depois se associou ao mesmo Vicente Coelho e Pedro Gomes, denominando-o Valparaíso. Afastando-se Pedro Gomes da sociedade, continuaram os dous outros como donos, até que, com o falecimento de Coelho, Bussons dissolveu a sociedade, dividindo o seringal em duas partes: uma compreendendo a margem esquerda do igarapé Valparaíso, que entregou a Jonas e Julieta Coelho, filhos de Vicente Coelho, e outra abrangendo a margem direita do mesmo igarapé, que conservou o nome de Valparaíso, e lhe ficou pertencendo até o presente. A margem esquerda recebeu o nome de Russas.”³⁰

A rapidez com que se efetuaram as transações: venda, compra, anexação de grandes propriedades, com as terras mudando de “donos da noite para o dia”, evidenciam a importância que essas passaram a obter num contexto de elevação da procura e dos preços da borracha (e isso era o mais importante) nos mercados externos. Esse aspecto, a forma como os “exploradores” apoderaram-se das “terras sem dono”, marcam de forma sintomática a problemática agrária na Amazônia, particularmente, a questão do uso e da posse da terra, até os dias atuais.

Evidencia, ainda, o significado da “Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850”, que em seu artigo primeiro ao decretar a proibição de “aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”,³¹ viabilizava os interesses dos grandes proprietários, desarticulando as culturas de trabalhadores e, impedindo seu acesso às terras, colocando-

²⁵ Branco, 1922, p. 604.

²⁶ Rocha, op cit., 1998, p.36.

²⁷ Interessantes considerações nesse sentido, encontram-se na Tese de Doutorado de Benedita Esteves, Do “Manso” ao “Guardião” da Floresta, UFRRJ, 1998.

²⁸ Branco, op cit., 1961, p.178.

²⁹ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica”.

³⁰ Branco, op cit., 1922, p.637-638.

³¹ Barros, Curso de Direito Agrário – legislação, s/d, p.14-18.

os a disposição ou a mercê do mercado. Enfim, significava “vedar a propriedade da terra a escravos libertos, assim como a brasileiros – livres e imigrantes estrangeiros pobres, garantindo que a maior parte destes três contingentes trabalhasse diretamente em suas fazendas [dos latifundiários], como empregados.”³²

Em relação às nações indígenas, é interessante salientar que, ali, nos domínios do Valparaíso, como em centenas de outras localidades e territórios acreanos, mesmo as que teimaram em desafiar e resistir aos “aventureiros” foram eliminadas ou escoraçadas para as cabeceiras dos rios, “nos divisores de águas, ou em locais que não interessavam aos novos senhores da selva”.³³ Os conflitos, as tensões, as assimilações de saberes e conhecimentos sobre a vida na floresta, bem como a rejeição do indígena como “inferior”, foram a marca mais visível do relacionamento de seringalistas e seringueiros com os povos e nações indígenas.

Em seu relato, “Le Riozinho da Liberdade”, o padre francês Constant Tastevin indica os mecanismos pelos quais os “civilizados” exterminaram grande parte dos indivíduos de diferentes nações indígenas, em suas “expedições punitivas” ou “correrias: “tinha-se o índio como um animal malfazejo, incapaz de civilização”.³⁴ Desse modo, ao lado de toda uma tentativa de eliminação dos povos indígenas, constituíram-se historicamente uma série de estereótipos a seu respeito, nos quais os “brancos colonizadores”, procuravam descaracterizá-los como seres humanos.

Resgatando todo um “inventário das qualificações negativas” atribuídas aos indígenas, o antropólogo Terri Aquino, aponta um conjunto de variáveis estereotipadas e preconceituosas (difundidas, principalmente, pelos patrões) que se fazem presentes em áreas rurais e urbanas do Vale do Juruá, onde a presença dos indígenas é muito forte: “caboclo não corta muita seringa porque é tudo preguiçoso”, “caboclo é tudo vagabundo”, “caboclo é uma nação que só vive pra comer”, “esses caboclo é tudo ocioso”, “tudo que é caboclo é ladrão”, “caboclo é um bicho sem futuro”, “caboclo é um ladrão traiçoeiro”, “caboclo é um bicho vingativo”, “caboclo é tudo cachaceiro”, “caboclo é metido a feiticeiro”, “caboclo é que nem bicho, um animal que não tem mentalidade”, “caboclo é que nem jumento, não amansa, acostuma”,³⁵ entre outros que se constituem como marca do relacionamento entre “brancos” e “índios” na Amazônia Sul-Occidental. Relacionamento esse, que foi e é, fundamentalmente, com suas culturas, encaradas como inferiores pela escala de valores do “mundo civilizado”.

Mas, voltemos ao fim do século XX, onde os diferentes caminhos deste estudo passaram pelas “terras de João Bussons”, no Alto Juruá, que, embora fosse homem afeito aos “atos de prepotência e contrários à lei”,³⁶ seus herdeiros invocam sua lembrança de grande proprietário da região do Valparaíso, desde a década de oitenta, do século XIX, para legalizar os atos de violência e cerceamentos das liberdades dos trabalhadores rurais daquele rio. Nessas “terras dos Bussons”, encontra-se o Valparaíso, onde trabalha Edmilson Bezerra: em sua morada, meu olhar vagueia por entre panelas velhas ao redor de um pequeno fogareiro de barro e pedaços de lata. Mais acima uma lamparina, ao mesmo tempo que clareia o espaço da cozinha com suas paredes, tais quais os outros cômodos, de palha e o assoalho de paxiúba, produz uma fumaça escura, enegrecendo tudo o que estiver em seu raio de alcance. A casa desse seringueiro-agricultor sinaliza numa interlocução que reluz em seu distante olhar. Mais que denúncia, a apreensão desse ambiente indica-nos a desvalorização de seres humanos, como que condenados em vida ao esquecimento, segregação e silêncio.

³² Minc, Carlos, *A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*, 1985, p.23.

³³ Branco, op cit., 1961, p.178-79.

³⁴ Tastevin, “Le Riozinho da Liberdade”, 1928, p.211, apud AQUINO, Terri Vale de. *Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”*. Brasília: UNB, 1977, Dissertação de Mestrado.

³⁵ Aquino, op cit., 1977, p.74-76.

³⁶ Branco, op cit., 1961, p.234.

Referindo-se ao patrão na terceira pessoa: “ele mata nossos porco, nossos cachorro”, Edmilson, assim como outros homens e mulheres do Valparaíso, deixa claro a diferença, a oposição, o conflito, conferindo ao seu discurso uma consciência política, oriunda da própria experiência social nos marcos da empresa seringalista e dos enfrentamentos dissimulados, estratégicos, silenciosos, que nela se estabelecem, mesmo das formas mais sutis. Uma consciência que realça a perspectiva da liberdade como metáfora da vida, da experiência humana, no dizer de Hannah Arendt.

As ações de trabalhadores e trabalhadoras dos seringais Russas e Valparaíso, em Cruzeiro do Sul (Acre), tentando articular cooperativa e associativismo para compra/venda de borracha e mercadorias, são como remos na contra corrente, indicando que suas intervenções são mais expressivas no resgate de uma condição humana digna, que as referências a um patrão na terceira pessoa do singular. Ações organizadas, como criar uma cooperativa e, depois, uma associação no interior de seringais, somadas às muitas estratégias individuais de sobrevivência, dão conta das amplas e plurais possibilidades de ação, reafirmando a máxima das atitudes humanas como propiciadoras do inesperado, capazes de realizar o infinitamente improvável.³⁷

Quando Gerônimo Borges Filho, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul, em março de 1991, firmou sua assinatura e sua decisão comprometida com os grandes proprietários da região, num Mandado de Interdito Proibitório, impondo a trabalhadores rurais um conjunto de cerceamentos, estabelecia os rígidos limites, as sanções da lei, não como forma de solucionar conflitos, mas como meio de controle e disciplinamento aos que, teimosamente, desafiavam regras com atitudes transgressoras e piores de estratégias de sobrevivência.

Ao impor aos seringueiros a condição de “... se abster da instalação de cooperativas, de venda de mercadorias, produção e compra de borracha, dentro dos limites dos seringais Valparaíso e Russas...”,³⁸ o juiz de direito daquela comarca ratifica a existência de uma ordem judiciária que apoia/institui regras e impedimentos legais à livre organização de trabalhadores, bem como dissimula a impunidade a padrões que lançam mão de atos agressivos contra famílias de extratores/agricultores, não obstante toda uma acentuada crise e desvalorização do extrativismo da borracha.³⁹

Por entre os fios que tecem a rede de relacionamentos na qual estão envolvidos trabalhadores extrativistas, gerentes de seringais, comerciantes e fazendeiros de Cruzeiro do Sul, instituições públicas como IBAMA, Poder Judiciário e forças policiais, surgem esferas de um Estado mediador comprometido em instituir regras de controle que dão conta de toda uma “complexidade social das relações de poder”.⁴⁰

Submeter sujeitos sociais, oriundos de diferentes localidades e modos de vida, à condição de trabalhadores extrativistas na Amazônia foi a regra que acompanhou a mentalidade de padrões, comerciantes, casas aviadoras e mesmo do Estado brasileiro, a exemplo da “Batalha da Borracha”.⁴¹ Condição essa quase sempre precedida por intensas campanhas no sentido de “falsear a realidade” e criar a ilusão do enriquecimento fácil, constituindo um leque de relações que tem procurado confinar o trabalhador a uma tríade de subordinação-lealdade-obediência.

Obediência para sobreviver, transgressão para viver

Pedro Durico de Aguiar, um “velho” que passou sessenta e dois anos de sua vida trabalhando no “fabrico da borracha”, em seringais do Vale do Juruá e outros vinte e cinco,

³⁷ Arendt, 1991, p. 191.

³⁸ Estado do Acre, Poder Judiciário, Mandado de Interdito Proibitório, Cruzeiro do Sul, 22/03/1991, fl.02.

³⁹ Albuquerque, 1999, p.18.

⁴⁰ Antonacci, 1993, p.18.

⁴¹ Martinello, 1988.

como colonheiro, nas proximidades de Rio Branco, simplifica com palavras secas, orgulhosas, uma face do controle a que estavam submetidos no seringal:

“Nóis ficava ali e vamu cortá borracha e entregá pro home. Num podia prantá nada, só comprá no barracão e era assim: ia a borracha e vinha mercadoria, agora no dia que a gente num cortava, que adoecia ou outra coisa, ai num tinha mercadoria e a gente num tinha valor. Só valia se fosse trabaiando, cortando, cortando, sendo bom seringueiro como eu sempre fui e nada de tirá um saldim que fosse. A gente tava ali preso no trabalho, devendo, devendo e olha que eu pagava tudo que pegava, mas num tirava saldo, mermo sendo como eu era, trabalhador demais, só que vivia que nem bicho, preso numa gaiola, sem ter prá onde correr.”⁴²

A fala desse ex-seringueiro, projetada do fundo de uma rede atada nas vigas de um pequeno e solitário quarto, na cidade de Rio Branco, entre o Preventório⁴³ e a antiga sede do Projeto Rondon, alcança-me como representação de experiências de um tempo passado que se rearticula num hoje pela força de uma memória ativa, dinâmica, no dizer de Raphael Samuel, moldando tempos/imagens passadas no e através do presente, onde o que sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que lembra.

Ao ouvir sua voz, lembrando-me de seus gestos, da estranheza de seu olhar, enquanto transcrevo para o papel as suas palavras, observo o conflituoso terreno onde estavam “internalizados” os valores morais, as regras de comportamento estabelecidas pela empresa seringalista que, aliadas a uma dívida impagável, “entremeavam os fios da cadeia de um controle rígido e violento, visando, antes de mais nada, ‘imobilizar’ centenas de trabalhadores na ‘solidão’ de suas colocações de seringa.”⁴⁴

Nas trilhas da experiência social de diferentes sujeitos envoltos na densa floresta, no processo de construção/constituição da empresa seringalista e do ser seringueiro, a instituição de valores como “ser bom trabalhador (cortar muita seringa)”, “ser homem cumpridor de suas obrigações (pagar todas as dívidas no barracão)”, “não comercializar por fora (com marreteiros)”, “ser respeitador”, “não matar/não roubar”, articulam-se com toda uma dinâmica de vida. Vida pautada na realidade material, mas que não elimina os sonhos, as crenças, as vontades próprias, os atos de “desviar a borracha” ou de “colocar sujeira nas pelas”, para fazê-las ganhar mais peso, aliadas a um conjunto de outras práticas como os adjuntórios, as farinhadas de meia, os encontros religiosos e as festas, funcionando, na maioria das vezes, como meios de ludibriar a vigilância e o controle dos patrões.

Apontando para os múltiplos significados que o viver social implica, esses trabalhadores também experimentam desavenças entre si, “questões” originadas desde pequenas coisas do dia-a-dia, como o caso de um porco que invade o roçado de um vizinho a formas mais graves, como um seringueiro que corta seringa na estrada do outro e estraga suas madeiras. Situações que explodem em atentados contra a vida do outro, em bebedeiras de festas nas próprias colocações ou espancamentos de mulheres por seus maridos.

Nesse sentido, são interessantes as considerações do antropólogo Mauro Almeida, quando desenvolve todo um conjunto de reflexões acerca dos significados e importância das reservas extrativistas, em particular para a necessidade de percebermos que nessas áreas convivem diferentes agrupamentos de famílias de trabalhadores, com valores e práticas culturais diversificados e que, também experimentam diferentes tipos de tensões e conflitos entre si:

“... A noção de governo local baseado em corporações tradicionais é inadequada em geral e em especial no caso de camponeses florestais com individualismo muito acentuado, como é o caso dos seringueiros (...) Essas coletividades não formam em geral uma

⁴² Depoimento de Pedro Durico de Aguiar, ex-seringueiro no Vale do Juruá e colonheiro em Rio Branco. Entrevista realizada (em vários encontros) entre julho de 1993 e janeiro/fevereiro de 1994.

⁴³ Educandário organizado por Eunice Weaver, conhecido como Preventório, com mais de cinquenta anos de existência, abrigando e desenvolvendo inúmeras atividades com crianças carentes, em torno do qual se formou um Bairro que leva o mesmo nome.

⁴⁴ Rocha, op cit., 1998, p. 77.

'comunidade'. Na base de áreas florestais há grupos domésticos ocupando territórios, formando coalizões com outros grupos domésticos ou 'casas florestais' (...) Tais blocos de casas, casas extensas e parentelas florestais estão a todo momento envolvidos em conflitos com outras casas, com outras casas extensas e com outras parentelas. O motivo desses conflitos pode ser o acesso aos recursos naturais: o direito de criar porcos e gado soltos na floresta, o direito a caçar com cães, o acesso a lagos piscosos. Em conseqüência, a suposta 'comunidade' de fato não tem unidade como um corpo de ação coletiva, nem como um corpo moralmente integrado, nem como um conjunto de parentes..."⁴⁵

Apesar de longas, essas observações de Mauro Almeida são importantes na percepção do viver nos seringais. A apreensão desse viver evidencia dimensões das culturas de trabalhadores extrativistas como algo que é socialmente "construído". Construção contínua em todos os momentos da vida diária e, fundamentalmente, marcada pelas tensões peculiares ao mundo do extrativismo, onde as contradições estão presentes como conflitos de valores e de interesses, em uma constante luta política ou numa luta de classes que é "ao mesmo tempo uma luta acerca de valores".⁴⁶

Pedro Durico era um desses homens que se diferenciava de muitos dos seus colegas seringueiros pela forma como encarava a vida. Saiu de casa aos dezessete anos, em pleno curso da primeira guerra mundial, desconhecia as letras do mundo "civilizado", mas tinha um profundo conhecimento de seu mundo e dos saberes da floresta, aliado a uma sóbria dignidade de ser "bom trabalhador", de saldar suas dívidas. Muitas vezes referia-se aos seus patrões com ironia, evidenciando uma consciência das manobras utilizadas pelo barracão no intuito de tirar vantagem nas relações de trabalho com os seringueiros.

Consciência essa que não o impedia de experimentar uma espécie de "obediência plena" ao patrão/barracão num mundo marcado por relações amparadas em normas e regras que adquiriam força de leis e eram expressas na forma de "regulamentos", como bem apontou a historiadora Benedita Esteves, dando conta de que num ambiente onde controle e disciplina eram utilizados para a manutenção da força de trabalho, "as proibições foram dirigidas para moldar comportamentos e criar dependência a um único patrão".⁴⁷

Em seus apontamentos de viagem por rios juruaenses, a antropóloga Eliane Cantarino O'dwyer, evidencia uma série de conflitos entre trabalhadores rurais extrativistas e patrões, onde surgem inquietantes dimensões dessa busca de moldar comportamentos, controlar, imobilizar o trabalhador às quais temos feito referências:

"...O patrão de apelido Manuel Banha, preposto de Cameli, perseguiu os seringueiros tomando-lhes como forma de pagamento pela dívida toda sorte de bens. Entre os quais motor, máquina de costura, vaca leiteira etc. Agindo arbitrariamente com a ajuda da polícia (...) Aqueles que nada tinham para ser subtraído eram punidos com todo tipo de 'judiação'. Segundo contaram, 'o cabra era amarrado de braço para trás, obrigavam-no à correr em cima das pontes, muitos caindo de cara nos igarapés'."⁴⁸

As punições, coerções físicas impostas aos trabalhadores extrativistas no Alto Juruá e em outras regiões amazônicas geralmente são acompanhadas de ameaças, eficientes para "domesticar" no aspecto psicológico, cuja presença de policiais e oficiais de justiça, acompanhando patrões, simboliza a utilização de aparelhos do Estado para impor o medo e a força na disciplina do trabalho, bem como para legitimar o arbítrio e justificar a legalidade das práticas de trabalho compulsório.

As "miseráveis" diárias de três ou quatro reais, pagas em "troco" de mercadorias de qualidade duvidosa a rapazes de 14,15 e 16 anos, por dias inteiros trabalhando na retirada de madeira, como pude acompanhar ao longo do rio Muru; as denúncias feitas por seringueiros do Valparaíso, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e ao Conselho Nacional

⁴⁵ Almeida, 1994, p.269.

⁴⁶ Thompson, 1981, p.189-190.

⁴⁷ Esteves, 1999, p. 62.

⁴⁸ O'dwyer, Parecer Antropológico Sobre Formas de Trabalho Escravo nos Seringais do Alto Juruá - Estado do Acre, 1989, p. 81-2.

dos Seringueiros, sobre proibição da venda de borracha ou outros produtos da floresta para marreteiros, proibição de retirada de madeira para confecção de canoas, cobrança da “renda”, ameaça de prisão na cidade, entre outros impedimentos, acenam como pálidas referências dos muitos conflitos vivenciados nos altos rios da região.

É nesse contexto de busca na manutenção de uma “ordem do trabalho”, ou melhor, de uma imposição de subserviência aos interesses de patrões, marreteiros e comerciantes de pequenos povoados e cidades amazônicas que gostaria de ressaltar um pouco daquilo que me acompanha desde há muito: a vivência com pessoas que, originadas do interior de seringais, traduzem uma multiplicidade de pontos de vista acerca de suas formas de viver.

Dialogando com essa vivência é possível antever uma plêiade de situações em que mulheres e homens, trabalhadores em diferentes situações no interior de seringais, reivindicam uma relação harmoniosa, justa, tranqüila com aqueles que, utilizando diversificadas estratégias, depauperam suas vidas, extorquindo, em viciado escambo, o resultado da produção material de suas existências.

Oscilando entre uma dissimulada e, às vezes, aberta crítica ao passado para justificar o presente, ou denunciando as mazelas do hoje para reivindicar um passado mais feliz, trabalhadores de diferentes rios no alto Juruá, colocam no centro de seus pontos de vista os costumes: as relações de troca com o barracão/regatão, as festas, as diferentes épocas de botar roçado, caçar, pescar, colher frutos silvestres, fazer farinha, realizar adjuntórios, cortar seringa, os casamentos ou batizados de crianças nas desobrigas da igreja católica, as lavagens de roupa nos paranãs, a convivência com os filhos, a solidariedade com os vizinhos, os sonhos de escola e saúde, a busca de uma maior produção de borracha para tirar saldo no barracão, os saberes e conhecimentos sobre a mata armazenados e transmitidos através de uma oralidade sempre presente, o contar histórias e “causos”, entre tantos outros momentos e caminhadas no interior da floresta.

No desenvolvimento das estratégias de sobrevivência, criando e recriando alternativas que visam a garantia das coisas mínimas necessárias à sobrevivência diária, como sal, munição, açúcar, café, tecidos, espingardas, terçados, espoleta, entre outros, buscam, fundamentalmente, a manutenção de um modo de vida ameaçado ou em vias de desarticulação.

Nesta direção, considerar as diversificadas práticas desenvolvidas por trabalhadores extrativistas para burlar as regras de controle estabelecidas segundo os interesses dos patrões, como uma generalizada luta pela substituição das normas e mecanismos de poder no seringal, significa, no mínimo, enfeixá-los, homogeneizá-los artificialmente, desarticulando-os do contexto histórico em que instituem/constituem seus afazeres cotidianos.

Suas lutas se dão no campo de uma materialidade que coloca a sobrevivência como ponto de partida, sendo que esta sobrevivência é articulada por uma série de fatores onde não podem ser menosprezados os costumes, a compreensão de mundo e as condições reais de existência. Mais que isso, cabe salientar, essas lutas são articuladas em situações localizadas, momentâneas, direcionadas não para a transgressão da ordem ou da propriedade, mas a objetivos afinados com suas necessidades, com seus viveres. Não obstante, sinalizam para a complexa questão da reforma agrária no âmbito de nossas amazônias.

Quando um grupo de trabalhadores dos seringais Russas e Valparaíso articulam-se com o objetivo de organizar uma cooperativa para compra e venda de borracha, bem como de outras mercadorias a serem revendidas no dia-a-dia, fazem-na por estarem insatisfeitos com o aviamento e os preços oferecidos pelo barracão/marreteiro, que, em última instância, inviabiliza a manutenção daquelas famílias de extrativistas no interior dos seringais.

Nessa direção é interessante acompanharmos o depoimento de José Edson da Silva, seringueiro daquela área:

“Ele (o patrão) albriga a gente a comprá só no barracão, mas lá no barracão a gente num compra porque num tem é nada e quando tem o preço é absurdo. É 100%, é 200% a

mais do preço que ele põe. É proibido as pessoa (os marreteiros) encostá prá vender e até mermo entrá no seringal”.⁴⁹

Algumas passagens da fala de José Edson, ao serem destacadas, realçam o conjunto extremamente rico de contradições e conflitos em que estão envolvidas significativas parcelas de trabalhadores extrativistas: o patrão “albriga”, “a gente num compra porque num tem é nada”, “quando tem o preço é absurdo”. Mais que ambigüidades, a magia dessas palavras, para utilizar uma expressão de Pierre Bourdieu em “A Economia das Trocas Lingüísticas”, nos remete ao universo simbólico da apreensão do mundo por muitos trabalhadores extrativistas.

Nas trilhas de suas palavras, o patrão se faz presente como parte indissociável de um mundo onde são aceitas as imposições, reproduzindo-as nas mais minuciosas manifestações diárias, tanto quanto são condenadas e/ou rejeitadas. Essa apreensão possibilita-nos dialogar com as estratégias para burlar a “ordem estabelecida” não como forma de ameaça à propriedade e à legitimidade do poder, mas encará-las na dimensão própria das lutas pela sobrevivência.

As lutas para satisfação das necessidades ocupam e convivem com os mesmos espaços, os mesmos territórios, as mesmas crenças, ilusões, valores e vontades que articulam as relações e enfrentamentos abertos ou silenciosos entre patrões e trabalhadores extrativistas. Como partes inseparáveis de um todo, elas caminham por rios, estradas de seringa, mercados e varadouros, interpretando sentidos diversos em um mundo cuja marca de referência é o indeterminado.

É preciso atentar, por outro lado, que muitas vezes as experiências de instalar cooperativas por parte de trabalhadores rurais resultaram em novos tipos de conflitos, em particular pelas dificuldades de conseguirem garantir legitimidade aos responsáveis em administrá-las e, de um modo geral, com seus associados/membros, identificando suas diretorias com os padrões tradicionais e mantendo com elas a mesma subalternidade paternalística que sempre marcou a relação barracão-colocação.

Acompanhando falas, observando fotografias, revirando envelhecidas anotações e fotocópias de documentos, vou tateando por um chão impreciso, procurando dialogar com sujeitos de um mundo que desconecta arranjos e re-arranjos, os modelos racionais, as lógicas formais. Sujeitos entristecidos, atentos, indiferentes, alegres, inconformados, resignados, articulando palavras/cantos em ziguezagueantes histórias, compondo um mosaico de muitas cores, muitos sentidos e significados, repletos de experiências sociais.

Em junho de 1997, o sindicalista José Sales denunciava à opinião pública acreana, através do jornal Página 20, a compulsória relação de exploração de seringueiros no alto Envira, por parte de patrões e marreteiros, onde:

“... um Kg de açúcar custa o equivalente a cinco Kg de borracha, uma lata de óleo custa seis Kg, o sal custa 3 Kg, uma lata de leite em pó custa 14 Kg e uma caixa de espoleta Tupã chega a custar 100 Kg de borracha”.⁵⁰

Denúncia essa que evidencia práticas do patronato rural na Amazônia juruaense, insistindo na manutenção de formas tradicionais de “imobilização” dos trabalhadores através da manipulação dos preços nas mercadorias e estivas por eles “aviadas”. A extorsão advinda com a imposição de sobrevalores “a produtos de necessidade básica às populações da mata, lhes impõe um estado de profunda carência material, afetando-lhes a saúde e a possibilidade de se manterem no interior dos seringais”.⁵¹

Semelhante tipo de extorsão pode acompanhar em algumas áreas do rio Muru, agravadas por um conjunto de violências que refazem estranhos caminhos nos limites da experiência humana:

⁴⁹ Depoimento do trabalhador rural José Edson da Silva Filho, morador do Seringal Valparaíso. Entrevista realizada em junho de 1997.

⁵⁰ Depoimento de José Sales, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Feijó/AC. Publicado no Jornal Página 20, de 29 de junho de 1997.

⁵¹ Albuquerque, op cit., 1999, p.21.

“As veiz a gente num sabe o que dizê, falá por falá num é bom, é melhó ficá que nem bico de brasa (pequeno pássaro da região) espiando a chuva, só virando a cabeça prá lá e prá cá (...) Uma veiz tava lá preso, acuado feito embiara, sendo judiado, almielhado prá pagá quinze quilo de borracha que eles dizia ser num sei nem quanto. Era assim que nem cachorro amarrado, levado prum canto e outro e tirava madeira e brocava e cortava seringá, abria curral e apanhava. Num sei nem quanto tempo, dias e dias. Ainda judiavum, jogavum na lama feito porco, deixavum sem cumida. Quando acharum que já tinha pago, mandarum ir e ficá calado se não morria. Ai eu fui prá lá (para a colocação onde residia) e mandarum procurá rumo que se ficasse lá morria”.⁵²

Passei vários dias buscando uma aproximação com o “Sebastião do Iboiaçú”, como esse trabalhador era conhecido nas cabeceiras do Muru. Sua indiferença frente aos meus interesses, sua decisão em não mencionar os conflitos vivenciados no alto Muru, intrigavam-me, não porque gostaria que ele falasse de algo que eu próprio já tinha tomado conhecimento quando da pesquisa com os trabalhadores daquele rio, mas, fundamentalmente, porque dava-me conta de que quase quatro anos após, era visível o medo que sentia em tocar naquele assunto.

A reconstrução de situações vivenciadas, possibilitadas em diferentes formas de reinterpretação do passado por intermédio de uma memória que “é ativa, que molda; que é dinâmica”, no dizer de Samuel Raphael, coloca esse trabalhador frente a frente com sua trajetória, dialogando com ela como se ele próprio estivesse ausente, porque é algo que lhe enche de vergonha, derrota, desonra.

Sua fala parece transferir-se de uma espacialidade/temporalidade concreta, em que experimenta suas vivências, para um lugar não definido, abstrato, repleto de signos subjacentes entre o universo da floresta e seus valores morais. Transmutando-se ora como pássaro ou pequenos animais da floresta (as embiaras), ora como um cão doméstico, Sebastião Antônio reencontra forças para enfrentar e/ou afastar de suas lembranças as coisas que lhe atormentam e o agridem como homem, na acepção mesmo de uma moral cunhada no interior da empresa extrativista, como referência ao ser “macho”, ser corajoso.

A narrativa quase sempre na terceira pessoa, com a omissão do “eu”, apresentada no mesmo chão em que se omite nome de lugares e de patrões, como se estivesse desarticulado de um dado contexto histórico, parece funcionar para Sebastião Antônio como uma alternativa de buscar refúgio naquelas zonas da introspecção humana em que determinados sujeitos tornam-se indiferentes aos conflitos que envolvem intensamente toda a trama do social.

Dialogando com falas, gestos, maneiras de agir e outras formas de expressão, é possível apreendermos dimensões de tais conflitos, centradas não apenas nos processos de satisfação das necessidades materiais, nas relações de trabalho e troca com os gerentes de barracões e marreteiros, mas articuladas em sentimentos, crenças e valores, coisas impossíveis de serem percebidas na perspectiva meramente econômica, que perpassam as barreiras daquele tempo “homogêneo e vazio” do qual nos fala Walter Benjamin⁵³, encontrando eco nos ensinamentos e saberes que acompanham diferentes gerações.

A trajetória de Sebastião Antônio é impar, única porque constitui-se no âmbito da formação de uma experiência que é pessoal, sua em gestos e em palavras. No entanto, não se pode deixar de considerar que, também, enraiza-se como parte de uma coletividade, pois assemelha-se às trajetórias de muitos outros homens e mulheres, trabalhadores destinados “a pagá prá trabaiá, pagá pros patrão enricá, pagá prá ser enganado e pagá prá o barracão

⁵² Depoimento do trabalhador rural Sebastião Antônio Santos Feitosa, que trabalhou 22 anos em seringais do Muru e atualmente corta seringá no rio Tarauacá. Entrevista realizada em março de 1997.

⁵³ Benjamin, 1994, p.229.

num fechá”,⁵⁴ como enfatizou num misto de lucidez e fatalidade, dona Adélia Quintino, trabalhadora “nômada” de rios juruaenses.

“Me alembro dessas coisa e fico assim pensando nas tristeza da vida...”, atalhou-me, em uma manhã chuvosa, seu Simão de Oliveira, trabalhador do rio Valparaíso, explicando-me seus desencantos, desenterrando das lembranças as suas tristezas, como quem deseja desapropriar-se de “velhas dores” da vida:

“Uma vez a filhinha do meu fio morreu e meu fio enterrou ela no cemitério do lado da casa dele (do patrão) e ai ele mandô arrancá os osso da criança que já tinha sido enterrada, porque num quer ninguém enterrado do lado dele. Essa criança tinha oito meses e nós num tinha o que fazê”.⁵⁵

“Recordar e contar já é interpretar”, escreve Alessandro Portelli, alertando-nos, convidando-nos a perceber que os fatos narrados por aqueles com quem dialogamos, através de depoimentos orais, são repletos de significados que atribuem e expressam no processo próprio de lembrar, filosofando com suas vivências relatadas: “A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso”.⁵⁶

A perspectiva delineada por Portelli possibilita-nos uma aproximação da fala de Simão Oliveira, como interpretação e reinterpretação de um conjunto de situações vivenciadas, em que chama atenção o sentido trágico de seu discurso, das perdas familiares, reconstruídas pela memória e pela fala, entre longas pausas e silêncios. Interpretações que, impulsionadas por sua subjetividade, dão conta de valores e coisas profundamente vinculadas às experiências e tensões comuns a tantos outros trabalhadores extrativistas.

Dialogando com a subjetividade desses sujeitos, lanço mão de reflexões desenvolvidas por Raymond Williams,⁵⁷ em quem, assim como os pensamentos, os sentimentos ganham forma e historicidade “social e material”. São as “estruturas de sentimentos”, reais, dinâmicas e móveis historicamente, como todo um conjunto de práticas coletivas, que encontram e dão sentidos aos laços de solidariedade, socializando formas de enfrentamento com os padrões, bem como os sonhos que possibilitam a crença em uma vida mais digna.

A própria fala de Simão Oliveira propicia-nos evidências desses aspectos que não estão inseridos nas lógicas enrijecidas de um determinismo econômico:

“Quando o Juiz disse que num podia ninguém mais entrá lá ficou tudo mais difícil. Antes, com o outro patrão, tinha de tudo, mercadoria no barracão, remédio. Quando o Manel Lopes (patrão) entrou lá, ai ficou tudo muito difícil mermo. Quando ele entrou, matou todas as nossa cria: os porco, os boisim e até os cachorro, prá gente num pudê caçá. Agora que nós ficamu lá se batendo, procurando achá uma melhora prá pudê ir vivendo assim que nem tamu”.⁵⁸

As tentativas de desarticulação de toda uma economia de subsistência fizeram e fazem parte das artimanhas de seringalistas e gerentes de seringais como forma de atingir não somente as bases de sobrevivência familiar (que amenizam as dívidas com o barracão), mas também o equilíbrio psicológico de mulheres e homens, procurando impor uma hegemonia do poder legitimada pelo título de propriedade da terra e pelo arbítrio que semeia “medo” e “desilusão”.

⁵⁴ Depoimento da trabalhadora rural Adélia Quintino de Souza, que durante 26 anos trabalhou em seringais dos rios Envira, Tarauacá e Muru. Entrevista realizada na cidade de Tarauacá, em fevereiro de 1994.

⁵⁵ Depoimento de Simão Silva de Oliveira, trabalhador rural da área do rio Valparaíso, em Cruzeiro do Sul/Acre. Entrevista realizada em setembro de 1996.

⁵⁶ Portelli, 1996.

⁵⁷ Em Williams, *Marxismo e Literatura*, 1979, a experiência social configura-se como um processo em que o central é acompanhar significados e valores tal como são vividos.

⁵⁸ Depoimento de Simão Silva de Oliveira, entrevista citada, 1996.

Ponto para outras partidas

As evidências surgidas ao longo da pesquisa nas cidades (“rua”) e nos seringais (“mato”), apontam que representativos grupos de madeireiros, gerentes de seringais, comerciantes e marreteiros, experimentam um viver em condições bem mais cômodas que os trabalhadores, mantendo casas em núcleos urbanos como Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó e mesmo Rio Branco; movimentando contas bancárias; desenvolvendo outros negócios; e fazendo viagens de lazer com suas famílias, para outros estados brasileiros.

Ao impor métodos arcaicos de controle e coerção física e mental aos trabalhadores extrativistas, no Valparaíso e em outros rios e localidades do Juruá, como o Envira e o Muru, por exemplo, o patronato, com suas diferentes matizes, tenta impor uma dominação absoluta, uma hegemonia do poder que neutralize as ações e perspectivas de seus “subordinados”.

A fragilidade desse ideal de controle e “poder absoluto”, evidencia-se nos inúmeros conflitos e queixas dos próprios patrões sobre os extrativistas: “fazem sujeira”, “são safados”, “tiram as borracha prá fora”, “são caloteiros”, entre outros adjetivos desqualificadores dos trabalhadores. Principalmente, quando estes buscam alternativas de sobrevivência à margem do barracão.

As tentativas de instalação de uma cooperativa, pelos seringueiros-agricultores do Valparaíso, constitui-se como forte evidência de que a hegemonia à qual nos referimos, não os impede de “defender seus próprios modos de trabalho e lazer, de formar seus próprios rituais, suas próprias satisfações e visão de mundo”. Nesse aspecto, vale a pena retomarmos as reflexões de Thompson que nos alerta para a preocupação de não levarmos a noção de hegemonia longe demais ou situá-la em áreas inadequadas. “Essa hegemonia pode ter definido os limites exteriores do que era política e socialmente praticável, tendo por isso influenciado as formas do que era praticado: fornecia a arquitetura nua de uma estrutura de relações de dominação e subordinação, mas dentro desse traçado arquitetônico era possível criar muitas cenas e representar diferentes dramas” (THOMPSON, 1998, p.78).

A partir dessa ótica, é possível considerar que barranqueiros, seringueiros, agricultores, peões de derrubada, caçadores, pescadores e outros sujeitos sociais do Valparaíso e do Juruá, inserem-se com suas práticas cotidianas como portadores de valores que tanto reproduzem quanto rejeitam o arbítrio e a intolerância do poder de seus patrões. Mais que isso, devemos considerar que a questão central, subjacente aos conflitos e violências por eles vivenciados, não é outra senão a agrária. Se, no presente, as imensas áreas de proteção ambiental, floretas públicas, reservas indígenas e extrativistas aparentam a idílica idéia de que ocorreu uma singular reforma agrária na Amazônia acreana, com imensas áreas de terras sob a posse jurídica do Estado e o uso pelas comunidades de habitantes da floresta, não podemos deixar de alertar que o usufruto das riquezas naturais da região continua servindo, como no passado, aos interesses de cartéis e grandes grupos de capitais externos à revelia dos interesses e da real melhoria das condições de vida das populações que ali habitam.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. “Experiencias de Trabajo Obligatorio en Acre”, In: Revista Historia Antropologia y Fuentes Orales, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Seringais e Trabalho na Amazônia: o caso do Alto Juruá (versão preliminar), 1992.

_____. “As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade”, In: ARNT, Ricardo (ed.), O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. A Vitória da Razão(?): o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.

AQUINO, Terri Vale de. Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”. Brasília: UNB, 1977, Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.). Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

ARENDT, Hannah. A condição Humana. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, (obras escolhidas), v.1, 1994.

BRANCO, J. M. Brandão Castelo. “O Juruá Federal”, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

_____. “Povoamento da Acreania”, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 250, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Do “Manso” ao Guardião da Floresta: estudo do processo de transformação social do sistema seringal a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, Tese de Doutorado.

FACHIN, Luiz, “Posseiros e Seringueiros: aspectos jurídicos”, In: Reforma Agrária, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, 1990, apud Benatti, José Heder, “A Posse Agrária Alternativa e a Reserva Extrativista na Amazônia”, In: D’INCAO & SILVEIRA (orgs.) A Amazônia e a Crise da Modernização, 1994.

GUATTARI, Félix. As Três Ecologias. 3ª ed., Campinas: Papyrus, 1993.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEONEL, Mauro. A Morte Social dos Rios. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 1998.

LINCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: Cadernos da UFAC, 1988.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, In: Dossiê Tempo. Texto base de palestra proferida no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, em agosto de 1996.

ROCHA, Ailton chaves da. Trabalho e Dominação nos Seringais do Acre. São Paulo: PUC 1998, Dissertação de Mestrado.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Costumes em Comum: ensaios sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. O Campo e a Cidade: na história e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Dos Movimentos Sociais aos Sócio-Espaciais e Sócioterritoriais: uma Tentativa de Compreensão dos “Movimentos” Pela Perspectiva Geográfica¹

Achiles Lemos Neves

Universidade Federal Fluminense (UFF),
Correio eletrônico: geoachiles@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa busca realizar um levantamento da inserção dos movimentos sociais na geografia e, concomitantemente, analisar a forma como esses movimentos vem sendo tratados. Assiste-se na atualidade a um amplo debate acerca da compartimentação do conhecimento que, analisado de forma cartesiana, reflete uma visão de mundo parcial. Essa parcialidade, de certa forma, afasta a geografia dos movimentos sociais, na medida em que os mesmos são tratados no universo geográfico a partir de conceituações próprias de outras disciplinas ou áreas do conhecimento. Ao analisar alguns trabalhos publicados por geógrafos, percebe-se uma gradativa intensificação da influência dessas manifestações, levando a uma consideração das mesmas a partir de conceituações particulares. Essa abordagem utiliza-se de conceitos de outras disciplinas na mesma medida em que se afasta de seus referenciais teóricos de maior relevância, trazendo à geografia a necessidade de criação de referenciais próprios, como os já propostos por alguns autores como “movimento sócio espacial” e “movimento sócio territorial”. Este trabalho tem por objetivo analisar a maior participação da teoria geográfica na compreensão dos movimentos sociais, assim como contribuir para a formulação de conceituações próprias da geografia na classificação dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Método científico, Movimento sócio espacial, Movimento sócio territorial.

De los Movimientos Sociales a los Socio-Espaciales y Socio-territoriales: una Tentativa de Comprensión de los “Movimientos” desde la Perspectiva Geográfica

Resumen: Esta investigación procura realizar un levantamiento de la inserción de los movimientos sociales en la Geografía y, concomitantemente, analizar la forma como esos movimientos vienen siendo tratados. En la actualidad se asiste a un amplio debate acerca de la compartimentación del conocimiento, que analizado de forma cartesiana refleja una visión de mundo parcial. Esa parcialidad, de cierta forma, aleja a la Geografía de los movimientos sociales, en la medida en que los mismos son tratados en el ámbito geográfico a partir de conceptuaciones propias de otras disciplinas o áreas del conocimiento. Al analizar algunos trabajos publicados por geógrafos se percibe una gradual intensificación de la influencia de esas manifestaciones, llevando a una consideración de las mismas a partir de conceptuaciones particulares. Ese abordaje se utiliza de conceptos de otras disciplinas en la misma medida en que se aleja de sus referentes teóricos de mayor relevancia, trayendo a la Geografía la necesidad de creación de sus propios referentes, como los ya propuestos por algunos autores como “movimiento socio-espacial” y “movimiento socio-territorial”. Este trabajo tiene por objetivo analizar la mayor participación de la teoría geográfica en la comprensión de los movimientos sociales y también contribuir para la formulación de conceptuaciones propias de la geografía en la clasificación de los movimientos sociales.

¹ Texto para debate elaborado a partir de pesquisas na área de movimentos sociais e método científico.

Palabras-clave: Movimientos sociales, Método científico, Movimiento socio-espacial, Movimiento socio-territorial

From Social Movements to Movements Socio-spatial and Socio-territorial: In Search of a Geographic Understanding of “Movements”

Abstract: This article surveys the way social movements have been discussed in the geographical literature and the concepts used by geographers to analyze them. The study is situated in the debate about the division of knowledge that, analyzed in a Cartesian way, tends to produce a compartmentalized and thus partial vision of the world. These tendencies have led geography to either neglect the study of social movements or use concepts of other disciplines in order to analyze them. Examining the publications of select geographers, the article notes a gradual increase in the influence of these pressures and a concomitant increase in the influence of non-geographical concepts. The paper argues that the case of social movements demonstrates the need for the discipline to create its own theoretical and conceptual references, such as the notions of "socio-spatial movements" and "socio-territorial movements" already developed by some geographers. The object of the article is to analyze the role of geographic theory in understanding social movements and to contribute to the creation and refinement of geographic concepts for the study of social movements.

Keywords: Social movements; Scientific method; Socio-spatial movements; socio-territorial movements

Introdução

Este trabalho busca realizar um levantamento da inserção dos movimentos sociais na geografia e, concomitantemente, analisar a forma como esses movimentos vem sendo tratados. Assiste-se atualmente a uma ampla discussão a respeito da compartimentação do conhecimento, analisado a partir de um ponto de vista cartesiano, desagregando tentativas de representação de uma única realidade. No meio acadêmico, tal discussão é realizada como uma busca pela multidisciplinaridade. Os movimentos sociais ganham força no contexto da sociedade atual, fenômeno que se repete no universo próprio da geografia que, por outro lado, reproduz a mesma compartimentação do conhecimento citada.

A abrangência do objeto de estudo da geografia é uma discussão ampla, estando associada à própria diferenciação existente entre o “saber científico” e o “saber vivido”. As diferenciações mais freqüentes residem na dicotomia entre a área física *versus* a área humana, desprezando algumas mostras de que ambas possuem claras interfaces, ou admitindo uma possível incapacidade do ser humano de lidar com tão amplo objeto. É como se o homem soubesse analisar tanto a sociedade quanto o corpo físico da Terra, mas juntar tamanha informação, ou seja, sintetizá-la, estivesse além do nosso alcance. Há ainda outro aspecto da mesma discussão, na qual a geografia é colocada como “a ciência dos lugares”, definição da qual aproximou-se Vidal de La Blache ao longo de seus trabalhos. O crescimento da discussão sobre os movimentos sociais, no contexto da compartimentação do conhecimento de forma cartesiana, pode resultar em uma certa dificuldade de inserção da análise geográfica.

Sobre o Movimento Social, a Ciência e o modo de compreendê-los

As questões referentes aos movimentos sociais estão, cada vez mais, presentes no debate geográfico. Nas décadas de 50 e 60, Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade registravam movimentos camponeses, conforme nos mostra Oliveira, citado por Fernandes (2000). A partir da década de 1980, toma maior vulto a quantidade dos trabalhos acerca da temática movimentos sociais, notadamente por teses e dissertações (FERNANDES, 2000).

Concomitantemente, uma nota pertinente a esses trabalhos reside nos referenciais teóricos utilizados na conceituação dos movimentos sociais, que parecem ser analisados segundo conceitos estabelecidos em diversas áreas do conhecimento, sem uma efetiva base geográfica, ou seja, sem que conceitos chave da geografia contribuíssem no melhor entendimento desses movimentos, como nos coloca claramente Fernandes (2000). Essa inserção da geografia em objetos de estudo aparentemente de outras disciplinas², em especial a sociologia, não indica um problema em si, pois a compartimentação do conhecimento, há tempos, mostrou-se incapaz de dar conta dos problemas e/ou inquietações humanas. A esse respeito, Gonçalves (2002) nos diz:

“(...) Limite entre saberes, limite entre disciplinas, limite entre países. Por todo lado se fala que os limites já não são rígidos, que os entes já não são tão “claros, distintos e definidos”, como recomendara René Descartes. Cada vez mais se fala de empresas internacionais, ou transnacionais, ou multinacionais, assim como se fala em interdisciplinaridade, transdisciplinaridade ou multidisciplinaridade. Enfim, por todo lado são usados os prefixos trans, inter ou multi, indicando que as fronteiras, sejam elas epistêmicas, sociológicas ou geográfico-políticas, se é que podemos separá-las, são mais porosas do que se acreditava. (...)”

Dessa forma, a divisão dos estudos sobre os movimentos sociais pelos mais diversos campos do conhecimento tornou-se insuficiente, se é que já fora suficiente um dia. O entrecruzamento de diversas categorias de análise faz-se necessário, não somente a sociológica, como a geográfica, histórica, psicológica, entre tantas outras.

Esse cartesianismo resultou em tentativas de compreensão da realidade incompletas, pois a análise foi incompleta. Na realidade, qualquer análise será sempre incompleta. Prática comum na academia, além de base da ciência, analisar o objeto significa, de acordo com Santos (1978), a

“(...) decomposição de um todo em suas partes constituintes; exame de cada parte de um todo; processo filosófico do qual se vai do composto ao simples, dos efeitos às causas. (...)”

Nesse raciocínio, a análise contribui para o entendimento de um tema, mas é incapaz de esgotá-lo³. Mais do que isso, não raro representa o início de um processo no qual perde-se o foco do estudo. A análise aprofunda-se de tal forma em uma certa *parte constituinte* do todo que perde de vista o próprio todo. Reduzir, decifrar, enfim, analisar, significa também ater-se a certas características, ignorando outras. Por outro lado, a síntese, oposto de análise, possibilita uma visão de conjunto sendo, de acordo com Santos (1978), um

“(...) método que reúne os elementos simples para formar o composto, que parte do princípio e chega às conseqüências. Operação que consiste em compor um todo com a ajuda de seus elementos. Em dialética Hegeliana e Hameliniana: superação da tese e da antítese num termo que as combine de um ponto de vista superior. (...)”

² Não que a discussão sobre movimentos sociais seja externa à geografia, mas assim aparenta enquanto não estabelecemos conceitos geográficos que contribuam para o debate.

³ Não que algum tema seja esgotável, mas sem dúvida esse deve ser nosso objetivo quando estudamos algo a fundo. Nossa crítica em relação à análise reside no fato de que a mesma, pura e simples, sem dúvida é incapaz de realizar o que se propõe.

Na busca do entendimento de um tema qualquer, apostamos em uma metodologia que parta do centro (o objeto de estudo) à análise, e desta novamente ao centro (o objeto de estudo) – realizando a síntese.

Do Movimento Social ao Sócio-Espacial e Sócioterritorial

Movimento Social: “(...) *s.m.* – Comportamento coletivo à procura de uma nova maneira de viver; origina-se num momento de *Inquietação Social* e organiza-se pela adoção, por parte dos indivíduos em apreço, de um objetivo comum; a princípio, manifesta-se através dos mais simples tipos de comportamento coletivo, assumindo, porém, gradativamente, uma organização societária, com costumes e tradições, líderes reconhecidos, divisão do trabalho, valores sociais; p. ex. (...) o “movimento nazista”, na Alemanha, etc. (*Donald Pierson*) (...)” (SANTOS, 1978)

Movimento Social: “(...) A adequada definição do fenômeno movimento social (...) deve conter os seguintes componentes:

- (1) Uma coletividade de indivíduos atuando juntos.
- (2) O objetivo comum da ação é uma certa mudança na sociedade.
- (3) A coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal.
- (4) As ações têm um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais.

Em resumo, por movimentos sociais referimo-nos a coletivos fracamente organizados que atuam juntos de maneira não-institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade. (...)” (SZTOMPKA, 1998).

A compreensão dos movimentos sociais na geografia tem sido alvo de um debate acerca da abordagem que é feita para compreendê-los, conforme vimos anteriormente. Em recente trabalho de Fernandes (2000), houve a consolidação de uma proposta de abordagem, na qual a espacialidade e a territorialidade viriam a ser dois processos geográficos capazes de contribuir para o entendimento desses movimentos. Mais do que isso, legitimariam a discussão dos mesmos na geografia.

Quanto a espacialidade, representaria o fato de que alguns movimentos sociais teriam o espaço como trunfo. Dessa discussão, tratada também por Martin (1997 e 1998), citado por Fernandes (2000), cunhou-se o termo *movimento sócio-espacial*.

A territorialidade, por sua vez, representaria os movimentos que tem como um de seus objetivos principais a conquista da terra/território, tal qual o MST, dando origem ao termo *movimento sócio-territorial*.

Com essas especificidades, para a geografia não existiriam conceitos diferentes que não esses citados. Os movimentos sócio-espaciais e sócio-territoriais seriam, para a geografia, o mesmo que os movimentos sociais para a sociologia, vistos por um outro aspecto.

A academia, já a bastante tempo, tem como objeto de estudo manifestações da sociedade, tal qual o citado MST a partir da década de 1980, ou mesmo outros anteriores. Estudá-los não significa torná-los mais fortes, mas possui duas importantes funções a princípio: O fato de serem objeto de estudo é um bom “termômetro” de sua notoriedade. A espacialização, nesse caso, atingiu níveis elevados, de acordo com esse critério.

Além disso, os trabalhos buscam uma análise científica associada, muitas vezes, à visão de mundo do grupo manifestante, o que contribui para sua melhor aceitação na sociedade. É como se, de certa forma, a ciência “preparasse o terreno” para uma possível modificação em nossa sociedade, sendo um elo de ligação. Ressalta-se o aspecto de legitimação nesse caso, exercendo a ciência, inclusive, uma (re)ligação do movimento social e a sociedade.

É importante ressaltar que não podemos, afim de compreender os movimentos sociais e, de alguma forma, contribuir para sua atividade, estabelecer critérios diferenciados para os mesmos movimentos. Com isso, corremos o risco de incorrer no problema da análise dissociada da síntese. O movimento social e o sócio-espacial e/ou sócio-territorial são, necessariamente, a mesma manifestação vista por variados aspectos. Partir dessa premissa é importante por dois pontos principais:

Na medida em que detectamos problemas advindos do método científico, baseado também na diferenciação das áreas do conhecimento para a definição clara dos objetos de estudo, como tão bem fizera Milton Santos para a geografia, é no mínimo recomendável que busquemos uma interação maior, respeitando as divisões científicas⁴, mas tendo como objetivo sintetizar a análise que realizamos.

A discussão que trava-se atualmente a respeito da nomenclatura (que representa uma prática) com a qual a geografia insere-se na discussão a respeito dos movimentos sociais é de suma importância, na medida em que possui a capacidade de aproximá-la ou afastá-la dos demais campos do conhecimento que objetivam a mesma compreensão. Na realidade, os movimentos sociais estão inseridos na geografia desde o início da análise geográfica. Quando defendemos a consideração dos mesmos como atores na construção do espaço geográfico, isso não é fruto de uma transformação recente na sociedade, de uma mudança social como coloca Sztompka (1998). A geografia ou desprezava os movimentos ou os analisava segundo uma nomenclatura designada por outras disciplinas que, cartesianamente, incomodam-se do “intrometimento” da “ciência do espaço”. Em outras palavras, o título “Do Movimento Social ao Sócio-Espacial e Sócio-Territorial” não significa que a partir de então existem novos movimentos, mas sim que os mesmos movimentos passam a serem analisados de acordo com novas categorias de análise no âmbito da geografia, como coloca Fernandes (2000).

Alguns reflexos da aproximação entre a geografia e os movimentos sociais

Essa inserção recente da geografia na discussão dos movimentos sociais pode ser percebida em uma breve observação dos trabalhos produzidos por geógrafos. Os textos acadêmicos traduzem um início de aproximação, que encontra resistências de variadas formas, mesmo em um momento de renovação da geografia que passa a carregar o ponto de vista marxista a partir de 1978, como coloca Ramos (2003).

Por outro lado, a continuidade da aproximação pode ser percebida em trabalhos de livros didáticos, que traduzem um marco no processo. Nesses trabalhos, os movimentos sociais apresentam-se muito mais como um apêndice, como uma curiosidade, do que como centro de uma discussão⁵.

São raros e novos os casos de trabalhos como o de Oliveira (1996), no qual em uma abordagem sobre a agricultura brasileira há um capítulo específico para os movimentos sociais, intitulado “Os Movimentos Sociais no Campo e a Reforma Agrária no Brasil”. Na grande maioria dos casos, o que encontramos é uma nota externa à problemática da realidade do lugar. Essa realidade considera as pessoas de forma, quase sempre, objetiva. Em um estudo sobre a população, analisa-se problemas baseados em gráficos de distribuição de renda ou pirâmides etárias, por exemplo. No mesmo trabalho em que Oliveira produziu essa forma de abordagem, o espaço destinado ao meio urbano não conta com nada semelhante.

Buscando uma forma de quantificar essa inserção da geografia nos movimentos sociais, continuada a seqüência analítica de reflexo nos livros didáticos, utilizaremos como

⁴ O livre trânsito sobre as diversas áreas do conhecimento distancia-se na medida em que a base de preparação não é voltada para esse objetivo.

⁵ É importante frisar que a possível fraca abordagem que destina-se aos movimentos sociais nos livros didáticos ainda não foi suficientemente quantificada, além de ter sido apenas superficialmente qualificada. Tais constatações são fruto de um contato constante com os livros de que tratamos, onde detectamos a carência.

referência três dos principais autores e livros mais utilizados nas escolas do Rio de Janeiro⁶, a saber:

- Geografia do Brasil⁷, organizado por Jurandyr Luciano Sanches Ross, da Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP – do ano de 1996.
- Geografia: Paisagem e Território (Geral e do Brasil), de Demétrio Magnoli e Regina Araújo, da Editora Moderna, 2001.
- Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização, de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, da Editora Scipione, 1998.

No trabalho de Ross (1996), os movimentos sociais são claramente abordados, compondo inclusive um Capítulo⁸ já citado anteriormente, escrito por Ariovaldo Umbelino de Oliveira e intitulado “Os Movimentos Sociais no Campo e a Reforma Agrária no Brasil”, incluída na Unidade “Agricultura brasileira: Transformações recentes”. A aparente inovação, por sua vez, não encontra na mesma obra um padrão de abordagem. A parte reservada à população ou à urbanização não contam com nada semelhante, apesar de se constituírem em um belo trabalho.

No trabalho de Magnoli e Araújo (2001), encontramos uma análise dos movimentos sociais de forma também fragmentada: há um breve espaço (como Item) para o registro das intituladas “lutas pela terra”, relativamente freqüente também em outros trabalhos.

O trabalho de Sene (1998) aproxima-se dos Movimentos Sociais na Unidade intitulada “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, no capítulo 4 – “Lutas em defesa do Meio Ambiente”. Essa abordagem dos movimentos sociais associados a questões ambientais é ressaltada por Martin (1997 e 1998), após a percepção dos mesmos, em trabalhos realizados pela professora Bertha Becker a partir da década de 1980, ocupando o espaço das reivindicações de base Marxista, que teriam entrado em declínio. Assim como no trabalho de Magnoli e Araújo (2001), há um breve espaço para os movimentos sociais do campo.

Conclusão

Sobre a inserção da geografia no universo dos movimentos sociais podemos afirmar que ocorre em enorme escala, e o reflexo dos mesmos nos trabalhos científicos já se faz presente em também larga escala. O debate em materiais de ensino médio, por exemplo, surge com intensidade menor, aparentemente, traduzindo um movimento natural. Sobre esses trabalhos, podemos observar que:

1º) A introdução dos movimentos sociais não se apresenta efetivada, o que podemos constatar pela inconstância dos mesmos, ou seja, pela irregularidade com que são tratados, tanto em quantidade como na forma de inserção e abordagem.

2º) Os movimentos sociais do campo, talvez por sua estrutura de formação e reivindicação, aparecem como as poucas formas tratadas, em detrimento a manifestações destacadas por Martin,

“(…) Nas cidades, nos bairros: os Movimentos Sociais Urbanos (MSU); as Associações de Moradores; os Conselhos Comunitários, assim como dos

⁶ Acreditamos que a abrangência desses livros seja de todo o território nacional, o que não podemos afirmar no momento por não termos ainda buscado a informação em fontes confiáveis.

⁷ Apesar de ser intitulado como uma obra referente ao Brasil, este trabalho apresenta uma análise de inserção do país em uma escala global.

⁸ O trabalho de Ross (1996) não possui os por nós chamados Itens, apenas as Unidades e os Capítulos.

Clubes de Mães, Grupos Jovens, dos Movimentos de Defesa dos Favelados; dos Movimentos dos Sem-Teto ou dos Sem Casas (...)

Na essência, as manifestações da cidade e do campo apresentam a mesma raiz espacial / territorial, pois como coloca Scherer Warren, citada por Martin (1997 e 1998):

“(...) Qual é o denominador comum desses movimentos? (...) Neles defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, pelos Movimentos dos Favelados; o direito à terra para o trabalho, pelo Movimento dos Sem-Terra (...) e assim por diante”. Contudo, mais do que um abstrato “espaço de cidadania”, o ponto comum desses movimentos é, simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: o espaço de vida e/ou do trabalho que é sempre a sua base e o seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos. É por esse fato que eles não são somente sociais, mas também espaciais que podem ser denominados de movimentos “socioespaciais” (...)”

Referencias bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Fundamental: 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. São Paulo: Terra Livre, 2000.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979.

GARCIA, Regina Leite (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais – Paradigmas Clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter-Porto. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Conflicto Social, Militarización y Democracia em América Latina – nuevos problemas y desafios para los estudios sobre conflicto y paz em la región”. Buenos Aires: Clacso, 2002.

KOENIG, Samuel. Elementos de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales – Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. Geografia: Paisagem e território – Geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In ROSS, Jurandyr. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.

RAMOS, Marcelo Japiassú. A produção geográfico-acadêmica na UFRJ, UNESP-Rio Claro e USP, e o movimento de renovação teórica e política da geografia brasileira no período

1978-2001 ou Onde estão os movimentos sociais na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (Departamento de Geografia – UFF), 2003.

SANTOS, Washington dos. Vocabulário de sociologia. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978.

SENE, Eustáquio de e MOREIRA, João Carlos. Geografia geral e do Brasil – Espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 1998.

SZTOMPKA, Piotr. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero¹

Renata Gonçalves

Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) – PUC-SP

Correio eletrônico: regon@unicamp.br

Resumo: Neste artigo examinamos a dinâmica social de produção de novas relações de gênero nos espaços dos acampamentos e assentamentos. Nosso objetivo é iniciar uma reflexão acerca do processo simultâneo de mudança entre as relações espaciais e relações de gênero.

Palavras-chave: Relações de gênero, espaço público, relações de classe, lutas sociais

Impactos de la reorganización espacial de los nuevos modelos de asentamientos en las relaciones de género

Resumen: En este artículo examinamos la dinámica social de producción de nuevas relaciones de género en los espacio de los acampamentos y asentamientos de reforma agraria. Nuestro objetivo es iniciar una reflexión acerca del proceso simultáneo de transformación entre las relaciones espaciales y las relaciones de género.

Palabras-clave: Relaciones de género, espacio público, relaciones de clase, luchas sociales.

The influence of spatial reorganization on gender relations in the new rural settlement model

Abstract: The article examines the social dynamics of producing new gender relations in Brazil's landless worker encampments and agrarian reform settlements. The principal objective is to initiate a reflection on the relationship between processes of change in space and the modification of gender relations.

Keywords: Gender relations; public space; class relations; social struggles

As mulheres no MST: o diálogo entre classe e gênero

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a luta pela terra é considerada uma luta da família, o que inclui homens, mulheres e crianças. Contrariamente aos sindicatos e/ou partidos políticos em que freqüentemente os maridos participam enquanto as mulheres ficam em casa cuidando das tarefas do lar, as diretrizes do MST mencionam a necessidade de construir novas relações de gênero no interior do movimento. Esta perspectiva muda à vida das mulheres sob vários aspectos. Identificamos momentos e espaços diferentes no que diz respeito à participação das mulheres neste importante movimento de luta pela terra.

¹ Este artigo é parte da pesquisa de doutorado em andamento, cujo ponto central é a análise da construção de novas relações de gênero no MST, tomando especialmente como referência a participação de homens e mulheres na luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

O primeiro deles corresponde à fase do acampamento em que novas sociabilidades têm de ser construídas. As experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que, por sua vez implica estabelecer algumas regras de convivência, materializadas no chamado “regimento interno” decidido em assembléia e que estabelece os “códigos” de conduta de cada membro do acampamento. Neste espaço e tempo a partilha da execução de tarefas entre homens e mulheres é mais igualitária. No tocante aos papéis femininos, dois aspectos deste regimento são particularmente interessantes: o item relativo à segurança do acampamento e o que diz respeito à violência. Este segundo, embora interdite a qualquer tipo de violência contra quaisquer membros do acampamento, se torna um importante mecanismo de bloqueio à violência doméstica.

A segunda fase é a do assentamento. Nesta etapa é importante distinguir alguns pontos cruciais no que diz respeito às relações de gênero. A origem dos assentamentos permite identificar maior ou menor grau de mecanismos de reprodução do sistema patriarcal que, em simbiose com o capitalismo, reforça a dominação masculina. Quaisquer que sejam as origens dos assentamentos, ainda há um salto enorme a ser dado para que haja uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres. Todavia, é possível verificar uma discrepância entre os assentamentos que se originaram nos movimentos de luta pela terra e os que foram organizados pelo Estado. Os assentamentos realizados pelo Estado tendem a dificultar a participação efetiva das mulheres ao passo que nos oriundos da organização dos movimentos de luta pela terra, a preocupação com a emancipação feminina está mais presente. Apesar dos limites ainda existentes, o MST tem feito importantes avanços neste domínio. Um passo significativo foi à criação do Setor de Gênero, de um lado, e dos novos modelos de assentamento, de outro. Embora não haja uma menção explícita entre aquele Setor e estes novos modelos, nossa hipótese é de que ambos vislumbram a possibilidade de alteração das relações desiguais entre homens e mulheres.

O objetivo deste artigo é compreender em que medida a criação do Setor de Gênero e a reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) podem alterar significativamente as chamadas relações de gênero.

As lideranças deste Movimento afirmam constantemente que querem aprender com os “erros” dos movimentos sociais do passado a fim de superá-los. Um dos “erros” cometidos pelos movimentos que pretendiam transformar a sociedade, e que consideramos cruciais, foi o de ter colocado uma divisão entre homens e mulheres no que diz respeito à participação política. Esta separação pode ser verificada em várias tentativas de transformação da sociedade.

A fim de fornecermos ao leitor elementos para a compreensão desta exclusão, o percurso que faremos no âmbito deste artigo vai de um momento crucial de impossibilidade de participação política das mulheres, a Revolução Francesa, passando por alguns processos de revolução socialistas para, enfim, abordarmos a participação das mulheres no MST, tanto na fase do acampamento como na posterior etapa do assentamento, apresentando os limites impostos pelo tipo de assentamento existente até o momento e as mudanças que o novo modelo de assentamento podem proporcionar. De uma fase à outra, está presente o amplo debate acerca da constituição de novas relações de gênero dentro do MST, debate este que foi num primeiro momento assegurado principalmente pela militância feminina, mas que, aos poucos ganha fôlego nas trincheiras masculinas em movimento.

A revolução francesa e a exclusão política das mulheres

A Revolução Francesa instaurou um ordenamento jurídico-político e ideológico que, ao contrário do *ancien régime*, afirmava como essencial à igualdade – e não a desigualdade – entre os seres humanos. Em princípio, todos os adultos eram constituídos como sujeitos de direito e, enquanto tais, cidadãos civis, ao mesmo tempo em que se reabria com muita

intensidade, em termos teóricos e práticos, o embate em torno da universalização da cidadania política (SOBOUL, 1972).

Todavia, as profissões de fé igualitaristas, seja nas obras dos principais ideólogos, seja no calor dos acontecimentos políticos, não foram suficientes para assegurar a inclusão das mulheres. Ao contrário, o que se afirmava era o primado de uma “diferença” feminina, que, ao ser naturalizada, empurrava a mulher para o domínio doméstico afastando-a das lides políticas. Em Rousseau, que tinha a grande preocupação de construir uma nova ordem em que todos fossem cidadãos, podem ser encontradas – principalmente no clássico *Émile* (1964) – as linhas fundamentais da posição que viria a ser consagrada na época. Ao ligar intimamente as naturezas biológicas a diferenças de atitudes, o autor estabelece a distinção entre papéis e tarefas. Em outros termos, apelava-se para uma “natureza feminina”, que dotaria a mulher de virtudes específicas para as atividades domésticas (GROPPI, 1994:15). Resultado: o mesmo movimento que produziu a constituição abstrata de “todos” como “cidadãos” provocou a reclusão de uma parte destes “todos” à esfera privada. Tratou-se de um dispositivo de caráter ideológico oriundo da construção política e simbólica que serviu para reforçar a imagem masculina e burguesa de poder (GONÇALVES, 2000). Este mesmo dispositivo também serviu, por outros processos, para “excluir” outra parcela do “todos”: os trabalhadores.

Num momento em que se redefiniam as bases de participação política, não foram poucos os revolucionários que adotaram a Grécia clássica como referência maior. Como se sabe, mesmo na mais desenvolvida democracia helênica, as mulheres não foram constituídas como sujeitos ou como atrizes da política. Não circulavam entre os “animais políticos”, cuja natureza consistia em participar de uma dimensão marcada pela interação de múltiplos indivíduos fundamentalmente livres e iguais. Eram restritas ao *oikos*, onde, juntamente com as crianças e os escravos, formavam a base que possibilitava ao patriarca se aventurar no que era visto como o reino da ousadia e da criatividade (HELD, 1987). Por meio deste recurso, se buscava legitimar a existência de “papéis preestabelecidos cuja definição e atribuição a diferentes sujeitos são concebidas como determinadas pela realidade natural das necessidades, e não como o resultado possível de um debate de idéias, de opiniões, de interesses” (GIANFORMAGGIO, 1995: 397).

A natureza não-política das mulheres e a impossibilidade de serem cidadãs apoiavam-se, portanto, no pertencimento “à comunidade familiar, sobretudo enquanto esposas e mães, para os pais teóricos da cidadania e também para seus construtores revolucionários” (GROPPI, 1994:16). O homem era considerado o único ser livre, dotado de capacidade política, participante da esfera pública. De um lado, estava ele, usufruindo os direitos naturais e “capaz de autodeterminar o próprio futuro, de administrar e regulamentar os próprios impulsos com a razão, de modo a atingir uma finalidade precisa: apropriar-se das coisas”. De outro lado, a mulher, cuja natureza era concebida como “dado estável, que absorve em si o tempo imutável, a repetitividade do papel reprodutivo, um tempo diferente em relação ao das transformações históricas” (FIORINO, 1994: 101).

Com este perfil marcado por uma história exilada do eminente universo masculino, as mulheres foram tidas como “irracionais” e, portanto, incapazes de elevarem seu pensamento e ação para os superiores interesses da *res publica*. Curiosamente, num procedimento circular, o natural e o social iniciaram um reforço mútuo. Uma vez confinadas ao espaço doméstico, a questão do tempo, ou melhor, da falta deste, passou a justificar a permanência nesse espaço. Participar da esfera pública requer muita disponibilidade e o confinamento das mulheres à esfera doméstica passa a ter uma dupla implicação: por um lado, ocupadas com os afazeres domésticos, não têm o tempo necessário para o desenvolvimento de outras atividades, haja vista que não podem deixar a casa e, com isso reforçam seu confinamento; por outro lado, o fato de assumirem as atividades relacionadas à família dá “aos homens” todo o tempo possível para que estes possam participar ativamente da esfera pública.

As aspas sinalizam aqui uma segunda abstração, que funda um outro mecanismo de ocultação ideológica. Pois, ao mesmo tempo em que a dominância do discurso

universalizante centrado na moderna noção de cidadania coexistia com a exclusão política de uma parte deste universo, parte da parte incluída (os homens não proprietários) também era, por outros processos, “excluída”. Ao longo das diversas revoluções burguesas “originárias”, esta disponibilidade de tempo para participar da esfera pública também era negada aos trabalhadores. Não faltaram argumentos (muitas vezes idênticos aos formulados em relação às mulheres), com vistas a demonstrar o absurdo de conceder direitos políticos (ou mesmo plenos direitos civis) aos homens não proprietários. Importantes pensadores afirmavam que, como o trabalho embrutece, é absurdo conceder direitos políticos aos assalariados. Estas “constatações” em nada perturbavam a consciência da burguesia liberal (LOSURDO, 1998; MACPHERSON, 1978).

Nesta complexa articulação de relações de gênero e relações de classe, as diferenças, mesmo quando sutis, devem ser consideradas. Não era incomum a afirmação de que, com a extinção dos resquícios da velha sociedade e o espraiamento das relações capitalistas, todos os indivíduos masculinos talentosos e perseverantes chegariam à condição de proprietários e, desta forma, garantiriam seu ingresso na esfera política. Afinal, estas revoluções eram burguesas, ou seja, instituía as condições para uma nova dominação de classe que afirmava, no mesmo movimento, a necessidade e os limites do discurso universalista.

Transformação social e emancipação feminina: um diálogo impossível?

Como as tentativas de superação do capitalismo lidaram com a parte e o todo, especialmente, no que se refere às relações de gênero? A particularidade das tentativas de revolução socialista consiste em que, no geral, seus dirigentes afirmavam a estreita relação entre transformação social e libertação da mulher. Apenas a título de exemplo, lembremos de Trotsky, para quem a construção do socialismo só seria possível se as mulheres operárias e camponesas fossem libertas das ataduras do cuidado da família e do lar (TROTSKY, 1980); ou de Lênin, ao afirmar que “enquanto as mulheres não forem chamadas para participar diretamente no conjunto da vida política e também para se encarregar de um serviço cívico permanente e geral, não será possível nem o socialismo e nem mesmo a democracia integral e durável” (1968: 56).

Apesar destas e de inúmeras outras formulações, os revolucionários socialistas não conseguiram realizar avanços fundamentais neste terreno. Kollontai, em sua autobiografia, relata a dificuldade que, juntamente com outras mulheres, encontrou para atuar no interior do processo revolucionário: “meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e a minhas correligionárias, de sermos ‘feministas’ e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres” (KOLLONTAI, 1980: 19).

Mais próxima no tempo e no espaço, a revolução nicaragüense também representou uma esperança para os partidários da igualdade entre os sexos. O clima de igualdade dava espaço a reuniões públicas cujas palavras de ordem eram: “não há revolução sem a emancipação da mulher; não há emancipação sem revolução” (MOLYNEUX, 1989:IV). No entanto, após os primeiros anos do sandinismo no país, os ideais que este buscava defender, no que se refere às relações de gênero, foram postos de lado. O mesmo ocorreu em El Salvador. Neste país, além de 30% dos guerrilheiros serem mulheres, elas representavam mais de 60% da população civil que apoiava a luta. Se, no auge destes movimentos, houve importantes, embora limitados, avanços nas relações de gênero, com a derrota² e subsequente desmobilização da guerrilha, a maioria das mulheres voltou para casa, sem que se instituísse qualquer cláusula sobre seus direitos fora do lar.

Estes fatos dão sentido às observações de Petras para quem as mudanças ocorridas em processos revolucionários, embora representem avanços, “não alteram significativamente a desigualdade entre homens e mulheres, especialmente no tocante à

² Em grande parte uma capitulação sem luta, cujas razões ainda aguardam pesquisas acuradas.

composição por gênero da liderança social, política e econômica” (1999: 401). As mulheres significavam, para os movimentos revolucionários, uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuíam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, o próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação (HAYDEN, 1980) era acompanhado pelo temor de que tal esforço comprometesse as realizações dos “objetivos fundamentais” da revolução. Tal receio foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico deste “esforço especial”, o que, em termos práticos, significou deixar o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros para quando as transformações “infra-estruturais” estivessem consolidadas.

Por que isto ocorre? Seria decorrência da fragmentação dos movimentos que colocaram homens de um lado e mulheres de outro, deixando, inclusive, ao capitalismo a possibilidade de melhor se reproduzir?³

Conexão classe social e relações de gênero: dimensões teórico-políticas de um impasse

Ao colocarmos em evidência a fragmentação dos movimentos, não sugerimos que inexista uma enorme distância entre as mulheres das classes dominantes e as das classes dominadas. É esclarecedor o depoimento de Domitila – mineira boliviana – na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, em 1975. Ao ser interpelada por uma líder feminista sobre a necessidade de falarem somente delas – mulheres, iguais – questionou:

“Muito bem, falaremos de nós duas. Mas, se me deixa, vou começar. Senhora, faz uma semana que a conheço. A senhora chega, cada manhã, com um vestido diferente; e no entanto, eu não. Todo dia a senhora chega pintada e penteada como quem tem tempo para passar num cabeleireiro bem elegante e pode gastar um bom dinheiro nisso; e, no entanto, eu não. Eu vejo que todas as tardes a senhora tem um chofer esperando-a num carro na porta para levá-la para sua casa; e, no entanto, eu não. E para se apresentar aqui como a senhora se apresenta, estou certa de que vive numa casa bem elegante num bairro também elegante, não é? E, no entanto, nós, as mulheres dos mineiros temos só uma pequena casa emprestada, e quando morre nosso esposo, ou fica doente ou o despedem da empresa, temos noventa dias para abandonar a casa e ficamos na rua.

Diga-me, agora, senhora: a senhora tem algo semelhante à minha situação? Tenho eu algo semelhante à sua situação? Então, de qual igualdade entre nós vamos falar? Se a senhora e eu não nos parecemos, se somos tão diferentes? Nós não podemos, neste momento ser iguais, ainda como mulheres, não lhe parece?” (VIEZZER, 1990: 186).

A longa narrativa de Domitila ilustra muito bem o quanto as relações sociais são permeadas por clivagens: uma mulher pode estar no outro pólo da oposição de classe. Concordamos com Saffioti ao afirmar que não é possível falar em mulher genérica, mas em mulher sempre situada historicamente e considerando que as identidades sociais do sujeito são múltiplas (1994: 20). Para esta autora, uma sociedade, além de estar dividida em classes sociais, encontra-se igualmente atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia. A tríade classe social-gênero-raça/etnia entrelaça-se de modo a formar um nó: “trata-se de um entrelaçamento, que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas que as potencializa. Em outros termos, este nó apresenta uma lógica contraditória” (1996: 61). A idéia do nó envolve uma potenciação das

³ Desenvolvemos esta formulação em artigo publicado na revista argentina *Periférias*, n.º. 11. Ver Gonçalves (2003).

contradições e, na vida cotidiana, é impossível separar estes antagonismos (SAFFIOTI, 1997: 144).

Embora partilhemos da idéia de que na constituição dos sujeitos esta tríade esteja presente, consideramos que esta mesma perspectiva teórica tem limitações. A tríade – ou o *nó* – ajuda a entender o processo de constituição dos sujeitos de determinada classe, mas ela pouco avança na questão das lutas sociais. O *nó* tem de ser desatado na perspectiva das lutas de classes: o que as mulheres burguesas têm em comum com as mulheres camponesas, por exemplo? Voltando ao campo de nosso objeto de estudo, como não perceber a posição de classe que separa a mulher, trabalhadora rural, Diolinda Alves⁴ da mulher, fazendeira, Tânia de Farias⁵? O que estas têm em comum? Do que ambas compartilham senão do fato de serem mulheres?

Consideramos, portanto, que a análise de gênero não se dissocia de sua base material. A negligência desta base material da vida social leva à valorização de diferenças produzidas pela opressão e desigualdade contra as quais se quer lutar.

É de amplo conhecimento a utilização do termo gênero para se referir à construção social de homens e mulheres a partir da percepção do sexo biológico. Beauvoir, em seu *O segundo sexo*, de 1949, foi à fonte inspiradora desta reflexão que, desde meados dos anos 60, ganhou força teórico-política sobretudo no mundo ocidental. A partir de (SCOTT, 1995), o termo gênero torna-se mais conhecido como um elemento constitutivo das relações sociais (e, portanto, de poder) a partir das diferenças percebidas entre os sexos. A concepção de gênero como historicamente situado permite a desconstrução de muitos significados vinculados à natureza ou à “essência” feminina, o que, por sua vez, vislumbra perspectivas de mudanças num quadro que, a priori, parece estático. Neste sentido, gênero é também um processo que implica a interconexão com outras variáveis sociais produzindo igualmente, num movimento constante, diferentes espaços geográficos, como sugerem (FRANCO, VALENCIANO, 2004).

Sem perder de vista o caráter de classe que a própria luta pela terra impõe, a trajetória das mulheres do MST é exemplo significativo de como dentro dos diferentes espaços de luta se pode desconstruir os chamados significados de gênero que atribuem distintos papéis a homens e mulheres. Tarefa nada fácil, porém não impossível, como veremos a seguir.

Rompendo barreiras de gênero: o acampamento como local de emancipação

A fase do acampamento na luta pela terra é um importante momento na constituição de novas relações de gênero. Já sabemos que estas significam construções sociais do ser “homem” ou ser “mulher”. Em função desta construção, serão atribuídos a um ou outro sexo papéis sociais a serem desempenhados em determinados lugares. Estamos às voltas com a construção social não apenas do gênero, mas também do espaço. Num movimento simultâneo um e outro vão sendo moldados. As relações sociais dão forma e contorno aos lugares ao mesmo tempo em que os lugares acabam formatando as relações. Assim, na divisão sexual do trabalho teremos espaços femininos e espaços masculinos. Os termos desta divisão calcados em especificidades *naturais* colocam as mulheres como pertencente ao mundo doméstico, cujas tarefas são lavar, passar, cozer, arrumar, cuidar da educação e saúde dos filhos, etc.; enquanto os homens trabalham fora de seus lares e, de volta à casa, têm direito ao merecido descanso e atenção especial de suas esposas.

O espaço doméstico, neste sentido, é o local da cultura de opressão feminina. Para Bourdieu, trata-se de uma violência simbólica em que o predomínio da dominação

⁴ Conhecida liderança do MST no Pontal do Paranapanema; tornou-se um dos símbolos da luta pela Reforma Agrária no Brasil.

⁵ Ex-presidente da UDR (União Democrática Ruralista), órgão máximo de organização dos latifundiários.

masculina leva a uma incorporação, tanto no mundo social como no próprio corpo, de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Para o autor,

“a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se funda: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, com a oposição entre o lugar da assembléia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres, ou, no seu interior, entre a parte masculina do lar, e a parte feminina” (BOURDIEU, 1998: 15).

Mas o que significa fixar a fronteira entre espaço doméstico e espaço público num acampamento? O acampamento é antes de tudo parte de um processo de ocupação de terras que se tornou uma importante estratégia de luta e resistência na conquista pela terra (FERNANDES, 2000). De um modo geral, a simples existência do acampamento significa um importante avanço das relações sociais, na medida em que é necessário um esforço gigantesco para lidar com os medos reais da freqüente violência por parte dos latifundiários e da polícia do Estado; além de ter de encontrar forças para se confrontar com um sistema político e com um conjunto de representações ideológicas que privilegiam a propriedade privada e o capital. A existência do acampamento significa igualmente um grande avanço para as relações de gênero. Antes de tudo porque para resistir a esta violência real e ideológica é necessário unir forças. Na reprodução do espaço do acampamento “novas experiências são criadas, novas lutas nascem num processo contínuo” (FERNANDES, 2000: 79).

Embora no acampamento as pessoas continuem a ser juridicamente constituídas como cidadãs (para muitas a condição de cidadania é vivida ali pela primeira vez), este espaço é relativamente autônomo com relação àquele regido pelo *status quo*. A vida no acampamento tem outras regras, outras sociabilidades, outras aprendizagens que impõem a criação de uma vivência coletiva onde cada um depende de todos e todos de cada um. Instaura-se um código de convivência com regras próprias e as decisões são tomadas em assembléias. Em função de suas afinidades e locais de origem, são criados Núcleos de Famílias que subdividem em Setores (da infra-estrutura, higiene, saúde, educação, disciplina, frente de massas, formação, etc.). Núcleos e Setores compõem a Coordenação Política do acampamento. Uma maneira de envolver a todos os integrantes do acampamento.

Cada Setor conta hoje com a coordenação de um homem e de uma mulher, cujas tarefas serão identificar e resolver as dificuldades encontradas nos Núcleos de Famílias. Por exemplo, o setor da educação será responsável por localizar as escolas próximas ao acampamento e dialogar com as autoridades locais sobre o transporte dos alunos, etc. O setor de disciplina será o responsável por, entre outros, organizar a segurança do acampamento. Todos os membros, independentemente de sexo, raça, religião são envolvidas nas atividades do acampamento. São nestas primeiras aprendizagens de vida coletiva que homens, mulheres e crianças fazem a experiência da partilha das tarefas.

O acampamento proporciona às mulheres a participação efetiva em atividades que no geral são definidas como pertencentes ao espaço público e, logo, atividades de homens. É o momento e lugar em que as mulheres chegam mais próximas de um *status* de igualdade com os homens. Participam da construção dos barracos, rasgam a lona, estão nas comissões, etc. Neste processo, o chamado espaço doméstico-privado também adquire novas dimensões. O próprio acampamento já é um espaço “privado” em contraposição ao espaço público da *polis*. Além disso, neste espaço demarcado os barracos têm de ser construídos muito perto uns dos outros, gerando um grande desconforto por causa da perda de intimidade. No que diz respeito às desigualdades de gênero, a fase do acampamento fornece uma aprendizagem nova: este mesmo desconforto causado pela perda de intimidade, acaba sendo compensado pela impossibilidade da conhecida violência doméstica de que são vítimas principalmente as mulheres. Vários estudos demonstram que

as mulheres sempre restritas à esfera doméstica acabam sendo vistas como propriedades dos “machos” da família e como tal são facilmente objetos de violência. No acampamento, ao contrário, qualquer tipo de violência contra qualquer membro é expressa e terminantemente proibido. Assim, a pessoa (homem ou mulher) que cometer um ato de violência será punida e, em caso de reincidência, expulsa pela comunidade.

A fase do acampamento também é aquela de maior participação das mulheres: participam das reuniões, opinam e, sobretudo, fazem a argumentação política, espaço de onde sempre estiveram excluídas. Rua & Abramovay reconhecem que são elas que estão sempre à frente de grande parte das mobilizações (2000: 258). As mulheres desempenham tarefas consideradas femininas, ligadas à saúde, educação e infraestrutura. Por exemplo, muitas coordenam a merenda, a Pastoral, a higiene, a escola, etc.

Todavia, para além destas tarefas que poderíamos denominar “tipicamente” femininas, no acampamento podemos observar a existência da inversão de papéis de gênero, como é o caso da segurança que, apoiada no atributo da força física, sempre foi tida como função “tipicamente” masculina. Esta inversão é resultado de amplo debate provocado pelo Setor de Gênero dentro do MST⁶. Como observa uma acampada no Pontal do Paranapanema, “se as mulheres enfrentam polícia, jagunços numa ocupação, podem muito bem participar igual o homem das atividades do acampamento. Luta igual, trabalha igual, pode decidir igual”.

Os acampamentos são os momentos em que se operam verdadeiras mudanças. Para além das transformações relativas à consciência de classe, oriunda do processo de se auto-reconhecerem como “sem terra”, a vida no acampamento acaba contribuindo para moldar novas relações de gênero, pois se ainda não se observou uma alteração definitiva nas desigualdades de gênero, no mínimo houve um embaralhamento de cartas, ou seja, há uma ruptura com uma condição estática que parecia tão “natural”.

Dos “velhos” aos “novos” modelos de assentamento: do recuo às possibilidades de mudança nas relações de gênero: o modelo predominante de assentamento, retorno ao patriarcalismo

O assentamento representa um desfecho positivo para os sem terra contra o monopólio do latifúndio. É o momento de organização de uma nova sociabilidade, de um novo processo que implica criar condições para a permanência na terra conquistada. Se os acampamentos oferecem condições para alterar as desigualdades de gênero, o assentamento aparece como um tempo e espaço de recuo da participação das mulheres que dizem agora que “os maridos não as deixam participar”. Todavia, um olhar mais profundo revela que são retomados muitos elementos característicos da esfera privada. É preciso considerar que a modalidade de distribuição da terra imposta pelo Estado afasta as pessoas da vida coletiva. No chamado modelo retangular ou, numa linguagem dos assentados, o “quadrado burro”, as casas ficam a quilômetros de distância umas das outras dificultando qualquer convivência mais coletiva. As dificuldades também são grandes no que concerne ao transporte de um modo geral, mas sobretudo para o deslocamento diário das crianças até a escola. Neste modelo o lote é uma espécie de propriedade privada e como tal impõe uma divisão sexual do trabalho bastante distinta daquela vivenciada no acampamento.

A transformação capitalista da agricultura prioriza os aspectos econômicos e tecnológicos e os assentamentos adquirem formas em que o tempo e o espaço são regidos pela produção. Para além da sobrevivência, é necessário produzir para pagar os créditos, os empréstimos feitos junto ao Estado, ao banco, etc. A luta para permanecer na terra se torna imediatista e o aspecto econômico vira fator determinante. Concordamos com (GRECO

⁶ O Setor de Gênero do MST é ele próprio resultado de um processo instigante de participação das mulheres na luta pela terra. Para maiores detalhes, ver Campos (2003) e Valenciano (2004).

MARTINS, 2004) ao mencionar que os assentamentos podem ser compreendidos como expressão de um impasse da luta social.

“Por um lado, os assentamento encerram em si as possibilidades de superação das relações de exploração do trabalho assalariado, unindo o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família, sinalizando também a possibilidade de democratização da estrutura fundiária. Por outro lado os assentamentos, sobretudo nos anos 90, não conseguiram materializar plenamente suas potencialidades” (GRECO MARTINS, 2004: 165).

Esta impossibilidade é resultado das dificuldades para conquistar uma política de Reforma Agrária. Para o governo, a questão agrária se tornou uma questão de mercado pro via da criação do Banco da Terra⁷. Apesar destes limites, várias pesquisas⁸ demonstram que houve modificações positivas na vida das famílias assentadas no que diz respeito à alimentação, saúde, poder de compra, habitação.

Para os objetivos deste artigo, é necessário ressaltar o predomínio, que há no espaço do assentamento, das relações patriarcais/paternalistas. As desigualdades entre homens e mulheres são reestabelecidas de modo explícito. Enquanto os homens vão para a roça, as mulheres ficam em casa cuidando das atividades domésticas. Elas passam a ser dependentes de seus maridos ou pais ou companheiros. No contrato de concessão da gleba o homem aparece como responsável pelo lote ao passo que a mulher é uma “dependente”. Por meio deste contrato, que se apóia no direito positivo em que o patrimônio pertence ao homem e desta maneira nega-se às mulheres a possibilidade de administração e comando. O alijamento da mulher à posse bloqueia também qualquer possibilidade de acesso às políticas de crédito e/ou negociação com bancos, etc. Para combater esta desigualdade, há um esforço crescente do MST, e principalmente do Setor de Gênero, para fazer com que o casal seja o responsável pelo lote eliminando a idéia de “responsável” e “dependente”.

Ao lado destas lutas acerca da responsabilidade da concessão do lote, um aspecto que consideramos fundamental para a alteração das relações de gênero é o novo modelo de assentamento que apresentamos a seguir.

Os “novos” modelos de assentamento: perspectivas de mudanças⁹

Os “novos” modelos são uma proposta do MST para organizar os assentamentos de um jeito diferente do conhecido “quadrado burro”. Esta nova disposição dos lotes e das moradias pode contribuir para a construção de novos hábitos que, por sua vez, levam a mudanças nas relações de gênero.

Mas quais as novidades deste modelo?

A primeira delas consiste em participar da elaboração e execução do corte da área. Algumas experiências nos estados do Espírito Santo e do Mato Grosso e, mais recentemente, no estado de São Paulo, mostram que são possíveis formas mais flexíveis na maneira de organizar as moradias e a cooperação. Participar destas elaboração e execução significa realizar um trabalho anterior, na fase do acampamento, com as famílias com o objetivo de agrupá-las em função de suas afinidades e fazer com que este agrupamento seja o mesmo na localidade do futuro assentamento. Até agora o INCRA fazia sorteios de

⁷ Para resistir a este modelo agrícola desfavorável, o MST ao longo do tempo buscou formas de cooperação para os assentamentos e surgiram as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuárias). Esta forma de cooperação, por inúmeros fatores, não conseguiu envolver toda a base social do MST. Novas formas foram buscadas e surgiram as CPS (Cooperativas de Prestação de Serviços) como uma maneira de dar suporte à produção dos trabalhadores assentados. Embora o cooperativismo seja um elemento importante para entender o assentamento, o objetivo restrito deste artigo não nos permite desenvolver uma análise aprofundada desta questão. Remeto os leitores interessados no assunto aos textos de Greco (MARTINS, 2004) E (PAGOTTO, 2004).

⁸ Ver, a este respeito, os resultados das pesquisas de (BERGAMASCO, 2003) e (LEITE, MEDEIROS, 2004).

⁹ Nos apoiamos aqui no Caderno de Cooperação Agrícola, nº 10. Ver MST & CONCRAB (2001).

famílias individuais, o que as distanciavam umas das outras e impediam qualquer forma de vida coletiva. Este sorteio por grupos representa para o MST “o primeiro passo e o potencial para as futuras formas de cooperação entre as famílias, sejam elas nos aspectos sociais, sejam nos aspectos econômicos” (MST & CONCRAB, 2001: 10).

Outra novidade diz respeito ao processo de titulação. A Constituição Brasileira prevê a posse do título da terra para o assentado. A proposta do MST, ao contrário, é romper com este mecanismo que privilegia o lote como propriedade privada. É o usufruto da terra, e não a posse privada, que permite produzir e viver na terra. A terra deixa de ser objeto de compra e venda. No tocante às relações de gênero, esta discussão sobre o título da terra propõe que título de usufruto seja feito em nome da mulher e do homem. Para o INCRA o título do lote deve ser feito em nome do cadastrado reforçando as relações patriarcais, como mencionamos. Fazer a titulação em nome da mulher e do homem faz com que as mulheres tenham “condições de comprovarem a sua profissão (agricultora) e com isto no futuro garantir a aposentadoria, como também coloca a mulher num mesmo patamar de igualdade com o homem, podendo discutir junto o destino dos recursos/crédito, o planejamento do lote e da produção” (MST & CONCRAB, 2001: 11).

Este novo modelo de assentamento tem ainda como ponto central a organização das habitações por meio dos Núcleos de Moradia com um número de famílias que pode variar de 10 a 25, em função do tamanho da área do assentamento. Diferentemente das agrovilas em que o lote fica distante da casa, nos Núcleos de Moradia as casas ficam em cima dos lotes. Este novo jeito também é diferente do parcelamento tradicional, o “quadrado burro”, em que cada casa fica distante uma da outra perdida no meio do lote. Este modelo tem o formato de um “raio de sol” com casas circunvizinhas formando um círculo e os lotes começando no quintal e se ampliando para fora. Outro tipo de moradia são os Núcleos Habitacionais em que a casa não fica no lote, mas que pelo fato de ser um número pequeno de famílias, a distância entre lote e casa diminui.

Qualquer que seja a opção, núcleos de moradia ou núcleos habitacional, há uma aproximação das famílias, o que permite a implantação de áreas sociais para a instalação espaços reservados para escolas, celebração religiosa, esportes, etc., fortalecendo a vida coletiva bastante semelhante àquela do acampamento, sobretudo porque esta forma de organização implica na criação de um Regimento Interno com códigos de convivência para evitar problemas, freqüentemente presentes nas Agrovilas, como é o caso dos animais dos vizinhos. A distribuição das famílias por Núcleos permite ainda economizar na instauração e manutenção da infra-estrutura. Por exemplo, os gastos com as instalações das redes elétrica e de esgoto diminuem; o percurso diário do transporte escolar ou dos caminhões de coleta de lixo são bem menores. Num recém criado assentamento que adotou este modelo “raio de sol”, o ônibus escolar que, no modelo tradicional, teria de percorrer um trajeto de 26 Km para pegar todas as crianças, agora percorre apenas os 4 km das ruas em frente às casas dos núcleos de moradia. Estes núcleos de família formam a organização de núcleos de base do assentamento com a coordenação de duas pessoas, um homem e uma mulher. Evita-se assim a tendência patriarcal do assentamento de somente os homens coordenarem.

Este novo modelo tem implicações diretas na organização coletiva da produção, priorizando a agroecologia, a permuta de insumos, o controle político dos créditos, a formação, etc. Outra mudança fundamental e que toca diretamente nas relações de gênero é a diminuição da divisão territorial do trabalho em função do sexo. No capitalismo a separação da casa do local do trabalho da produção, impôs uma divisão sexual do trabalho em que, como observamos, a mulher fica circunscrita à esfera da reprodução e o homem à esfera da produção. Neste novo modelo há uma fusão entre estas esferas: o local do trabalho (o lote) começa no quintal da casa. A volta do Regimento com regras de convivência e a proximidade das casas inibe novamente a violência doméstica tão difusa na sociedade como um todo.

A nova organização espacial dos assentamentos permite, portanto, mudanças significativas nas relações de gênero. No entanto, estas mudanças só ocorrerão

efetivamente se houver um trabalho constante que combine lutas sociais e emancipação das mulheres. Abole-se a hierarquia do tratamento prioritário às chamadas questões gerais, em detrimento das questões “específicas”. Ao contrário, adota-se a alternativa proposta por Petras (1999), qual seja a *unidade de classes e lutas decorrentes da questão do gênero*. Trata-se de uma organização comum de homens e mulheres, o que “possibilita a unidade de classe, bem como a luta pela distribuição igualitária de benefícios entre homens e mulheres” (1999: 415). Este redesenho espacial permite, como propõe o autor em pauta, “uma revolução dentro da revolução”.

O Setor de Gênero desempenha um papel fundamental neste processo de mutação tanto da organização do espaço como nas alterações das relações de gênero. Nas simultâneas mudanças espaciais e sociais estão inseridas as linhas políticas deste Setor, dentre as quais, destaco as seguintes: garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra esteja em nome do homem e da mulher; assegurar que os recursos, planejamento, execução e controle dos projetos assim como da produção sejam discutidos por toda a família (CAMPOS, 2003: 25). O Setor tem ainda por objetivo incentivar a efetiva participação das mulheres por meio de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todas as instâncias políticas quer seja do movimento de uma forma geral, quer sejam do acampamento ou do assentamento.

Os penosos trabalhos domésticos, que representa uma das preocupações do Setor de Gênero, podem ser substituídos neste novo modelo por refeitórios, lavanderias, etc. comunitários colocando em xeque o modelo burguês de família que impõe as tarefas domésticas a famílias individuais, que, por sua vez, calcada no patriarcado, obriga as mulheres a desempenhá-las.

Considerações finais

As modificações do espaço influem na alteração das relações de gênero. Como vimos, as experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, na medida em que este é o lugar onde se origina a vivência coletiva com participação de todos os seus membros, independentemente do sexo, da raça, da idade, etc. Este convívio possibilita a transgressão de papéis sexuais que definem os espaços em que homens e mulheres devem atuar. Assim, por exemplo, as mulheres rompem com o mito da fragilidade e vão fazer a segurança do acampamento. A violência doméstica, um grave problema da sociedade, é inibida tanto por sua condenação no Regimento Interno como pela inibição resultante da proximidade dos barracos.

Conquistada a terra, há um recuo da participação das mulheres na esfera pública. No assentamento tradicional o tempo e o espaço são outros. As mulheres voltam para a esfera doméstica e qualquer tentativa de participação política é de antemão barrada pela dificuldade de locomoção, dada a enorme distância entre uma casa e outra. Predominam neste espaço as relações patriarcais com uma clara divisão sexual do trabalho.

Uma tentativa de romper com o patriarcalismo e dar continuidade às experiências igualitárias dos acampamentos tem sido as propostas de implantação de novos modelos de assentamento. Esta novidade consiste em combinar luta de classes com lutas decorrentes da questão de gênero. Uma combinação que opera mudanças na organização espacial do assentamento (o que implica participar das decisões acerca do corte do lote, da política de crédito, da decisão sobre o modelo de produção, etc.) ao mesmo tempo em que estas desencadeiam metamorfoses no conjunto das relações sociais, com ênfase aqui para as reais possibilidades de se construir efetivamente um novo homem e uma nova mulher.

Neste novo modelo de assentamento, deixa-se de lado, portanto, qualquer perspectiva de “estágios” em que ora é a instauração da mudança que trará a emancipação das mulheres, ora é esta que provocará aquela. As duas transformações podem ocorrer simultaneamente.

Referências bibliográficas

- BEAUVOIR, S. Le deuxième sexe. Paris, Gallimard, 1991.
- BERGAMASCO, S. M. P. Reforma agrária e assentamentos em São Paulo: mudanças no espaço rural. Jornal da Unicamp. 22 a 28 de setembro de 2003.
- BOURDIEU, P. La domination masculine. Paris, Seuil, 1998.
- CAMPOS, C. As relações de gênero e o MST. In: SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST. Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder. São Paulo, ANCA, 2003.
- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. São Paulo, Vozes, 2000.
- FIORINO, V. Ser cidadã francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: BONACCHI, G. & GROPPPI, A. (orgs.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo, Unesp, 1994.
- FRANCO, M. M. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, Unesp, 2004. Tese de doutorado.
- GIANFORMAGGIO, L. Différences, inégalités, pouvoirs. In: EPHESIA (org.). La place des femmes: les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales. Paris, La Découverte, 1995.
- GONÇALVES, R. Cidadania-classes populares-mulheres: reflexão sobre seus impactos nas lutas sociais. Lutas Sociais, n° 7, 2000.
- _____. La dinámica sexista del capital: feminización del trabajo precario. Periférias, n° 11, 2003.
- GRECO MARTINS, A. F. Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo, PUC, 2004. Diss. de mestrado, mimeo.
- GROPPPI, A. As raízes de um problema. In: BONACCHI, G. & GROPPPI, A. (orgs.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo, Unesp, 1994.
- HAYDEN, C. E.. El departamento de la mujer (Zhenotdel) del partido bolchevique. In: Críticas de la economía política, n° 14/15, 1980.
- HELD, D. Modelos de democracia. Belo Horizonte, Paidéia, 1987.
- KOLLONTAI, A. Autobiografia de uma mulher emancipadora. São Paulo, Editora Proposta, 1980.
- LEITE, S. & MEDEIROS, L. *et alii*. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, Unesp, 2004
- LENIN, V. Le nouveau type d'État que crée notre révolution. In: Oeuvres choisies. Moscou, Editions du Progrès, t. 2, 1968.

LOSURDO, D. 150 anos do Manifesto do Partido Comunista – 150 anos de história universal. Lutas Sociais, n° 4, 1998.

MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOLYNEUX, M. D. La mujer, el estado y la revolución: el caso de Nicaragua. Inprecor. n° 66, 1989.

MST & CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento. Caderno de Cooperação Agrícola, n° 10, 2001.

PAGOTTO, C. Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e de resitência dos trabalhadores sem-terra. Lutas Sociais, n° 11/12, 2004.

PETRAS, J. Classe, gênero e luta revolucionária. In: Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, FURB, 1999.

ROUSSEAU, J. J. Émile – ou de l'éducation. Paris, Garnier Frères, 1964.

RUA, M. G. & ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. Pós-fácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI H. I. B. & MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

_____. Violência de gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, n° 2, 1996.

_____. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, n° 20 (2), 1995.

SOBOUL, A. A revolução francesa. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

TROTSKY, L. Da velha à nova família. São Paulo, Editora Proposta, 1980.

VALENCIANO, R. C. A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero. Presidente Prudente, Unesp, 2004. Texto de exame de qualificação de mestrado, mimeo.

VIEZZER, M. Se me deixam falar. Domitila – o depoimento de uma mineira boliviana. São Paulo, editora Global, 1990, 14^a. ed.

Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico

Lucília Maria Sousa Romão

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da

Correio eletrônico: tantpalavras@uol.com.br

Resumo: Partindo dos postulados teóricos da Análise do Discurso, de matriz francesa, esse trabalho objetiva discutir como os sentidos são construídos historicamente e como há sempre uma memória que sustenta a significação. Sabendo que a linguagem é o palco em que sujeito, ideologia e memória se engendram, pretende-se interpretar três reportagens jornalísticas, publicadas na mesma edição da Revista Veja, marcando como os deslizamentos de sentido, os espaços intervalares de não-ditos e o silenciamento estão constituídos.

Palavras-chave: Memória; Ideologia; Historicidade; Discurso jornalístico; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Memoria y actualización de sentidos en tres actos del discurso periodístico

Resumen: Partiendo de la fundamentación teórica del Análisis del Discurso, de la leña francesa, ese trabajo objetiva discutir como los sentidos son construidos historicamente y como hay siempre una memoria que sustenta la significación. Sabiendo que la lenguaje es el escenario en que sujeto, ideología y memoria si engendran, se pretende interpretar tres reportajes periodistas, publicadas en la misma edición del Magazine Veja, marcando como los deslizamientos del sentido, los espacios intervalares de no-dichos y el silenciamiento estan constituydos.

Palabras-clave: Memoria, ideologia, historicidad, discurso periodístico, Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Memory and the senses in three acts of journalistic discourse

Abstract: Using the theoretical postulates of French Discourse Analysis as a starting point, this article discusses how notions of “common sense” are constructed, particularly by the press, and how there is always a memory that sustains the meaning of these senses. Recognizing language as the place where subject, ideology and memory are engineered, the present paper analyzes three articles published in the same issue of *Veja* magazine to demonstrate how slips of logic, silences, intervals produced by assumptions (the unsaid), and other silences that contribute to shaping the dominant ideology.

Keywords: Memory; ideology; history; journalism; Landless Rural Workers’ Movement (MST).

*“Chega mais perto e contempla as palavras
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?”
Carlos Drummond de Andrade*

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando ossos. No começo, achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras.”, na fala de BARROS (2003), a tarefa de escovar ossos é sinônimo de escutar os queixumes antigos de seres que não estão mais vivos, de remontar o sonho do corpo com aquilo que deles ficou, de significar as partes perdidas e de recolher o que está subterraneamente escondido.

O poeta, vendo esse trabalho de escavação arqueológica, quer para si a tarefa de escovar palavras, de recuperar sentidos já falados, de desencravar a memória dormente, de elaborar experimentos de decifração da linguagem. Como ele, tenho investigado o papel da memória discursiva e da historicidade em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ROMÃO, 2002), na tentativa de compreender como os sentidos sobre esse tema se inscrevem socialmente, são determinados por relações de confronto na esfera social e política e como se materializam no discurso jornalístico. Apoiada no conceito de interdiscurso (PÊCHEUX, 1983), quero agora escavar o movimento de repetição e atualização da memória a partir dos sentidos apresentados em três reportagens jornalísticas, que dialogam intimamente e, com isso, refletir um pouco sobre os gestos de leitura possíveis ou não ao leitor de revistas e jornais da grande mídia.

Geralmente quando o leitor se ocupa de um jornal e/ou revista, presta atenção na página de uma reportagem, na manchete de outra, na capa chamativa, em entrevistas espalhadas ao longo da publicação, sempre de modo estanque, separado como se não existe diálogo nem continuidade entre as partes. Costuma orientar o seu olhar para uma observação fragmentada dos cadernos e sessões, sem ler os pespontos intertextuais, as costuras da memória e sem interpretar a tessitura textual constituída e significada ao longo do todo.

Nesse movimento de “desatenção” do leitor, residem muitos sentidos, que são construídos, falados e silenciados discursivamente, em jogos de linguagem que estabelecem retornos, recortes, remontagens, atualizações e deslocamentos, e que, por fim, transpiram e materializam-se em imagens e textos, aparentemente neutros, fechados em si mesmos. Faz-se importante ler como e onde as informações são disponibilizadas, em qual seqüência elas se estruturam e apresentam, o que as aproxima, quais sentidos de uma retornam na outra e quais as áreas do dizer apagadas e não-ditas, que também estão lá. Só assim, é possível compreender o discurso jornalístico e instalar gestos de leitura e interpretação que transponham a fronteira do senso comum, do sentido literal e da ingenuidade.

Com base nas considerações da Análise do Discurso, de matriz francesa, pretendo interpretar três narrativas jornalísticas, publicadas na edição 1870 da revista *Veja* de 8 de setembro de 2004, aparentemente desarticuladas e desconexas, que formam uma malha de efeitos de sentido e uma rede de silêncios, que muitas vezes não é significada pela leitura ingênua ou literal. A primeira delas é dada pela matéria de capa, “*O massacre dos inocentes*”¹, cuja imagem chama a atenção pelo desconsolo com que uma Pietá do século XXI faz gritar todos os negrimes de sua dor de mãe órfã, acariciando a fronte inerte do filho, ao mesmo tempo em que toca suavemente o seu próprio pescoço. O impacto do rosto desfigurado combina com a imagem do velório solitário dessa mulher diante do seu anjo de branco, em sintonia com o fundo escuro da moldura da revista. Tal montagem funciona não apenas como metáfora da tragédia russa e da desertificação de vida, vividas na escola de Beslan, mas também como ícone memorial, que condensa sentidos e faz latejar faíscas de condenação de

¹ http://veja.abril.uol.com.br/080904/p_112.html

mulçumanos, tidos como terroristas, árabes apresentados como fanáticos e sanguinários seguidores do Islã. Duas temporalidades de dor se cruzam, isto é, o sofrimento presente na expressão da mãe se une às marcas de tortura, estampadas no corpo infante, preparando o leitor para os sentidos que serão expostos ao longo da reportagem. No conjunto da revista, desfilam: a receita do assombro como medida para avaliar problemas da realidade brasileira e internacional, o apelo para vender, as imagens que sensibilizam e estampas comercialmente viáveis, e a ausência de reflexão sobre temas geopolíticos envolvidos na questões tratadas.

Chama a atenção, sim, o sintoma marcado pela repetição de certas denominações, que associam o terror a uma determinada religião e povo, isto é, na reportagem, há um retorno constante a expressões como *“terroristas islâmicos, terroristas árabes, central do terror islâmico, fundamentalismo islâmico, terrorismo religioso, terroristas islâmicos chechenos e árabes, fanáticos islâmicos, ofensiva islâmica”*². Mais ainda, naturaliza-se a sinalização de que o terror é indiciado como prática exclusiva de árabes, mulçumanos e seguidores do islamismo, como se, fora desse perfil, não existissem atos de massacre em alvos civis. Apenas um povo e uma religião representam rótulos que, por si só, fazem valer a barbárie, aprisionam a razão e deflagram situações de atrocidades no mundo. O lugar de fanático, terrorista e seqüestrador passa a ser bordado, pelo discurso da revista, engendrando efeitos de ódio, indignação, pânico, medo e intolerância. Esse discurso promove a circulação de um biótipo imaginário para o terrorismo internacional, naturalizando apenas um sentido e apagando outros gestos de leitura para o mesmo fato. Desse modo, o leitor se empanturra com a saturada exposição do significante *“árabe”*, lendo-o e significando-o apenas do lugar de onde a revista fala, autoriza e permite enunciar.

Assim, materializa-se a configuração da terrorismo perigoso associado atribuída à religião islâmica em geral, posto que *“impressiona que a mesma mentalidade que valoriza o culto do martírio, típico do terrorismo fundamentalista islâmico, tenha sido incorporada por mulheres, visto que na religião mulçumana elas não têm direito ao paraíso, seja lá o que façam para merecê-lo”*. Apagando os preceitos religiosos originais do Islã, silenciando a história árabe e, num movimento metonímico, tomando uma parte (e um fato) pelo todo, a revista descola os sentidos de desenvolvimento, racionalidade e mundo civilizado, não do fato, mas de toda a cultura islâmica, que passa a ser narrada como *“sombria ameaça ao mundo civilizado”*, como *“ofensiva islâmica”* em *“sua pauta de destruição da civilização ocidental”*. Melhor dizendo, fica impossível sobreviver *“aos fanáticos islâmicos, pois muitas vezes eles estão ansiosos pelo martírio”*, e mais, há que se tomar muito cuidado com a *“crescente perversidade dos terroristas”*, que instalam bombas em escolas, atiram pelas costas, obrigam a degustação de urina no jejum matinal, matam-se com cinturões de explosivos, autorizam a execução de inocentes e são responsáveis pelo *“pesadelo que estamos”*.

Afora preconceitos infundados, generalizações perigosas e o tom popularesco-sensacionalista da reportagem, existe aqui uma rememoração do 11 de setembro, já que *“o ataque às crianças foi de tal ordem que significou, em muitos sentidos, o 11 de Setembro da Rússia”*. Aqui é preciso destacar que há um interdiscurso que sustenta toda a significação, emprestando sentidos de uma memória caudatária e fazendo falar, de novo, as cenas tão esgotadamente exibidas em cadeias internacionais de notícias. Essa referência traz, para a cena enunciativa do presente, a superfície do passado em uma justaposição de quadros, como se eles fossem iguais e não estivessem inscritos em realidades e conjunturas sócio-históricas particulares. Por fim, a re-inscrição dos sentidos já ditos sobre o atentado aos trens de Madri e a aproximação à questão Palestina abrem os porões da memória, fazendo circular, também aqui, os efeitos já apresentados acima: *“Uma variação na teoria que justifica esses ataques aleatórios- amplamente utilizada pelo terror palestino contra os israelenses- é a de que todos os*

² Todos os recortes a seguir, entre aspas e em itálicos, foram retirados da Revista Veja, edição 1870, 8 de setembro de 2004.

membros de um determinada população (mulheres, crianças, velhos) partilham dos pecados do regime que combatem e devem pagar por isso. É dessa vertente que se alimentam os fanáticos do fundamentalismo islâmico, que derrubaram as torres gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, explodiram os trens de Madri no início deste ano e, agora, trucidaram crianças na Rússia.”

Não há como negar que o assassinio de seres humanos merece repúdio, mas vale perguntar o motivo pelo qual, nesse caso e nos dois próximos exemplos que comentarei a seguir, o discurso da revista se materializa com tanta ira e, em outras situações parecidas, as coberturas e reportagens da Veja minimizaram explosões tão adjetivadas em condenação e primaram pela neutralidade, com tom bem menos carregado em condenação.

Esse questionamento abre a ferida do discurso jornalístico, manifesta nas publicações das grandes corporações midiáticas, cujo núcleo é a não-ancoragem do dizer nas condições materiais que gestam fatos e conflitos e, por conseguinte, informações e relatos, desenraizando-os de toda e qualquer conjuntura sócio-histórica e deixando-os como fragmentos soltos no espaço, a serem lidos episodicamente como incidentes desconetados de lugares confrontantes de poder e de dizer e como espetáculo (ARBEX, 2001). Noutras palavras, essa ferida faz explodir a relação entre o social e o discursivo, como se os sentidos, os dizeres e as notícias fossem naturais.

A segunda narrativa, que se pretende jornalística, apresenta Bin Laden, em posição de guru solitário com uma das mãos estendidas, denominado “O mentor”. “À sombra da Al Qaeda o massacre das crianças russas também leva a marca da rede terrorista de Osama bin Laden” marca e figurativiza a fonte do mal, aqui com identidade definida e origem certa, pois “há cerca de dez pessoas de origem árabe entre os terroristas mortos”, “árabes, inclusive, convertidos ao terror à la Bin Laden”. O que chama a atenção é que, mais uma vez, a revista reafirma as informações já apresentadas na reportagem um, marcando a repetição, o realce, o destaque e o sintoma de que é preciso dizer de novo para fazer crer que seja verdade.

Os sentidos de árvore e rede estão metaforizados aqui, de modo a registrar conexões subterrâneas entre o centro do terrorismo (Afeganistão) e seus galhos fluorescentes (Nova York, Madri e Chechênia). Para além do núcleo centralizador de Laden, as raízes fanáticas dos seguidores do Islã podem irromper em qualquer lugar do planeta: esse movimento de sentidos dialoga com o ideário belicoso do imperialismo norte-americano, que rastreia as pegadas do mal pelo mundo afora e sentencia o perigo do Islã. O discurso da revista se ancora nessa região para enunciar, afetado pela ideologia que faz falar a ocidentalização do bem contra o obscurecimento do mundo árabe. Em um movimento parafrástico, tal discurso continua a dialogar com a matéria de capa, costurando uma tessitura textual orquestrada, cuja malha promove apenas uma interpretação e a circulação de um sentido dominante (ORLANDI, 1996), apagando e silenciando tantos outros.

Aparentemente o diálogo termina nessas duas cenas, mas eis que irrompe, na mesma edição da revista, uma terceira reportagem que prolonga os sentidos até aqui expostos de terrorismo e medo, relacionando-os com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curioso perceber que Beslan, Laden e o (MST) aparecem como ícones interligados pelo ódio que lhes corre nas veias emendadas. Do preto do luto para o vermelho do marxismo, que, segundo a reportagem, é “um modelo, crescente-se, falido do ponto de vista histórico e equivocado do ponto de vista filosófico. (...)Falido porque levou a instauração de regimes totalitários que impediram social, política e economicamente. Equivocado porque, embora se apresente como ciência e ponto final da filosofia, nada mais é do que messianismo. De fato, o marxismo não passa de uma religião que, como todas as outras, manipula os dados da realidade a partir de pressupostos não verificáveis empiricamente. E, assim como todas as religiões, rejeita violentamente a diferença.” Ao marcar a falência, o equívoco e o totalitarismo, essa reportagem inscreve socialmente sentidos já-ditos anteriormente, empresta o aspecto sangrento do atentado e faz retornar a brutalidade do seqüestro.

Nas duas primeiras reportagens interpretadas, a referência à religião mulçumana foi tratada como causa de terror e apreciada como semente da intolerância, aqui irrompe um outro significativo para recuperar os sentidos já dados, para colocá-los em outro lugar, fazendo-os deslizar de uma conjuntura internacional para terras tupiniquins. Como já estava manifesto em páginas anteriores, a deformação da cultura árabe e a satanização dos “*fanáticos terroristas*” são discursivamente deslocadas, atribuídas e ressignificadas em relação à cultura camponesa e ao MST.

As cenas de corpos infantis mutilados e queimados, rotos em sua inocência com olhares cavados pela desidratação e desespero, muitos dos quais nus em profundo desamparo, somadas as imagens dos onze homens executados pelas milícias seguidoras de Laden com tiros pelo corpo todo, indefesos, de costas estirados no chão, servem de estufa imagética para preparar o terceiro ato da *Veja*, cujo título é “*Madraçais do MST- Assim como os internos muçulmanos, as escolas dos sem-terra ensinam o ódio e instigam a revolução. Os infiéis, no caso, somos todos nós*”.

À brasileira, o perigo mora ao lado e aparece expresso em imagens, que nada têm de horror. Destacam-se crianças com feições tranqüilas, sentadas em carteiras dentro da sala de aula com as paredes recobertas por produções textuais e artísticas; alunos sorridentes e abraçados em frente à escola pintada de branco, limpa e sem sinais de depredação e, por fim, uma fotografia da apresentação teatral de adultos e crianças em torno da bandeira do movimento. Ainda assim e curiosamente por isso mesmo, o texto da reportagem materializa: “*O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou sua própria versão das madraçais- os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o Corão e dar a vida em nome do Islã.*” As referências ao Corão e ao Islã, mesmo dissonantes em relação às fotos, reatualizam os efeitos já discursivizados anteriormente, a saber, perigo, barbárie, fanatismo, medo e terror. Tentam instalar aqui o pânico vivido lá em Beslan, por exemplo.

O cenário escolar dos dois acampamentos visitados é falado, pela retórica da revista, de modo a promover semelhanças, continuidade, aproximação e sintonia entre duas realidades tão díspares. Uma leitura literal e estancada (cada notícia e/ou informação separadamente) não dá conta de compreender os sentidos em jogo, o movimento do sujeito por certas regiões da memória, as metáforas e metonímias que se deslocam ao sabor da ideologia e os deslizamentos de efeitos que migram de uma escola para outra (em espacialidades tão diferentes). O leitor precisa observar a cadeia de imagens e textos, enovelados na/pela trança desses três atos, para compreender a discursividade e a inscrição social dos sujeitos e sentidos e para mover-se em um gesto de interpretação.

Como vimos na primeira reportagem, Beslan é narrativizada, como cenário de extermínio, onde durante quase sessenta horas, um grande volume de vítimas infantis foi usado como alvo humano, ameaçado por terroristas islâmicos e executados friamente. Agora, o discurso ao qual a *Veja* se filia faz falar o imaginário de uma cena brasileira, em que durante infinitas horas escolares, um número representativo de crianças também é mantido como reféns dos próprios pais e de professores, perigosos e fanáticos seguidores do marxismo, que religiosamente ameaçam o país. As duas escolas são emparelhadas como se fossem simetricamente equiparadas, posto que, em ambas, o discurso da revista marca que violências são cometidas e distorções fanáticas são processadas nesse lugar. Também, nos dois casos, crianças são apresentadas como alvos inocentes e indefesos.

Os símbolos do movimento, tais como a bandeira e as canções, “*o calendário alternativo que inclui a celebração da revolução chinesa, a morte de Che Guevara e o nascimento de Karl Marx*”, o “*sistema de ensino paralelo*” e os professores do movimento que, em grande parte “*não têm o curso de magistério completo*”, vão compondo um mosaico condenatório de acusações e distorções, em que são silenciadas as concepções da pedagogia da terra e da escola do campo, presentes no projeto de educação do MST e defendidas por pesquisadores universitários, intelectuais e movimentos populares. A posição-sujeito, materializada pelas

marcas acima, sinaliza um lugar de distanciamento do campo, cala qualquer possibilidade de instalar novos sentidos e refuta tudo aquilo que possa soar diferente ou sinônimo de “*desobediência às normas de ensino*”.

Aprisionamento de crianças, inferno para quem está dentro e fora, violência e fanatismo religioso colocam discursivamente os três atos como se fossem siameses, idênticos, clones de uma mesma matriz gênica. Para terminar, o discurso jornalístico, nessa reportagem, apresenta um veredicto: “*os internos das madraçais, as crianças do MST são treinadas para aprender aquilo que os adultos que as cercam praticam: a intolerância*”.

O fecho da matéria marca treinamento e intolerância, de modo a fazer circular um imaginário de táticas de guerra e centros de preparo para novos ataques terroristas, na escola em que supostamente se estuda, se aprender a matar. No Brasil rural, as escolas do MST formam, treinam e preparam terroristas e geram o anúncio de novas Beslans de amanhã, no que, de novo, são instalados os efeitos de pavor, medo, pânico e ameaça. Sobre isso, (FOUCAULT, 2000, p.28) nos ensina que:

“tudo o que o discurso formulado já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele (...) É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços (...)”.

Assim, é preciso saber ler os vestígios de rememoração, retorno e recuperação dos sentidos já-ditos e falados para compreender as formulações apresentadas ao longo de uma mesma publicação, mecanismos de atualização e as marcas do que se mantém e do que desliza, e isso é tarefa de interpretação, apenas possível àqueles que têm acesso à memória do dizer e que se instalam em uma posição de desautorizar os sentidos dominantes e legitimados.

Uma coisa é certa: os três atos, aqui interpretados, são apenas uma amostragem do discurso jornalístico, tão presente na sociedade infotelecomunicacional (MORAES, 1998) , no qual há imbricação de sujeitos, ideologia e historicidade, que fazem circular ditos, silêncios, redes de memória, deslocamentos e muitos dos sentidos dominantes, que passam a reverberar como única maneira de dizer e traduzir os fatos. Ao leitor, resta somente o movimento da interpretação e, quiçá, o gesto de ler e decifrar ossos e palavras do discurso das publicações jornalísticas, para que elas não falam em lugar dele.

Referências bibliográficas

ANDRADE, C. D. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1998.

ARBEX, J. *Showrnlismo a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BARROS, M. *Memória inventadas- a infância*. São Paulo: Editora Planeta, 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

MORAES, D. *Planeta mídia tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Editora Livre, 1998.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento as formas do discurso*. Campinas: Editora Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M. Role de la Mémoire, in *Historie et Linguistique*, trad. José Horta Nunes, *O Papel da Memória*, Campinas: Editora Pontes, 1983.

ROMÃO, L. M. S. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 310 p. (Tese de Doutorado), 2002.

O Camponês nas Análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e Semelhanças

Priscilla Bagli

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

Correio eletrônico: priscillabagli@yahoo.com.br

Resumo: Não é de hoje que o campesinato desperta interesse entre os intelectuais acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. A história nos mostra que muitos foram os que tentaram entender o modo de vida camponês em suas mudanças e permanências. De liberais a românticos, de positivistas a materialistas dialéticos, tantas foram as análises, bem como os prognósticos realizados. Análises por vezes dispares, por outras complementares. O debate exposto neste trabalho, embora retirado de reflexões realizadas por pensadores do século XVIII e XIX, apresenta intensa atualidade. É de extrema importância ressaltar as diferentes concepções existentes sobre o campesinato, uma vez que esse debate reaparece nas universidades nos dias atuais. Os autores escolhidos foram Jean-Jacques Rousseau, Jules Michelet e Karl Marx. Discutir as idéias de tais pensadores, permite a retomada de questões ainda pendentes. Há muito a se refletir sobre o campesinato e seu modo de vida. Destarte, esse artigo é uma tentativa de analisar os argumentos construídos por cada autor, trazendo-os para a atualidade dos fatos. Primeiramente serão expostas as idéias de cada autor. Posteriormente, um breve comentário será feito com base em quatro aspectos (o camponês, o instinto, a simplicidade e o isolacionismo), destacando as diferenças e as semelhanças existentes nos pensamentos dos autores selecionados.

Palavras-chave: camponês, natureza, passado, civilização, modo de vida.

El Campesino en las Análisis de Rousseau, Michelet y Marx: diferencias y Similitudes

Resumen: Hace tiempo que el campesino ha despertado atención de los académicos de diversas áreas del conocimiento. La historia ha demostrado que muchos fueron los que realizaron la tentativa de entender el modo de vida de los campesinos en sus transformaciones y permanencias. De liberales a románticos, de positivistas a materialistas dialéticos, muchas fueron las análisis y también los pronósticos realizados. Análisis que algunas veces presentaron amplias diferencias y en otras veces si demostraran complementares. El debate expuesto en este artículo, sin embargo tenga sido retirado de las reflexiones realizadas por intelectuales del siglo XVIII y XIX, es parte de nuestra actualidad. Es muy importante resaltar las diferentes concepciones sobre el campesino, porque este debate reaparece en las universidades en los días actuales. Los autores seleccionados fueron Jean-Jacques Rousseau, Jules Michelet y Karl Marx. Discutir las ideas de tales autores ayudan a reanudar cuestiones pendientes. Hay muchas reflexiones a se hacer sobre el campesino y su modo de vida. Este artículo es una tentativa de analizar los argumentos construidos por cada autor y trae-los para la actualidad de los hechos. Primero serán expuestas las ideas de cada autor. Después, un ligero comentario será realizado con base en cuatro aspectos (el campesino, lo instinto, la simplicidad y lo aislacionismo), destacando las diferencias e las similitudes en los pensamientos de los autores seleccionados.

Palabras-clave: campesino, naturaleza, pasado, civilización, modo de vida.

Differences and similarities in the peasant analyses of the Rousseau, Michelet e Marx

Abstract: Academic interest in the peasantry, across diverse areas of knowledge, did not begin just yesterday. History shows that many intellectuals have tried overtime to understand peasants and the ins and outs of their way of life. From the liberals to the romantics, from Positivists to dialectical materialists, there have been many analyses and many prognoses, some disparate and some complementary. Since these debates continue to agitate academic life it is of extreme importance to distinguish the variety of conceptions about the peasantry. The thinkers examined in this article, although contemporaries of the XVIII and XIX centuries, reflect all of the intensity of present day debates. The selected authors are the French intellectuals Jean-Jacques Rousseau and Jules Michelet, and Karl Marx, who of course was German. To reconsider the quarrels between these thinkers, allows us place in greater historical context various questions that continue to animate discussion of the peasantry. This article revisits the arguments of each author, one-by-one, bringing them to the present for further consideration. The ideas of each is summarized with regard to four themes of analysis: the peasantry, instinct, simplicity and isolation. In conclusion, the article comments on the contrasting thoughts of the selected authors.

Keywords: peasants; nature; historical perspectives; civilization; way of life.

Advertência ao leitor

Nos três autores escolhidos, foram usadas conjugações verbais variadas para ressaltar as diferentes abordagens sobre o campesinato. Explica-se o porquê.

Rousseau fala da existência de dois tipos de homens: o natural e o social. O homem natural (virtuoso) é anterior ao homem social (vicioso). A corrupção ocorreu com a constituição da vida em sociedade. Portanto, num passado distante. Logo o homem natural é o passado do passado, pois é anterior ao homem social e sua corrupção. Nesse caso, foi usado o pretérito mais que perfeito (que indica uma ação passada em relação a outro fato passado). Os fatos que se referem à origem do homem social e sua consequente corrupção foram descritos com a utilização do pretérito perfeito. O presente do indicativo foi usado para falar do camponês e dos fatos que não se distanciam no tempo.

Em Michelet, os verbos foram conjugados no presente do indicativo. Para o autor, o camponês, embora tenha em si o passado (redentor), faz parte do presente e não deixará de existir, tendo um papel fundamental na transformação da sociedade.

No prognóstico realizado por Marx (sobre o desenvolvimento da sociedade, o crescimento da força revolucionária proletária e o fim do campesinato) foram usados verbos conjugados no futuro do pretérito (indicação de futuro incerto). Sabe-se que, embora certo para o autor, muito do prognóstico não se cumpriu. Destarte, apostou-se, para melhor segurança, na incerteza da ocorrência do fato. Para o campesinato usou-se o presente do indicativo (fatos em ocorrência).

Nota-se que, nos três autores, o camponês foi relatado com o presente do indicativo, conferindo a importância devida à atualidade das discussões propostas, mesmo que estas caminhem, por vezes, em sentidos opostos em seus prognósticos.

Do homem natural ao homem civil: primitivismo e selvageria em Rousseau

Um dos precursores do pensamento romântico¹ foi Rousseau. Marcando uma postura diferenciada frente aos pensadores de sua época, baseou-se na idéia de que “o homem nasce bom, a sociedade o corrompe”. O homem natural de outrora fora corrompido pela vida em sociedade, perdendo os dons naturais.

¹ Não é nosso objetivo rotular tais pensadores, até mesmo porque o movimento romântico possuía imensa pluralidade de pensamentos e posturas. Mas a idéia do “bom selvagem” de Rousseau influenciou uma das posturas mais marcantes do romantismo: a idéia de retorno ao passado e a uma vida primitiva harmônica.

Para Rousseau, o homem possuía, em sua origem, um estado de natureza: vida simples fundamentada nos instintos e organização fisiológica perfeita. A natureza fizera o homem sadio e livre. Não fora bom, nem mal, mas possuía a piedade². Suas paixões elementares reduziram-se a três desejos: nutrição, reprodução e repouso. Seu temor fora a dor, e não a morte, pois a ignorava. O homem natural fora superior, pois possuía uma vida simples, que o privava de força e agilidade.

Habitados, desde a infância, às intempéries da atmosfera e ao rigor das estações, experimentados na fadiga e forçados a defender, nus e sem armas, a vida e a prole contra as outras bestas ferozes ou a elas escapar correndo, os homens adquirem em temperamento robusto e quase inalterável; os filhos, trazendo para o mundo a excelente constituição de seus pais e fortificando-as pelas mesmas atividades que a produziram, adquirem, desse modo, todo o vigor que a espécie humana é capaz. A natureza [...] torna-os fortes e robustos (ROUSSEAU, 1999, p.58).

A evolução social corrompeu o “estado natural” do homem. Entretanto, existira, para Rousseau, uma Idade de Ouro, onde os primeiros embriões da vida social (família, primeira forma de propriedade, amor paternal e conjugal, aperfeiçoamento da linguagem, nascimento das relações de vizinhança) não corromperam o estado natural. Essa Idade do Ouro ficara a meio caminho entre a adolescência primitiva e a perversão atual.

Com o distanciamento gradual do estado de natureza, o verdadeiro saber fora deixado de lado. O homem natural desaparecera no momento em que surgiram as desigualdades prejudiciais³, cedendo lugar a agrupamentos de homens artificiais e paixões fictícias sem fundamento na natureza. As desigualdades prejudiciais não foram frutos de processos naturais. A invenção da propriedade privada foi a mãe de todas as desigualdades, pois promovera a separação entre os que possuíam e os que não possuíam, originando as sociedades civis baseadas em leis. Destarte, a natureza foi submetida à lei, impondo a dominação aos mais fracos.

O homem domesticou-se. E assim como os animais, uma vez domesticado, degenerou-se.

O cavalo, o gato, o touro, o próprio asno têm, na maioria, uma estatura alta, e todos uma constituição mais robusta, mais vigor, força e coragem quando nas florestas do que em nossas casas; perdem a metade dessas vantagens tornando-se domésticos e poder-se-ia dizer que todos os nossos cuidados para tratar bem e alimentar esses animais só conseguem degenerá-los. Acontece o mesmo com o próprio homem. Tornando sociável e escravo, torna-se fraco, medroso, subserviente, e sua maneira de viver, frouxa e afeminada, acaba por debilitar ao mesmo tempo sua força e coragem. (ROUSSEAU, 1999, p.62).

O homem natural fora uma unidade numérica: absoluto total. O homem civil tornou-se uma unidade fracionária: preso ao denominador cujo valor está em relação com o todo. A sociedade civilizada promoveu a decadência do homem natural e seu estado primitivo de harmonia. Inseriu-lhe vícios até então desconhecidos. Corrompeu a mente e os corpos, que se tornaram frágeis.

A extrema desigualdade na maneira de viver; o excesso de ociosidade de uns; o excesso de trabalho de outros; a facilidade de irritar e satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade; os alimentos muito rebuscados dos ricos, que os nutrem com sucos abrasadores e que determinam tantas indigestões; a má alimentação dos pobres, que freqüentemente lhes falta e

² Fora esse instinto que garantira ao homem natural a harmonia em grupo, impedindo que abusos fossem cometidos.

³ Rousseau considerou dois tipos de desigualdades: a natural ou física (diferenças de idades, saúde, forças do corpo e das qualidades de espírito e alma), e a moral ou política (que consiste do privilégio que uns gozam em prejuízo dos outros). Estas sim foram prejudiciais ao estado natural e a decadência das virtudes do homem.

cuja carência faz que, quando possível, avidamente seu estômago; as vigílias, os excessos de toda sorte; os transportes imoderados de todas as paixões; as fadigas e o estamento do espírito, as tristezas e os trabalhos sem número pelos quais se passa em todos e pelos quais as almas são perpetuamente corroídas – são, todos, indícios funestos de que a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza (ROUSSEAU, 1999, p.61).

O que outrora lhe servira para garantir a sua sobrevivência, já não era mais suficiente. Ao adquirir os vícios de uma vida em sociedade, o homem descartou suas virtudes naturais. Perdeu as qualidades do estado de natureza. Enquanto o corpo fora o único instrumento que o homem selvagem conhecera, o homem civilizado tornou-se refém das máquinas: mais artificial e menos preparado. Aquilo que alhures (no passado) determinara a felicidade do homem selvagem, reduziu o homem policiado ao desespero.

Não havia mais como recuperar a harmonia do estado primevo. Entretanto, havia quem mais dele se aproximasse: o camponês. Motivo: o contato maior com a natureza o torna mais apto e menos corrompido que o homem da cidade. Os camponeses, estando distantes das aglomerações humanas e de suas artificialidades e mais próximos da natureza, estão menos corrompidos. Por isso, conseguem manter qualidades primitivas de seu estado de natureza, virtudes que os homens da cidade há muito tempo perderam.

Em seu livro Emílio, Rousseau expõe as qualidades que conferem a superioridade do modo de vida camponês em relação ao homem da cidade. A rusticidade camponesa os torna menos dependente dos outros. Os camponeses estão em contato direto com o ar puro do campo. Falam e se alimentam melhor (ingerem menos carne e mais legumes). São mais naturais: fortes, ágeis, e, portanto, mais livres. Estão mais preparados, seus instintos são mais bem usados, distanciando-se dos vícios da civilização. O medo de insetos (comum nas pessoas das cidades) não existe pelo fato de conviverem a todo o momento com várias espécies de animais. A simplicidade os torna superiores. O vocabulário é menos extenso, no entanto, as pessoas, por pensarem menos, assimilam melhor as idéias.

Para o autor, as cidades são os báratos da espécie humana. Quanto mais o homem se aglomerou em cidades, mais rápido o perdeu o dom primeiro da natureza: a liberdade. Rousseau acreditava que os homens não foram feitos para amontoarem-se em formigueiros, mas sim para viverem espalhados pela terra, cultivando-a. Por isso, defendia a idéia de que o campo era o lugar da renovação, capaz de conduzir o homem ao vigor primitivo, sendo, portanto, o melhor lugar para se educar a criança e viver.

Michelet: o campesinato na condição de “povo”

Nós, os bárbaros, temos uma vantagem natural; se as classes superiores têm a cultura, temos muito mais calor vital. (MICHELET, 1988, p.19-20).

Michelet possuía origem camponesa⁴. Por isso, não conseguia entender as disparidades existentes entre a realidade vivida e a descrita nos livros. Estranhava os relatos realizados pelos escritores da época, pois eles estavam em contradição com as suas lembranças. A realidade por ele vivida parecia ser outra completamente diferente da relatada nos livros.

Não é de estranhar que, conhecendo como ninguém os antecedentes históricos desse povo e tendo eu próprio, por outro lado, partilhado sua vida, sinta uma necessidade premente de verdade quando me falam dele.

⁴ “As duas famílias de que procedo, uma da Picardia e outra das Ardenas, eram originariamente famílias de camponeses que meclavam à cultura uma certa indústria” (MICHELET, 1988, p.10).

Quando a evolução de minha História levou-me a tratar as questões atuais, e ao percorrer os livros onde foram discutidas, confesso ter ficado perplexo por notar quase todos em contradição com minhas lembranças (MICHELET, 1988, p.3).

Teria o povo se transformado? Seu livro “O Povo” surge da necessidade de desvendar essa pergunta. Para Michelet, as estatísticas eram insuficientes para compreender a realidade, não sendo capaz de explicá-la. Por isso, decidiu ir ao campo para falar com quem nele vivia: os camponeses. “Então fechei os livros e voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível, o escritor solitário mergulhou de novo na multidão, ouviu-lhe os rumores, observou-lhe as vozes” (MICHELET, 1988, p.3). Foi retornando ao seio do povo que Michelet pôde perceber que o povo era o mesmo e as mudanças eram apenas exteriores⁵. Notou que os pintores e escritores de sua época insistiam apenas em ver (e na maioria das vezes aumentar) os defeitos, se esquecendo das qualidades desse povo.

Todavia, Michelet afirmou que seu livro brotou muito mais de sua experiência do que de seu estudo.

Tirei-o da observação, das relações de amizade e vizinhança; coligi-o ao longo dos caminhos; o acaso gosta de servir àquele que persegue sempre um mesmo pensamento. Enfim, encontrei-o, sobretudo, nas recordações de juventude. Para conhecer a vida do povo, seus trabalhos, seus sofrimentos, bastava-me interrogar as lembranças (MICHELET, 1988, p.2).

Em seu livro, Michelet demonstrou os problemas existentes, mas também procurou apontar soluções para eles. Onde elas estariam? Justamente nas virtudes esquecidas pelos escritores, ou naquilo que por vezes era entendido como defeito.

O camponês possui a tradição salvaguarda: um patrimônio dado por Deus: “o dom de trabalhar, de combater se for preciso, sem comer, o dom de viver de esperanças, o dom da alegria corajosa” (MICHELET, 1988, p.30).

O camponês ama a terra. Sua relação com ela é natural. Ambos estão intimamente ligados. Ama-a tanto, que “para adquiri-la aceita tudo, mesmo não vê-la mais; emigra, afasta-se se for preciso, amparado por esse pensamento e essa recordação” (MICHELET, 1988, p.34). Para Michelet, foi justamente esse amor (que muitos divulgaram como o maior de seus defeitos) que salvou a França nos tempos de crise: economizando, combatendo, trabalhando na e pela terra.

O camponês é o homem da terra que vive na terra. Feito a sua imagem e semelhança: “Como a terra, ele é ávido; a terra nunca diz: basta. É obstinado, tal como a terra, e, a seu exemplo, não menos indestrutível que ela, tudo passa e ele permanece” (MICHELET, 1988, p.41). Há, portanto, entre ambos (terra e camponês) uma relação mútua, quase carnal, como um casamento: o camponês trabalha a terra e ela lhe dá o retorno em alimentos.

Assim como a tentação do pescador é a água, a do camponês é a terra. Para expandi-la, toma emprestado do usurário local. Nesse momento, inicia seu processo de decadência. Trabalha até seu esgotamento completo e o de sua família. “A terra lhe dá dois, a usura exige oito, isto é, a usura combate contra ele como quatro homens contra um. Os juros de um ano arrebatam quatro anos de trabalho” (MICHELET, 1988, p.36).

Porém, é importante ressaltar que, para Michelet, o problema não está no amor do camponês pela terra, mas sim na existência do capital usurário. A usura leva suas forças e o ilude. Já não mais ri, está sempre sombrio. Essa tortura o esgota, e assim, o camponês se

⁵ Havia, nesse momento, um embate entre a escola alemã e a francesa. Para os franceses, a objetividade nos estudos era dada pelo envolvimento com o objeto, quando o historiador fazia parte, conhecia e convivia com aquilo que estava sendo pesquisado. Em contraposição, a escola alemã pregava a neutralidade, o não envolvimento com o objeto de estudo, fazendo uma certa apologia ao documento.

isola e se amargura ainda mais. Sua insociabilidade nasce da miséria vivida e que o consome a cada dia, impedindo-o de aproximar-se daqueles que seriam seus amigos naturais. As pessoas prósperas se afastam, temendo a fubecada. Ao tornar-se escravo do usurário, não será mais apenas miserável, perderá também a coragem.

Embora mais laborioso, os camponeses são os mais desnutridos. “O operário mais modesto come pão branco; mas aquele que lhe proporciona o trigo só como preto. O camponês faz o vinho, e a cidade o bebe” (MICHELET, 1988, p.42).

Ao perder suas indústrias artesanais, sofre ainda mais para preservar a terra. Logo ela lhe escapa, levando consigo “anos de trabalho, a economia e o sacrifício investidos” (MICHELET, 1988, p.42).

Ao migrar para a cidade, esta lhe parece brilhante, em contraste à pobreza do campo. Nas cidades o trabalho é mais suave. As pessoas trabalham em recintos fechados. O salário parece razoável. A alimentação melhora. Adquirem artigos de extrema necessidade e de luxo.

Meras aparências. Há as oscilações e o desemprego. O ar das cidades é impuro. Embora ganhe mais dinheiro, adquire vícios que o leva facilmente. Dessa forma, perde suas virtudes: a sobriedade, a economia e a avareza. O progresso exterior não é suficiente para encobrir seus custos:

[...] a condição de haver, em meio a um povo de homens, um miserável grupo de homens-máquina que vivem pela metade, produzindo coisas maravilhosas sem que eles próprios se reproduzam, só engendrando para a morte e só perpetuando pela absorção incessante de outras populações que aí se perdem para sempre (MICHELET, 1988, p.50).

O trabalho realizado por esses homens-máquina os deformam. A máquina não permite divagação ou distração, apenas o tédio e a monotonia. Tornam-se fracos, fisicamente, e impotentes, moralmente. Eis a causa de seus vícios. As máquinas deram aos homens a capacidade de unir as forças sem precisar unir os corações. A sociedade trabalha para tornar-se insociável.

Diferente de Rousseau, Michelet acreditava que a tradição não estaria presa a um passado sem volta. Destarte, por não estar perdida, haveria como recuperá-la. Para barrar a decadência para qual caminha a sociedade, só haveria uma maneira: resgatar a moral camponesa. Essa seria a única forma de combater o câncer que corrói a sociedade. Apenas o campesinato possui a tradição salvaguarda – a seiva vitalizadora. A salvação estaria, portanto, em generalizar essa seiva. Como? Fazendo renascer em todos a criança que mantém em si vivos os instintos e as virtudes naturais para restaurar a simplicidade, a economia, o sacrifício, a amizade, o amor, a família e a generosidade.

Nesse sentido, Michelet dialoga com Rousseau. Acredita que o homem não nasce corrompido. Por isso, utiliza a criança como linguagem metafórica para se referir às qualidades inatas (adormecidas ou esquecidas) do povo.

A criança é o interprete do povo. Que estou dizendo? É o próprio povo, em sua verdade inata, antes de deformar-se, o povo sem a vulgaridade, sem a rudeza, sem a inveja, que não apenas inspira nem desconfiança nem repulsão [...] É também por intermédio da criança que podeis apreciar o que o povo, mudado como está, conserva ainda de jovem e primitivo. (MICHELET, 1988, p.134).

Michelet acreditava que o erro estaria justamente em querer combater a cultura popular, ou seja, aquilo que poderia assegurar a redenção da sociedade. O campesinato, por manter essa cultura, se constituía em um ser por inteiro, com a natureza, os sentimentos e as tradições.

Marx e o campesinato

Mitrany (1957) afirma que, diferente de seus predecessores utópicos, Marx considerou o problema agrário do ponto de vista da produção e não da organização social. A economia em larga escala foi à primeira condição para o bem estar. Condição essa que se realizou em parte na indústria (com a Revolução Industrial) e que ocorreria posteriormente na agricultura. Essa transformação completaria o divórcio entre agricultura e indústria doméstica, e prepararia o terreno para a agricultura capitalista. A evolução da indústria arruinaria tanto a pequena propriedade burguesa, quanto a camponesa.

O camponês, aos poucos, perderia sua renda complementar (indústria doméstica e terra comunal). A saída seria recorrer ao capital usurário: ao mesmo tempo sua salvação e derrocada. A produção camponesa jamais poderia competir com a produção capitalista em larga escala. Produzindo e ganhando pouco, não conseguiria pagar os impostos, nem o usurário. A perda de suas terras e a proletarianização seriam inevitáveis.

Por intermédio do aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção a burguesia arrastaria “para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras” (MARX, 2002, p. 49). Antigas indústrias seriam destruídas suplantadas por novas indústrias que empregariam matérias-primas não mais locais, mas sim de regiões remotas. A antiga auto-suficiência e do isolamento local e nacional seriam substituídos por um intercâmbio universal.

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural. Assim com subordinou o campo à cidade, subordinou aos países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX, 2002, p.49).

Portanto, o fim do campesinato estaria próximo, pois as condições do desenvolvimento capitalista aboliriam a pequena propriedade camponesa. Posteriormente, o Socialismo aboliria a propriedade privada da terra e restauraria a propriedade comum. Não em sua forma primitiva, mas em uma forma bem mais elevada e desenvolvida. Esse tipo de propriedade comum não se configuraria um entrave para a produção e sim em sua liberdade.

Dessa forma, dentre todas as classes, apenas o proletariado seria a classe verdadeiramente revolucionária, por não possuir nenhum tipo de propriedade.

As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês combatem a burguesia para salvar da ruína sua própria existência como camadas médias. Não são, portanto revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da história. Quando se tornam revolucionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; defendem seus interesses futuros, não seus interesses presentes, abandonando seu próprio ponto e vista pelo do proletariado. (MARX, 2002, p.55).

As outras classes, por se manterem ligadas aos resquícios de modos de produção anteriores, não poderiam ser revolucionárias. A ligação com o passado representava, para Marx, uma barreira que poderia retroceder a roda da história.

O campesinato se mantinha conservador. Seu modo de vida estava fundamentado nas estruturas feudais. Prendiam-se ao sentimento com a terra, com extremo apreço pela sua propriedade. Dessa forma, não poderiam ser revolucionários, pois lutavam para manter sua condição de proprietário de terras. Seria esse sentimento e apreço que os levariam à ruína⁶. Havia também outros empecilhos.

⁶ Para Marx, foi justamente a divisão de terras e a forma de propriedade consolidada por Napoleão na França que levou os camponeses à ruína. Ou seja, aquilo em que acreditavam seria o que os levaria a bancarrota.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. [...] Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e sua família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas (MARX, 1974, p.402-403).

Os camponeses poderiam ser considerados classe social apenas pelo fato de possuírem condições econômicas, interesses e culturas que os distinguiriam de outras classes. Mas por se manterem isolados sem criar entre eles qualquer tipo de interesse e por não possuírem organização política, não se constituíram uma classe. Dessa forma, não seriam capazes de se representar, teriam que ser representados por um senhor que os dirigisse com autoridade⁷, ou por alguém que os conduzisse à revolução, pois, sozinhos, não a fariam (MARX, 1974, p.403).

Entretanto, Marx, admitiu a existência do camponês revolucionário, que luta para escapar das condições de sua existência social: “a população rural que, **ligada às cidades**, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços” (MARX, 1974, p.404, grifo nosso). Camponeses que encontram no proletariado urbano “seu aliado e dirigente natural” para derrubar o regime burguês (MARX, 1974, p.406).

Rousseau, Michelet e Marx: uma tríade?

Os autores escolhidos, se analisados no conjunto do pensamento elaborado, embora por vezes divergente em seus prognósticos, formam uma tríade. Como na música: um acorde de três sons. Diferentes... porém não desafinados.

Estão inter-relacionados, como idéias que se negam, mas que também se complementam (e se afirmam). Idéias que marcam diferenças existentes, mas que, por vezes, também dialogam entre si.

Tomar-se-á quatro aspectos: o camponês, o instinto, a simplicidade, e o isolacionismo para análise das diferenças e semelhanças entre os três autores.

O Camponês

Rousseau fundamentou suas idéias numa extrema valorização do passado e da natureza. O camponês é para ele o presente que mais se aproxima do passado perfeito por ele idealizado (do estado de natureza do homem primitivo). Valoriza-o, porque acredita que a vida do campo foi menos corrompida. A proximidade com a natureza impediu o camponês de adquirir determinados vícios que os homens da cidade adquiriram. Como não há como voltar ao estágio primitivo original, o camponês é o mais apto (pela sua cultura e seu modo

⁷ Para Marx, a falta de representação e de organização política, aliada ao conservadorismo, levou os camponeses a crer que Napoleão (Luís Bonaparte) restituiria a eles toda a glória passada. Esse ato fez fracassar a revolução dos trabalhadores na França. Daí o furor de suas análises sobre o campesinato em razão do momento histórico por ele vivenciado.

de vida) para impedir a decadência total da sociedade, desde que estejam organizados por uma vontade geral (o contrato social).

Michelet defende a idéia de que o camponês é o passado salvador. Por possuir a tradição salvaguarda (a seiva), restituirá no presente a harmonia pretérita que garantirá um futuro próspero. O homem simples não ficou perdido para sempre no passado (como para Rousseau). Ele existe e faz parte da Revolução Francesa⁸. Será a base para restituição da harmonia da vida em sociedade.

Marx prega o fim do campesinato. As condições impostas pela lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista seriam fatais para o camponês. Seu modo de vida (atrasado e isolado) não se adequaria a uma realidade onde a grande produção prevaleceria. Portanto, para ele, o camponês é um presente preste a se tornar passado extinto pelo progresso da história. A tradição salvadora ficaria a cargo do proletariado revolucionário e não do campesinato. Nesse sentido, refuta tanto a idéia de Michelet, que acredita na tradição camponesa salvaguarda, quanto Rousseau, que prega a história enquanto decadência.

O instinto e a simplicidade

Rousseau exalta a simplicidade da vida natural. O homem em seu estado de natureza fora guiado pelos instintos e isto fora suficiente para assegurar a vida em perfeita harmonia, garantindo a sobrevivência e o desenvolvimento humano. Para ele, a corrupção da vida em sociedade amputou os instintos básicos, inserindo vícios e tornando o homem débil e afeminado. Ao perder aquilo que garantira no passado a harmonia, o homem transformou-se em um animal domesticado, degenerando-se. Destarte, o verdadeiro saber (o instinto) fora deixado de lado. O homem perdeu a simplicidade da vida natural, tornando-se dependente de outras pessoas e das tecnologias.

Michelet dialoga com Rousseau, pois também exalta a simplicidade da vida natural. Todavia, acredita que o instinto do povo está alterado, mas ainda continua poderoso. A criança é o povo antes de deformar-se. Assim, para Michelet, a capacidade desse povo só será retomada quando todos libertarem a criança que existe dentro de si, retomando os traços essenciais para a vida humana: o instinto, a originalidade e a simplicidade.

Ambos fazem analogia com o instinto animal. Não no sentido de fazer o homem regredir a qualidade de animal, mas sim de resgatar a harmonia e as sensações puras que lhe foram inatas, sem sufocar a voz da natureza.

Para Marx, o homem emancipou-se de seus instintos mais primitivos quando passou a transformar a natureza a seu favor. O progresso das ciências demonstra uma dominação cada vez maior do mundo natural e distanciamento da vida simples. Os instintos naturais são necessários apenas aos povos menos civilizados (bárbaros), que ainda não se desenvolveram suficientemente.

O isolamento

O isolamento, para Rousseau, fora a base de uma vida simples e harmônica. A vida humana entrou em decadência a partir do momento que o homem passou a se agrupar em sociedade, tornando-se civilizado. A vida em sociedade fez o homem perder as virtudes naturais e adquirir vícios (artificialidades). Para Rousseau, é justamente a condição de isolamento que garante ao camponês a capacidade de manter determinadas virtudes em relação ao homem da cidade, fato que o torna menos corrompido.

Para Michelet, diferente de Rousseau, não há isolamento na vida simples. Os corações estão unidos pelas mesmas vontades e tradições. Michelet defende a idéia de que o isolamento humano é produto de uma sociedade mecanizada. A máquina uniu os corpos

⁸ É importante não esquecer que os pensadores escreviam motivados pelos acontecimentos de sua época. Michelet procurou em seu livro “O Povo” encontrar soluções para França em meio ao processo revolucionário por ele vivenciado.

sem unir os corações, promovendo um isolamento selvagem na cooperação. A sociedade mecanizada é uma sociedade que trabalha para cada vez mais se tornar insociável. As máquinas propiciam um contato ingrato, sem vontade e principalmente sem calor, fazendo os trabalhadores sentirem apenas as durezas dos atritos.

A principal crítica de Marx ao camponês é a sua condição isolada, que o impede de ser considerado classe social e de ter poder político representativo. Nesse sentido, contrapõe-se a Rousseau, pois o que para ele seria uma qualidade, para Marx é uma deficiência. Enquanto Michelet acredita que o isolamento é fruto do progresso tecnológico (das máquinas), Marx defende a idéia de que é a ausência de tecnologias que isolam os homens.

Epílogo

Nota-se entre os autores discutidos semelhanças e diferenças. Diálogos que se estendem pelos mesmos caminhos, mas que também se contrariam. As idéias, que em princípio parecem confluir, divergem quanto ao fim que prescrevem. Os fins que se assemelham, possuem outros meios.

Cada abordagem contém um momento, uma visão de mundo e uma historicidade própria, mas também uma universalidade que lhe é comum. Românticos ou positivistas, idealizadores ou não, cada autor pontua questões que nos fazem pensar sobre a origem, as transformações e o futuro do campesinato.

Se for o fim ou a prosperidade, a história nos dirá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413p. (Os Pensadores, XXXV). Trad. José Carlos Bruni.

_____. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002. 144p. (Obra Prima de Cada Autor, 44) Trad. Pietro Nassetti.

MICHELET, Jules. O Povo. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 231p. Trad. Gilson César Cardoso de Souza.

MITRANY, David. Marx contra o camponês. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957. Trad. Marcelo Antônio.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Nova Cultural, 1999. v.2, 303p. (Os Pensadores).

_____. Emílio, ou, Da educação. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 684 p. Trad. Roberto Leal Ferreira.

O Método do Discurso¹

Domingos José de Almeida Neto

Professor assistente do Departamento de Geografia da UFAC

Correio eletrônico: dojoalne@ufac.br

Resumo: O artigo que a seguir apresentamos foi elaborado visando discutir dois pontos capitais que estão devidamente relacionados: um, que retrata a forma de como foram utilizados os métodos de investigação em alguns trabalhos acadêmicos, produzidos para pesquisar a formação histórica do Acre, com especificidade para o período de 1970 a 1980, o qual representou um marco importante na produção econômica local, à medida em que houve uma “substituição” do extrativismo pela agropecuária, cujos reflexos se fizeram sentir na periferia das principais cidades acreanas – principalmente Rio Branco, a capital – já que a população expulsa do campo passou a ver nesses espaços urbanos uma das poucas possibilidades de manutenção de suas vidas; o outro, que procura demonstrar que é perfeitamente possível de se chegar a resultados diferentes se utilizando do mesmo método científico e perseguindo o mesmo objeto de investigação, sendo que no caso em questão tratamos da formação de parte da periferia da cidade de Rio Branco, evidenciando que os seus formadores (ex-seringueiros) utilizaram-se desses “bolsões de miséria” em formação como solução e não problemas, como preconizava a historiografia oficial.

Palavras-chave: Acre-História, cultura e resistência seringueira, periferização urbana.

El método del discurso

Resumen: El artículo que a seguir presentamos fue elaborado visando dos puntos capitales que están devidamente relacionados: uno, que retrata la forma de como fueron utilizados los métodos de investigación en algunos trabajos académicos, producidos para investigar la formación histórica del Acre, con especificidad para el periodo de 1970 a 1980, el cual representó un marco importante en la producción económica local a medida en que haya una sustitución del extrativismo por la agropecuaria, cuyos reflejos se hicieron sentir en los arrabales de las principales ciudades acreanas – principalmente Río Branco, la capital – ya que la población expulsa del campo pasó a ver en esos espacios urbanos una de las pocas posibilidades de mantenimiento de sus vidas: u otro, que busca demostrar que es perfectamente posible de llegar a resultados diferentes utilizandose del mismo método científico y persiguiendo el mismo objetivo de investigación, siendo que en el caso en cuestión tratamos de la conformación de parte de los arrabales de la ciudad de Río Branco, evidenciando que sus formadores (ex- siringueros) utilizaronse de esas “bolsas de miseria” en formación como solución y no problemas, como preconizaba la historiografia oficial.

Palabras-clave: Acre – Historia, cultura y resistencia siringuera, periferización urbana.

¹ A construção teórico-conceitual do artigo em tela se deu a partir da pesquisa que realizamos por ocasião do mestrado em História do Brasil - tendo como linha de pesquisa cultura e memória -, e cuja dissertação foi defendida junto a Universidade Federal de Pernambuco, em 2001.

The method of discourse

Abstract: This article uses the city of Rio Branco, Acre, to discuss two crucial and interrelated points about . The first one concerns the methods of investigation used in some of the academic works that examine the 1970 to 1980 period. This period was a watershed in the state's history because it brought the "displacement" of extractive economic activities, such as rubber-tapping, by farming and cattle raising. The elimination of extractive industries had a strong impact on the peripheral areas of the main Acrean towns, where the people expelled from the countryside found possibilities for their survival. The second point centers on a discussion of the hypothesis that it is perfectly possible to reach different results using the same scientific method to investigate the same object, which in this particular case is the formation of the periphery of Rio Branco city, the state capital. It is argued that the newcomers, ex-rubber tappers, looked upon the evolving "misery belts" as a solution to their problems rather than as an added burden, as much of the standard historiography affirms.

Keywords: Acre state history; rubber-tapper culture and resistance; urban marginalization; periphery.

Introdução

Achei prudente começar minha exposição tecendo uma breve justificativa sobre o seu título. Em primeiro lugar, ao defini-lo como O método do discurso, não o fiz pensando na obra clássica O discurso do método, do filósofo e matemático francês René Descartes - considerado como um dos precursores da filosofia moderna. Até porque não analiso os escritos de Descartes com furiosa e arrasadora crítica, a ponto de ironizar com o título do seu mais renomado trabalho, como fizera o grande pensador alemão Karl Marx ao questionar o livro de Proudhon intitulado *Le Système des Contradictions Economiques*, ou *Philosophie de la Misère*, numa situação em que, apropriando-se de parte do próprio título do trabalho deste último e invertendo-a, intitulou o seu texto de refutação de A miséria da Filosofia.

Seguidamente, que não se trata de um método construído sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD), apesar de se estabelecer um entrecruzamento das falas contidas nos discursos oficiais e não oficiais.

Por fim, que, a bem da verdade, não se trata nem mesmo de um método de investigação, no sentido mais lato do termo, ou, dito de outra forma, de um dos modelos científicos construído historicamente e com os quais estamos acostumados a lidar em nossas abordagens teóricas, tais como estruturalista e dialético.

O que pretendemos com o presente ensaio é demonstrar a forma de como desenvolvemos uma pesquisa sobre a formação de parte da periferia da cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre - para responder parte das exigências do mestrado que fizemos em história do Brasil -, e, por extensão, apontar algumas possibilidades possíveis de investigação, trabalhando com o mesmo objeto e método de investigação.

Assim sendo, o que de fato faremos, a bem da verdade, é resgatar a fundamentação teórica e metodológica que produzimos na nossa dissertação, a fim de responder as expectativas criadas pelas nossas variáveis, adjacentes ao objeto pesquisado.

Uma história vinda de baixo

A propósito do espaço pesquisado, e a julgar pela quantidade de bairros periféricos em Rio Branco edificados por ex-seringueiros (cerca de duas dezenas), procuramos dar destaque para dois bairros, sendo um em cada distrito da capital: João Eduardo (1º Distrito) e Triângulo Novo (2º Distrito). Tal escolha não foi aleatória, mas pelo fato de serem bairros típicos de ocupação por ex-seringueiros, edificados na periferia da cidade de Rio Branco e próximos das margens do rio Acre e terem sido motivo de disputa acirrada entre os ocupantes e seus proprietários, tanto no âmbito judicial quanto no confronto direto com a polícia (caso mais específico do Triângulo Novo), o que bem caracteriza o processo de resistência que procuramos evidenciar.

Assim sendo, mais do que o método de investigação em si, o que nos interessa mais de perto é descrever as categorias de análise das quais nos utilizamos e que possibilitou uma resposta diferenciada de investigações outras já feitas anteriormente.

Ora, definido o nosso objeto de estudo, conforme descrevemos acima, tivemos como primeiro *mister* analisar todas as obras que dele também tratavam, independentemente da área do conhecimento e do método de abordagem. Posteriormente, fizemos uma seleção ainda sem a preocupação com a área do conhecimento, mas, desta feita priorizando o método de investigação - dialético.

Essa seleção nos possibilitou observar duas situações por demais interessantes:

1) Talvez por se tratar de trabalhos que datam da década de 80 - pouco mais ou menos -, muitos deles ainda se utilizam de uma estrutura que considero arcaica, à medida que trazem na sua introdução, ou mesmo num capítulo à parte, informações estanques sobre, dentre outras demandas, a justificativa, o objetivo e principalmente o referencial teórico e metodológico. Tudo bem que haja uma preocupação em se dizer de que forma trabalhamos o método na busca de resposta para nossas hipóteses e de que fontes nos utilizamos para sustentar teoricamente nossos argumentos.

Entretanto, no que se refere ao “metodológico”, especificamente, percebo que há certa incompreensão quanto à natureza de seu emprego e de sua finalidade, uma vez que é comum nesses trabalhos se dizer, por exemplo, que o método utilizado foi o dialético, que se caracteriza por analisar os objetos, os fenômenos da natureza e da sociedade como estando em constante movimento e transformação, bem como pelo fato de ele ter como sustentação teórica o materialismo. Fazem, portanto, uma descrição do método. No nosso entendimento, quando falamos de metodológico, não estamos a nos referir ao método em si, mas da metodologia, ou seja, da forma de como aplicamos o método.

Caso mais grave ainda é que geralmente descrevem o método na introdução ou em capítulo escrito com esta finalidade, e este ou não se faz concretamente presente no decorrer do trabalho ou é abordado de maneira contraditória.

Acho que uma boa maneira de falarmos de metodologia (da aplicação do método, repita-se) é dizermos de maneira breve, por exemplo, que espaço foi delimitado para a pesquisa, que categoria social foi eleita para a análise, quais as inter-relações existentes entre a categoria social eleita e as demais categorias sociais circunscritas à sociedade a que pertence e de que forma está organizada esta sociedade. De resto, é aprofundarmos a discussão ao longo do trabalho, utilizando-se de forma precisa do método eleito, sem, todavia descrevê-lo, mas que seja perceptível na própria abordagem do objeto de estudo.

2) Que mesmo dizendo estarem fundamentados teoricamente no método dialético, um número considerável desses trabalhos ou elegeram tão somente documentos da história oficial ou pelo menos deles se utilizaram como fonte principal de análise.

Não estamos querendo dizer com isso que ao utilizarmos o método dialético ficamos engessados, proibidos de beber em fontes outras que não aquelas produzidas a partir de uma história, de uma geografia, ou de um outro ramo do conhecimento qualquer

(principalmente na área de Ciências Humanas) vinda de baixo. Entretanto, é preciso que tenhamos clareza que a utilização de fontes oficiais - e isso não é muito diferente também para as fontes não oficiais - requer um aprofundamento crítico suficientemente capaz de, através delas mesmas e no confronto com outras fontes de informação, trazer à tona a veracidade do fato em apreciação.

Dito isso, entendemos que os enfoques teórico e metodológico por nós apresentados possuem, sem a pretensão do ineditismo, uma forma própria de abordagem, onde procuramos reescrever a história de formação de parte da periferia da cidade de Rio Branco a partir da reconstrução da memória, das experiências do cotidiano dos próprios sujeitos históricos que a edificaram. Essas categorias de análise por nós apresentadas deveram-se principalmente à tentativa de se entender (ou de se contrapor) a maioria das respostas dadas em outros trabalhos acerca do resultado da ocupação de espaços periféricos de Rio Branco, onde, como a repercussão direta desse processo se deu com a chegada dos ex-seringueiros, parece transparecer que a estes estão sempre imputando a culpa pela situação caótica que se verificou a partir de então, ou seja, longe de resgatar o lugar social e histórico desses sujeitos, transformaram-nos em vilões.

Identidade, cultura e resistência seringueira

Portanto, é justamente parte desse vazio temporal da história acreana, relacionado às experiências sociais de ex-trabalhadores da floresta (no nosso caso específico, ex-seringueiros), que buscamos estudar. Experiências sociais essas travadas num ambiente urbano (cidade de Rio Branco), portanto, até certo ponto bem diferente daquele com que estavam acostumados a lidar (seringal), onde tiveram que impor resistência para fazerem valer a nova condição de cidadãos, sem, todavia, abandonarem (pelo menos em parte) seus costumes, seus valores, seus modos de vida, trazidos do ambiente de origem, pois,

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que a entendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. (DE CERTEAU, 1995, p. 17).

Eis o caminho apontado por De Certeau. Como percorrê-lo? Como trabalhar com tantas variáveis? A primeira resposta para essas perguntas me veio de pronto: Partir de uma nova abordagem, calcada nos pressupostos de uma História Social, tomando, entretanto, os devidos cuidados para os quais nos alertou Fenelon (1992, v. 6, p. 14):

[...] Não se pode deixar de reconhecer que, por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em novos vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História podendo, em algumas variantes, enfatizar concepções que buscam explorar as contradições de classe como suposto de suas análises. Neste ângulo e reconhecendo a diversidade nela contida, se afasta da idéia de uma História Social dedicada ao supérfluo, à obviedade e, portanto, uma história 'leve' em contraposição ao 'peso' da História Econômica e Política e continua comprometida com uma suposição socialista, ou pelo menos anticapitalista.

De bom alvitre esclarecer que a definição pela História Social não veio associada de uma visão sectária a respeito dessa ou daquela escola: se da francesa ou da inglesa, pois tendo lido os mais renomados teóricos de ambas, julguei que cada um deles tinha muito a acrescentar para nossa pesquisa.

O próprio abordar da resistência travada por ex-seringueiros na formação de parte da periferia de Rio Branco à luz da História social sugeriu, por si só, que mais do que nas fontes oficiais fôssemos buscar informações junto a esses sujeitos sociais, pois se naquelas elas estão camufladas pela fala dominante, nestes elas aparecem de forma explícita, direta, a não ser pelos “entraves” próprios que se evidenciam na construção da História Oral, através do processo de rememoração.

Desta feita, enfrentamos algumas dificuldades: em primeiro lugar, chamamos atenção para o fato de que, certamente, não tivemos a mesma facilidade de problematizar e descrever o processo cultural no espaço estudado que teríamos se o tivéssemos feito há pelo menos 10 (dez) anos, ou, quiçá, durante a fase mais aguda do seu desenvolvimento, apesar de o mesmo não ter se fragmentado no tempo, pois continua latente na memória dos sujeitos históricos.

Seguidamente, deparamo-nos, ao analisar as entrevistas, como no dizer de Contini (apud PORTELLI, 1996), com uma “memória dividida”, onde havia, de um lado, sujeitos que preservaram uma “memória criada” (no seringal e trazida para a cidade), e por isso mesmo mantiveram vivo o embate, o enfrentamento que ousaram fazer para valer seus direitos; e, por outro lado, sujeitos históricos que, ao incorporarem, de certa forma, uma “memória oficial”, acabaram por negar a resistência e julgaram a condição de se encontrar fazendo parte da camada inferior da sociedade acreana como uma expressão natural do próprio sistema. Isso tudo é bastante compreensível quando se leva em conta que, apesar de serem todos ex-seringueiros, possuem características individuais e que, por isso mesmo, assimilaram, criaram e recriaram o cotidiano de forma diferenciada.

Portanto, não nos causou preocupação alguma essa falta de unanimidade entre os entrevistados, uma vez que não tivemos por objetivo querer, a exemplo das ciências exatas, provar a veracidade dos fatos históricos pela evidência quantitativa, pois:

[...] Não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram [...] Se a memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira. (PORTELLI, 1996, p. 127).

Como se não bastasse, o próprio (PORTELLI, 1997, P. 16) nos chama atenção para o fato de que:

[...] A História Oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos - a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido.

Ou seja, as falas dos sujeitos históricos que incorporaram a “memória oficial”, quando analisadas no contexto geral - de todos os entrevistados que compõem o universo trabalhado -, longe de se apresentarem como um obstáculo para a análise, foram encaradas como fator preponderante. Soma-se a tudo isso o fato de intermediarmos as entrevistas com fontes documentais, escritas na efervescência mesma do período que

açambarca desde a expulsão dos seringueiros até a consolidação da ocupação dos espaços periféricos de Rio Branco por esses sujeitos históricos.

É importante aquilatar, ainda, que sempre procuramos por em evidência, enquanto categorias de análises fundamentais, os modos de vida, a cultura, e principalmente, a identidade dos sujeitos históricos a elas inerentes, que em última instância se caracterizava na figura de seringueiros (extratores do látex nas selvas acreanas) ou na de ex-seringueiros (moradores de parte da periferia da cidade de Rio Branco, por eles mesmos construída). Isso porque foi justamente a partir dessa perspectiva que julgamos ter contribuído com a historiografia local, apresentando uma outra verdade, ou uma nova versão sobre a vida, o comportamento e, nomeadamente, a ação dessa categoria social no espaço agrário e urbano acreanos. Até porque, os modos de vida, os costumes, que determinavam uma identidade coletiva, construída historicamente no interior dos seringais por cerca de um século, encontravam-se, de uma hora para outra, envoltos num processo de redefinição.

De modo geral, pode-se dizer que o processo de resistência travado pelos ex-seringueiros no sentido de garantir a sobrevivência num meio que não lhes era peculiar, foi entremeado de inúmeras situações de ordem econômica, política e sociocultural, as quais puseram em evidência aspectos próprios do meio em que viviam, o seringal, que pareciam não se coadunar com os do meio com o qual tinham que lidar, a cidade.

Dessa forma, se foi possível definir os trabalhadores excluídos da produção gomífera, do ponto de vista econômico - e de imediato -, como ex-seringueiros, o mesmo não se poder dizer com relação à identidade deles, haja vista que o fato de migrarem para a cidade em busca de novas oportunidades não descaracteriza suas formas de pensar e agir, pois seus modos de vida, seus costumes, sua cultura não podiam simplesmente ser esquecidos de uma hora para outra em detrimento da nova realidade a que foram sujeitos.

A identidade dos ex-seringueiros, portanto, somente passa a ser (re)construída ao longo desse processo histórico e social de vivência na cidade, que os submeteu à necessidade de um constante reorganizar:

Essa tentativa de reorganização inclui a busca de novas estratégias que garantam a sua sobrevivência, e essas estratégias incluem, além das econômicas, a afetividade, as relações de vizinhança, a solidariedade intra e extrafamiliar e a busca de uma identidade social reveladora da suas condições de membro da sociedade urbana. Essas estratégias referem-se a uma permanente determinação de alcançar meios de sobreviver a um cotidiano que tem que ser, sempre, reinventado. (CARDIA, 1998, f. 67).

Por conseguinte, a resistência, enquanto processo incessante de alcançar meios de sobrevivência, determinou a assimilação e a incorporação, a criação e recriação de novos valores no espaço periférico de Rio Branco, a ponto de se perceber uma interpenetração entre o seringal e a cidade, nos mais diversos aspectos. cuja compreensão fica comprometida se se leva em conta uma categoria de análise fundamentada em conceitos preestabelecidos.

Nesse aspecto, (WILLIAMS, 1979, P. 17) nos chama a atenção de que:

Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos - os conceitos, como se diz, dos quais partimos - não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em dar ouvidos aos seus apelos ou seus

entrechoques ressonantes. Resta-nos apenas, se pudermos, recuperar a substância de que suas formas foram separadas.

Partindo-se desse pressuposto de Williams, não apenas o conceito de cultura, mas todas as categorias de análise que permeiam o surgimento da periferia de Rio Branco e a relação desta no contexto geral da cidade (político, econômico e sociocultural), até então realizadas, devem ser efetivamente revistos e analisados a partir do próprio processo histórico em que foram forjados. Até porque o conceito de cultura, a exemplo do conceito de sociedade e economia, na concepção de Williams (1979, p. 18), “no desenvolvimento moderno [...], não se moveram no mesmo ritmo, mas cada um deles, num ponto crítico, foi afetado pelos movimentos dos outros.” De sorte, então, que o conceito de cultura do qual devemos partir para atingir os objetivos que nos propusemos, além de ser encarado como um problema, não pode vir dissociado de conceitos (problemas) outros como forma de demonstrar a interação dos mesmos com “[...] a história e experiência em transformação.” (WILLIAMS, 1979, p. 18).

Sem sombra de dúvida, a chegada do migrante ex-seringueiro alterou a “ordem” no meio urbano, já que novas experiências foram intermediadas na história do cotidiano, que passou a ser moldado de forma diferente.

Portanto, toda e qualquer tentativa de resgate histórico dessa questão deve, necessariamente, voltar-se, em primeira instância, para a experiência humana a ela inerente.

O termo experiência, enquanto categoria de análise, foi amplamente discutido por Thompson no ensaio “a miséria da teoria”, onde questiona a utilização de teorias perfeitas, totalizadas (os marxismos concebidos como sistemas teóricos auto-suficientes, autojustificativos, auto-extrapolantes), como forma de se chegar ao conhecimento, com especificidade para o marxismo althusseriano. Para ele, experiência era o termo ausente (em Marx) que faltava, mas *que* “não se trata apenas de um ponto de junção entre ‘estrutura’ e ‘processo’ [como ‘classe e ‘modo de produção’, que se situam sempre nessas fronteiras], mas um ponto de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis” (THOMPSON, 1981, p.183).

É na experiência humana, na concepção de Thompson, que o historiador deve calcar seus argumentos em busca do conhecimento. Assim, uma análise da questão da periferia de Rio Branco com base, por exemplo, no modo de produção vigente, puro e simplesmente, com certeza que alcançará, no máximo, uma compreensão dentro dos circuitos do capital, deixando-se de fora a essência mesma da história, tal qual foi sendo construída.

Se a Thompson devemos a “descoberta” do termo experiência, enquanto categoria de análise para a busca da realidade histórica, a Thomson devemos os cuidados quando da utilização dessa categoria.

Numa simples entrevista podemos não trazer à evidência as experiências passadas dos sujeitos com os quais estamos dialogando da forma como realmente vivenciamos. Isso porque:

Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memória escolhermos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.

.....

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que lembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. (THOMSON, 1997, V. 15, p. 57).

Como forma de solucionar essa questão, Thomson apresenta-nos o termo “reminiscência”, cujo significado relaciona-se com a tentativa de o historiador oral fazer com que o sujeito com o qual dialoga recorde de fatos históricos passados, aproximando-os o máximo possível das experiências por eles vivenciadas, os quais haviam sido “substituídos” em função de experiências novas vividas. De sorte que a “[...] natureza da aceitação que pode ocorrer durante uma entrevista de história oral tem um efeito importante sobre o tipo das reminiscências trazidas à tona.” (THOMSON, 1997, v. 15, p. 57).

Isso não equivale dizer que as experiências humanas se modificam com o passar do tempo. Na verdade,

Essa experiência humana não se modifica enquanto passado. O que se modifica é a investigação sobre ela, de acordo com as problemáticas que o investigador se coloca no presente, que envolvem sua própria experiência de vida e as concepções das quais parte. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 29).

Considerando a experiência como necessidade imperiosa para a construção do conhecimento histórico, e que a mesma repousa na consciência dos indivíduos - gerada, em última instância, na base, na vida material -, compete-nos resgatá-la através da oralidade. No decurso desse nosso empreendimento, é preciso, a princípio, evidenciar que, da mesma forma que há princípios éticos inerentes à nossa condição de cidadão e de intelectual acadêmico, também há princípios éticos específicos relacionados à História Oral. Entretanto:

Embora devamos mostrar empenho no cumprimento dessas tarefas tão bem quanto conseguirmos, não podemos permitir que tornem burocrático nosso trabalho: apesar de isso não assegurar um comportamento verdadeiramente ético, traz o risco de aniquilar muitas das forças que têm mantido viva a história oral.

Nesse contexto, compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber ‘como as coisas realmente são’, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de ‘como as coisas podem ser.’ (PORTELLI, 1997, n. 15, p. 28, grifo nosso).

Essa afirmativa de Portelli apresenta-se como uma postura muito pessoal, sugerindo que seja repensada de acordo com a especificidade de cada trabalho. De modo que compete ao historiador oral determinar a postura própria a ser adotada, levando em conta que tipo de verdade histórica deseja resgatar: se uma verdade com base numa “*history from below*” (historia vinda de baixo), ou seja, “[...] sob a ótica da experiência social vivida e narrada pelos sujeitos que a viveram, antevendo os modos de vida e de luta como expressão de suas culturas.” (ALBUQUERQUE, 1995, f. 164), ou uma verdade definida pela historiografia oficial. Se a opção recair sobre o primeiro tipo, compete ao historiador dar voz aos sujeitos históricos, ouvi-los e relatar, com a maior fidelidade possível, suas palavras, valendo salientar que nem sempre teremos de concordar com o

que dizem, principalmente se estivermos entrevistando, em contraponto, os sujeitos da história oficial, pois:

Às vezes, nossa ética como cidadãos, como indivíduos envolvidos na luta pela democracia, igualdade, liberdade e diferença pode transcender a limitada ética de nossa profissão, a fim de dar lugar a outra, mais ampla, humana e, em última análise, política. Em outras palavras: uma entrevista com alguém que tem poder sobre nós ou sobre outrem não está, necessariamente, sujeita ao mesmo conjunto de considerações éticas que vigoram para outras entrevistas - não importa o que pensemos da pessoa. (PORTELLI, 1997, n. 15, p. 28).

Além do mais, mesmo numa pesquisa desenvolvida à luz da História Oral, compete ao historiador confrontar os documentos orais com as fontes escritas, como forma de estabelecer as prováveis conexões existentes entre eles.

Claro está que, a exemplo de outros intelectuais acadêmicos, o historiador também busca as evidências históricas não despojadas de uma neutralidade científica, ao passo que assume seu compromisso profissional com a sociedade de acordo com as suas concepções teóricas e políticas. Até porque,

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um ponto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a pressões, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. (DE CERTAU in NORA, 1995, p. 18).

Argumentos importantes estes que tomamos emprestados de De Ceteau, com a finalidade de demonstrar a responsabilidade do historiador, os quais remetem aos compromissos que assumimos ante o nosso objeto e objetivo de pesquisa, que convergiram para o entendimento do meio ambiente urbano de Rio Branco ocupado por ex-seringueiros, à luz da experiência desses próprios sujeitos históricos, levando-se em conta as contradições sociais em que ela se desenvolveu, ou, no dizer de Thompson (apud Vainfas, 1996, n. 15, p. 139) “[...] a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação.”

A utilização do conhecimento científico, nesse sentido assume, por assim dizer, uma concepção maniqueísta - onde não existe meio termo -, podendo ser utilizada em benefício da classe dominante ou da classe dominada.

Pelo que já expomos, fica evidente, portanto, que os problemas inerentes ao meio ambiente urbano periférico de Rio Branco não são uma questão apenas de ordem infra-estrutural, mas de condições histórico-estruturais; mais especificamente, no que tange às forças produtivas e às relações de produção da sociedade capitalista, e que devem ser analisadas, considerando, não apenas variáveis tais como: êxodo rural, crescimento populacional, forma desordenada de ocupação do espaço e preço do mercado para o solo urbano, mas as relações de produção da vida material da sociedade e das relações de poder, adquiridos pelas relações e costumes, pela cultura dos homens.

[...] O costume [enquanto reflexão foucaultiana - aqui parafraseada por Albuquerque Júnior] não é sempre semelhante a si mesmo, mas, ao contrário, está sempre em mutação, pela atuação ética, da liberdade dos indivíduos. A ênfase das análises foucaultiana dos costumes desloca-se do plano da continuidade destes, para o plano da ruptura com estes. O

que interessa à análise foucaultiana são os momentos de ultrapassagem dos códigos, de suas fronteiras e limites, é o momento da instauração da diferença, são os 'maus costumes'. O que lhe interessa não é a forma rotineira das relações entre os homens, mas a abertura a novas maneiras, a invenção de novas relações [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1998, v. 6, p. 79).

Seria um contra-senso, portanto, pensar que os migrantes seringueiros fizessem a ocupação e, conseqüentemente, delineassem esses novos espaços dentro da perspectiva dos costumes urbanos.

Não obstante, Thompson (1998, p. 15), referindo-se à manifestação do tema do costume na cultura dos trabalhadores no século XVIII e parte do século XIX, assevera que:

Se, de um lado, o 'costume' incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à 'cultura', de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei.

No tempo presente, e na sociedade acreana em que se vive, parece que fomos contaminados com o vírus do entendimento de que o capitalismo representa o que se pode atingir de mais avançado econômico e socialmente, e que, dentro da proposta de modernização absorvida pós-década de 70, é pouco provável que a classe trabalhadora possa transformar seus costumes em regras, quanto mais tratando-se de costumes vindos de fora para dentro (do seringal para a cidade, apesar de se tratar de uma migração inter-regional); para dentro de uma realidade social "adversa", onde os costumes trazidos do seringal são sempre vistos como maus, vez que não se enquadram dentro das normatizações urbana.

Contudo, "a cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor." (THOMPSON, 1998, p. 19). E tal foi o que ocorreu, no processo da expansão da frente capitalista para a Amazônia-Acre quando da chegada do migrante em Rio Branco, pois, não foi sem esboçar resistência (que se convencionou denominar como "empates") que os seringueiros foram expulsos dos seringais nativos - cujo exemplo mais significativo foi à morte do líder sindical e político Chico Mendes -, como não foi de outra maneira que encararam as formas de condutas que lhes tentaram impor, quando da ocupação do espaço urbano periférico de Rio Branco.

Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam realmente em reivindicações muito recentes. Contudo, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais. (THOMPSON, 1988, p. 19).

O processo de resistência, devidamente relacionado com a cultura (costumes, valores, experiências) determinou, em última análise, a forma de ocupação e utilização do espaço urbano em que foram construídos os bairros periféricos pelos migrantes ex-seringueiros. Suas características, que têm sido motivo de inúmeras críticas por parte do poder constituído (que culmina em não se enquadrar dentro dos padrões urbanísticos), na verdade, são os reflexos dessa cultura trazida dos seringais - o que confirma os comentários precedentes de que existe uma interpenetração seringal-cidade - e que deve ser compreendida a partir dessa premissa.

Vale salientar, por derradeiro, que como forma de compreender o contexto social e espaço-temporal atual dos ex-seringueiros moradores de parte da periferia de Rio Branco fizemos, ainda que de forma breve, um apanhado histórico de toda a trajetória de vida desses desbravadores da região acreana, num processo que açambarca desde as primeiras arregimentações de seus antepassados no Nordeste brasileiro para a produção de borracha até os nossos dias, sendo que dividimos nossa análise em quatro etapas principais (4 capítulos), devidamente articuladas entre si, onde se pôde caracterizar: 1) A SAÍDA: dos varadouros da sobrevivência para as estradas das incertezas, na qual fizemos uma abordagem acerca do que representou, primeiramente a saída de trabalhadores de estados do nordeste e a conseqüente vinda para a Amazônia-Acre produzir borracha, e, posteriormente, a chegada da frente capitalista na Amazônia-Acre na década de 70, tanto no que se refere ao aspecto econômico quanto ao sociocultural, procurando evidenciar, com base nas teorias modernas, o processo de (re)definição da identidade dos seringueiros, no movimento migratório seringal-cidade; 2) A CHEGADA: na contramão das ruas da cidade de Rio Branco, em que discutimos, historicamente, o sentido que os termos “seringal” e “cidade” representam no espaço acreano, bem como, a partir de uma perspectiva teórica, como os ex-seringueiros vão, aos poucos, criando e recriando, resistindo e assimilando, o modo de viver na cidade; 3) A OCUPAÇÃO: ocupar terrenos para edificação dos “tapiris” e não “arredar o pé”, onde demonstramos toda uma situação de resistência impingida pelos ex-seringueiros, como forma de garantir a sua (re)produção social, dentro dos espaços ociosos da periferia de Rio Branco; e, 4) A PERMANÊNCIA: “aos trancos e barrancos” da periferia da cidade de Rio Branco, em que tecemos comentários acerca do citado espaço enquanto solução (e não problemas) para a sobrevivência, a julgar que os ex-seringueiros que vieram para Rio Branco nela se (re)produzem, ainda que “aos trancos e barrancos”, até o presente.

Considerações finais

A história da formação política, econômica e sócio-cultural do estado do Acre sempre esteve relacionada a pequenos, médios e até mesmo grandes conflitos, sendo que a questão relativa à produção de borracha, e conseqüentemente à figura do seringueiro, quase sempre esteve direta ou indiretamente com ela relacionada.

Prova disso é que já no processo de “colonização” dos seringais nativos, na região que hoje compreende o Estado do Acre, os seringalistas, coadjuvados por um número considerável de seringueiros, tiveram que garantir a ocupação dos mesmos, pelo menos num primeiro momento, à bala, uma vez que a vizinha República da Bolívia reclamava a posse da dita região, qual, de fato, lhe pertencia.

Também não foi sem extrema violência a expulsão de algumas tribos acreanas de suas terras por seringalistas, a fim de promoverem a “limpeza” das mesmas, vez que possuíam as espécies produtoras do látex.

Mais recentemente (entre 1970 e 1980), um novo conflito marcou a história acreana. Tratou-se desta feita do enfrentamento envolvendo seringueiros e compradores de terras, estes oriundos do Centro-Sul do nosso país. Considerando-se, nesse aspecto, que grande parte das terras compradas era justamente os seringais nativos, lugar de referência e de vida dos que ali viviam há dezenas de anos.

Tal conflito, como não poderia deixar de ser, foi motivo de inúmeros debates, teses, sínteses e antíteses, a ponto de provocar uma “avalanche” de trabalhos de graduação e de pós-graduação, tanto na Universidade Federal do Acre quanto em outras universidades brasileiras, nos mais diversos ramos do conhecimento.

No que se refere ao estudo da questão urbana, mais especificamente no que tange à formação da periferia da cidade de Rio Branco, enquanto repercussão do período susomencionado, um bom número foi elaborado na perspectiva do planejamento e com a preocupação primeira de buscar soluções para os problemas advindos com esses “bolsões de miséria” em formação.

O objetivo da nossa pesquisa, cuja metodologia buscamos descrever neste ensaio, foi justamente no sentido de dar ênfase não aos problemas, mas as soluções que os espaços periféricos de nossa urbe representou para os seus formadores, principalmente no que tange aqueles constituídos por ex-seringueiros, nos quais se pode constatar, a partir da própria concepção desses sujeitos históricos, que, ao contrário do entendimento oficial, o migrante rural consegue se articular, criar e recriar condições de vida em um ambiente considerado hostil e, de certa forma, adverso ao que estava acostumado no seu cotidiano.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Seringueiros, caçadores e agricultores: trabalhadores do Rio Muru (1970-1990). 1995. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os “maus costumes” de Foucault. Pós-história, Assis, ed. da UNESP, v. 6, p. 67-86, 1998.

CARDIA, Lais Maretti. Exclusão social de famílias migrantes: estratégias de sobrevivência urbana. 1998. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-49.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? História & perspectivas, Uberlândia, v. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

POTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Cap. 8: p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto história, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p. Cap. 15: O termo ausente: experiência: p.180-201.

_____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: companhia das letras, 1998. Introdução: costume e cultura, p. 13-24.

THONSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e memórias. História. São Paulo, v. 15, p. 51-71, abr. 1997.

VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história cultural, História, São Paulo, v. 15, p. 129-141, 1996.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. A pesquisa em história. São Paulo: Ática, 1989. 80 p. (princípios).

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das letras, 1989. 439 p.

_____. Marxismo e literatura. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Cap. 1: Cultura : p. 17-26.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos

Elder Andrade de Paula

Professor Adjunto do DFCS da UFAC, Coordenador do Núcleo de Pesquisa: Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental

Correio eletrônico: elderpaula@uol.com.br

Resumo: O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Acre completa três décadas de existência em 2005. Assumindo a condição de protagonista da luta de resistência pela terra, conquistou êxitos relevantes no reordenamento da estrutura fundiária no território acreano. Em razão dessas conquistas e da ascensão ao poder executivo estadual de uma coalizão partidária liderada pelo Partido dos Trabalhadores, identificado historicamente com esse sindicalismo, construiu-se no período recente, um vigoroso consenso em torno da idéia de triunfo no que se refere tanto aos problemas relativos à regulamentação da posse e uso da terra, quanto na adoção de inovações produtivas. O objetivo deste artigo é questionar essa visão triunfalista, colocando em relevo não só as conquistas como também, os retrocessos que têm se aprofundado neste período.

Palavras-chave: sindicalismo rural, reforma agrária, Amazônia, Estado, modernização

El Movimiento Sindical de los Trabajadores Rurales y la Lucha por la Tierra en el Estado de Acre (Brasil): avances y retrocesos

Resumen: El movimiento sindical de los trabajadores rurales de Acre completo tres décadas de existencia en 2005. Asumiendo la condición de protagonista en la lucha de resistencia por la tierra conquisto éxitos relevantes en el reordenamiento de la estructura de tierras agrarias del territorio acreano. Debido a estas conquistas y a la subida al poder ejecutivo estatal de una coalición de partidos liderada por el Partido de los Trabajadores identificado históricamente con ese sindicalismo se construyo recientemente un consenso vigoroso en torno a la idea de triunfo en lo relativo tanto a la regularización del uso y pose de la tierra como a la adopción de innovaciones productivas. El objetivo de este artículo es cuestionar esa visión de triunfo colocando en relieve no sólo las conquistas sino también los retrocesos que se han profundizado recientemente

Palavras-chave: sindicalismo rurale, reforma agrária, Amazônia, Estado, modernización

Advances and Retreats:

The Rural Laborers' Union Movement and the Struggle for Land in Acre

Abstract: The Rural Laborers' Union Movement in the state of Acre, Brazil, completed three decades of existence in 2005. Assuming leadership in the struggle for land in the state, it succeeded in forcing changes in Acre's agrarian structure. Encouraged by its ascension to the state executive of a political coalition lead by the Workers' Party (PT), the Movement worked vigorously to construct a consensus around the idea of its triumph over the problems relative to the regulation of the ownership and use of land, as well as the adoption of productive innovations. The object of this article is not only to question this triumphant vision, contextualizing supposed victories, but also to examine defeats that have worsened in the recent period.

Keywords: rural labor unions; agrarian reform; the Amazon; Government; modernization.

| | | | | |
|--------------|----------------|-------------|-----------|----------------|
| Revista NERA | Pres. Prudente | Ano 7, n. 5 | p. 86-101 | Jul./dez. 2004 |
|--------------|----------------|-------------|-----------|----------------|

Apresentação

Após um longo tempo de denúncias contra a destruição ambiental e as mazelas sociais produzidas pela expansão capitalista na Amazônia no pós 1964, Passou-se a assistir nos anos 90, uma gradativa mudança de enfoque nas abordagens sobre a região. Os meios de comunicações em geral e a produção acadêmica em particular, enfatizaram a idéia de que estaria em curso a reversão do "modelo" anterior que gradualmente cedia lugar a alternativas de "desenvolvimento sustentável". Assim, diversas experiências consideradas inovadoras nesse campo, como as de Xapuri, passam a ganhar visibilidade no cenário nacional e internacional.

Dado que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR, no Acre exerceu papel destacado nas lutas de resistência na região amazônica, consideramos oportuno dialogar com esse "consenso" partindo de um balanço inicial dos resultados obtidos por esse sindicalismo. Nessa perspectiva, pretende-se nesse artigo¹ mostrar que a trajetória desse movimento é marcada por conquistas importantes sim, mas também por retrocessos não menos relevantes sob o ponto de vista analítico desse processo. Para cumprir essa finalidade, o subdividimos em três seções: Expansão da fronteira na Amazônia e a resistência do MSTR no Acre ; O "empate" contra a "modernização" na Amazônia ; Da resistência pela terra à re-existência sob a mercantilização da natureza e, por fim , as conclusões.

Expansão da fronteira na Amazônia e a resistência do MSTR no Acre

O processo de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia tem sido bastante analisada nos últimos trinta anos. Em linhas gerais, formou-se um consenso em torno da idéia de que a atuação do Estado - materializada em um conjunto de políticas e estratégias de cunho intervencionista - desempenhou papel decisivo na atração de capitais para a região². A inserção da economia regional no novo ciclo de acumulação em curso no país, pressupunha, necessariamente, transformações na sua base produtiva, na estrutura de mercados e na sua configuração demográfica.

Como é sabido, a floresta amazônica foi considerada ou percebida pelo núcleo dirigente do Estado e seus aliados internacionais, principalmente os norte-americanos, como um obstáculo a ser vencido no curso da modernização capitalista. A absorção do progresso técnico implicava na derrubada de uma parcela substancial de suas florestas³. Assim, com a justificativa de resguardar as fronteiras nacionais, o Estado procura impor um projeto de modernização na Amazônia que, a exemplo das demais regiões do país, caracteriza-se pela exclusão social de significativa parcela da população e privilegia grandes grupos empresariais com diversos incentivos fiscais e financeiros, no intuito de dirigir investimentos para essa nova fronteira. Propôs-se inicialmente através do Plano de Integração Nacional – PIN (junho de 1970), posteriormente, via I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a realização de investimentos de grande monta em infra-estrutura na região, que englobavam desde a construção de extensos eixos rodoviários – como a Transamazônica, a Cuiabá-Rio Branco e a Cuiabá-Santarém – destinados à integração regional e nacional, modernização do sistema de navegação fluvial,

¹ Esse artigo é resultado de um conjunto de pesquisas que venho realizando sobre essa questão nos últimos 15 anos, bem como, de minha experiência de participação no MSTR no Acre no período de 1984-95.

² A esse respeito, consultar entre outros: Cardoso & Müller (1978); Martins (1984); Velho (1979); Sorj (1980).

³ Os devaneios e obsessões para atingir esses objetivos eram ilimitados, como o revela a conhecida proposta dos norte-americanos do Instituto Hudson - com seu refinado pragmatismo - de represamento do rio Amazonas para a formação de um imenso lago que inundaria boa parte da floresta (VELHO, 1979).

implantação de sistemas de comunicação, ampliação da produção de energia elétrica etc. Desse modo, pretendia-se colocar em marcha o processo de modernização econômica da região⁴.

De acordo com as diretrizes do II PND, dever-se-ia promover uma redistribuição de terras nas áreas em que o sistema de propriedade fundiária fosse considerado obstáculo à modernização da agropecuária. Na verdade, os programas de colonização previstos no II PND apoiavam-se no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que transferia dos governos estaduais para o controle da União, as terras devolutas situadas nas margens das rodovias federais, numa extensão de cem quilômetros, "cabendo ao Conselho de Segurança Nacional decisões fundamentais sobre elas". (Martins, 1984; 45). A atuação governamental consubstanciada nesses planos, expressará, segundo Delgado (1985; 105), "a estratégia através da qual o regime tentará fomentar a modernização da agricultura 'tradicional' e das áreas novas de fronteira agrícola da Amazônia". Nesse sentido, continua o referido autor, "a década de 70 assiste, com o I PND e o reforço do II PND, ao lançamento de um elenco de programas especiais, projetos de desenvolvimento rural integrado e programas de pólos de desenvolvimento que serão os instrumentos por excelência da tentativa de integração dessas regiões e seus agricultores à modernização".

A incorporação do Acre nesse projeto de "modernização" assentava-se na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte. Essa estratégia do governo federal apoiava-se fortemente na oferta de incentivos fiscais, complementada por outros incentivos oferecidos pelo governo estadual. Esses atrativos, somados às possibilidades de especulação com o mercado de terras, abriram passagem para a expansão da frente agropecuária no início dos anos 70. Os seus impactos na estrutura agrária acreana foram imediatos. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no Incra encontravam-se sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria, oriundos do estado de São Paulo.

De acordo com (SANT'ANNA, 1988; 169-170) a expansão capitalista para o estado do Acre segue rigorosamente as características ditadas pelo núcleo mais dinâmico do processo de acumulação no território nacional, "a conquista do Acre não é uma corrida de pioneiros, nem a epopéia de idealistas e abnegados que a propaganda oficial e burguesa alardeia, mas a marcha batida do capital que se expande coletivamente, subordinando tudo a seu domínio". Por esta razão, continua o referido autor "aí também se reproduzem, à moda local, relações capitalistas que rebatem a estrutura monopolista dos pólos difusores, concentrando e centralizando a riqueza social, sobretudo a terra, e os recursos coletivos administrados pelo Estado".

A rigor, a concentração da propriedade fundiária não representou nenhuma novidade no Acre. Em 1970, momento imediatamente anterior ao processo expansionista, a estrutura fundiária apresentava a seguinte configuração: 514 imóveis com áreas acima de 1.000 ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas, 526 estavam na faixa de 101 a 1000 ha, equivalentes a 4,63%, 2.807 na faixa 1,0 a 100 ha, correspondentes a 1,78% da área cadastrada (INCRA, 1998). Vale ressaltar, contudo, que a substituição do extrativismo da borracha natural pela pecuária extensiva de corte, como "carro chefe" da "modernização" no agro acreano, representava uma séria ameaça tanto às oligarquias quanto aos segmentos sociais subalternos no campo. Aos primeiros, em função do risco efetivo de perderem o monopólio do acesso e controle dos recursos públicos⁵ e de redução de sua fonte de lucro no território: a exploração dos produtores diretos. Aos segmentos sociais subalternos (seringueiros, ribeirinhos, colonos e índios), porque a nova modalidade de

⁴ A construção dessas estradas contou entre 1968/72, com financiamentos do Banco Mundial e BID, da ordem de 400 milhões de dólares, que significou o "maior empréstimo já feito a um país para construção de estradas" (Linhares, 1992: 14).

⁵ Os financiamentos e incentivos estatais alocados via Sudam, até 1986 revelam a prioridade dada à pecuária extensiva de corte. Dos 27 projetos aprovados o número e o percentual de valores totais alocados por setor foram respectivamente: agropecuário 18 e 77% ; industrial 5 e 12%; agroindustrial 2 e 10%; serviços básicos 2 e 1% (Sant' Anna, 1988).

posse e uso da terra implicava necessariamente na expropriação das áreas por eles ocupadas. Deve-se lembrar que 72% da população do estado vivia no campo e que “85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietárias das terras que cultivavam” (SILVA, 1982; 48).

Em trabalho concluído recentemente (Paula, 2003), analisamos a luta de resistência pela terra à luz desses impasses inter-classes dominantes e dos acirrados conflitos entre estas e os segmentos sociais subalternos no campo. Nesse cenário, a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, através da instalação de uma Delegacia Regional em 1975, foi decisiva. A medida que inseriu os interesses dos “de baixo” nas disputas políticas em torno do reordenamento da estrutura fundiária, a Contag acabou criando enormes obstáculos a uma conciliação “por cima” entre as classes dominantes naquele período.

Como lembram Pinto (1978) e Medeiros(1989), a partir de meados da década de 1970, a Contag passa a perceber que a reforma agrária não dependia apenas da decisão política do Estado e passaria a apostar mais na organização dos trabalhadores rurais como forma de reivindicar a aplicação do Estatuto da Terra. No intervalo entre 1975-77 a Delegacia Regional da Contag fundou sindicatos nos sete municípios existentes no Acre naquele período (Paula,1991). Sob contexto de domínio religioso absoluto do catolicismo, o apoio da Prelazia do Acre e Purus via Comissão Pastoral da Terra - CPT (organizada no estado em 1975) foi fundamental nesse processo de organização, particularmente no que tange a defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical, expressa de forma lapidar na seguinte formulação,

Somos pela liberdade de organização sindical, somos favoráveis a um sindicalismo que represente só o esforço de defesa dos trabalhadores. Um sindicato apadrinhado e controlado assim pelo governo, ou por dirigentes vendidos, pelegos, não é um sindicato verdadeiro(...).Defendemos o direito que os trabalhadores têm de se organizarem em defesa de seus interesses sem a tutela e o controle de ninguém.(BOLETIM da CPT, mar/abr 1978).

Partindo de um agente social vinculado a uma autoridade religiosa, esses valores acabam exercendo influências significativas na formação desse sindicalismo. A idéia de autonomia sindical “plantada” sob contexto de expropriação violenta dos segmentos sociais subalternos no campo, concorre efetivamente para conferir um caráter singular à luta de resistência pela terra protagonizada pelo MSTR no Acre: a combinação de mobilizações coletivas com atuação institucional, orientada para o cumprimento do Estatuto da Terra. Isso ocorre no auge da ditadura militar. Como demonstra Medeiros (op.cit), nesse período a organização e as práticas do sindicalismo rural no Brasil.estão pautadas, via de regra, em políticas assistencialistas.

No Acre, a Contag elegeu como prioridade as seguintes bandeiras de lutas: 1) não pagamento da renda ao patrão seringalista⁶; 2) cumprimento da Lei no sentido de assegurar aos “posseiros” os seus direitos a propriedade de um lote de terras; 3) cumprimento da legislação trabalhista para os assalariados rurais, ocupados majoritariamente, naquele período, nas atividades de desmatamento. A resistência na terra estava indissociavelmente vinculada ao não pagamento da renda. Isto é, a negação de uma relação jurídica (arrendamento) era essencial para enquadrar os seringueiros na condição de “posseiros”. O enquadramento nessa categoria, os transformava em portadores legítimos do direito a propriedade legal de um lote de terras (PAULA, 1991).

Dado que a permanência na terra passa a constituir-se no elemento fundamental de resistência, os desmatamentos para fins de implantação de projetos agropecuários passam a representar uma séria ameaça aos posseiros em geral e aos seringueiros em particular. Em outras palavras, a derrubada da mata representava a eliminação das possibilidades materiais de sua sobrevivência, via destruição de suas fontes de renda baseada no extrativismo (principalmente as árvores de seringa e as castanheiras) bem como,

⁶ Além da brutal exploração a que estavam submetidos sob domínio das relações mercantis, os seringueiros eram obrigados ainda a pagar aos patrões seringalistas o equivalente a 10% da sua produção anual de borracha.

progressiva extinção da fauna e flora que compõem a base de sua alimentação. É nessa perspectiva que deve ser compreendida a emergência de ações coletivas destinadas a impedir os desmatamentos, denominadas regionalmente como “empate”⁷.

O primeiro “empate” foi realizado em março de 1976, no Seringal Carmem, município de Brasília. A iniciativa de “empatar” o desmatamento partiu dos “posseiros” dessa área e contou com o apoio da direção do recém fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, daquele município. Armados com suas espingardas de caça, aproximadamente sessenta homens cercaram o acampamento dos “peões” contratados pelo fazendeiro para realizar a derrubada da mata. A estratégia da Delegacia Regional neste caso e nos demais “empates” que o sucederam foi extremamente astuciosa. Por um lado, ela orientou a direção do STR de Brasília para que não assumisse a autoria do movimento, devia-se sustentar que a decisão havia sido tomado autonomamente pelos “posseiros” da área. Por outro, tomou a iniciativa de encaminhar relatórios ao Conselho de Segurança Nacional, Secretaria de Segurança Pública estadual e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. O conflito foi solucionado após uma reunião entre as partes envolvidas (seringueiros, direção do STR, Delegacia da Contag, fazendeiro e Incra), na qual os seringueiros aceitaram trocar suas colocações por lotes de 25 há (PAULA, 1991).

Apesar da generalização dos conflitos sociais pela posse da terra e do crescimento da organização sindical, as diretrizes do governo permaneceram voltadas para a legalização do latifúndio. Em 1978, por intermédio do Conselho de Segurança Nacional foi editada a Exposição de Motivos 77/78, cujo objetivo primordial era facilitar a regularização jurídica dos imóveis situados na faixa superior a 2.500 ha. O acesso dos “posseiros” a propriedade da terra permaneceu extremamente restrito a uma inclusão de parte deles nos projetos de colonização oficial criados no estado a partir de 1977. A evolução das áreas cadastradas pelo Incra, indicadas no quadro 1 em anexo, mostra com nitidez os principais beneficiários da política governamental naquele período.

A tendência indicada na evolução cadastral apontava, portanto, para a consolidação de um modelo concentrador da propriedade fundiária. Embora uma parcela restrita dos segmentos sociais subalternos tenha conquistado, via organização sindical, o acesso a propriedade da terra, os seus problemas não haviam sido resolvidos. Muitos seringueiros que trocaram suas “colocações” por um lote de terras, acabaram, por falta de infra-estrutura mínima, tendo sua sobrevivência inviabilizada. O mesmo acontecia nas áreas de colonização oficial, onde as condições gerais de vida eram dramáticas. sob esse contexto e os impactos do assassinato de Wilson Pinheiro, presidente do STR de Brasília e principal liderança do sindicalismo rural acriano naquele período, esse movimento passará a questionar as estratégias adotadas até então.

O “empate” contra a “modernização” na Amazônia

⁷ Os “empates” foram recobertos de inúmeros significados. Inicialmente, denotam uma resistência dos “acreanos” contra o usurpador do seu território, os “paulistas”, posteriormente, indicam a oposição entre “seringueiro” e “fazendeiro”, forjando a formação de uma identidade política dos seringueiros.

A idéia de que a “modernização” - materializada na devastação voraz da floresta amazônica - deveria ser contida, passa a ser defendida com mais vigor, na década de 1980. Nesse período, observa-se um estuendo crescimento das denúncias internacionais contra a ocupação predatória da Amazônia, a maioria delas de autoria de organizações e movimentos ambientalistas. No caso do Acre, além de ficarem mais visíveis os efeitos destrutivos, tanto sociais quanto ambientais, produzidos pela expansão da pecuária extensiva de corte, constatava-se que o tipo de acesso à terra ofertado aos segmentos sociais subalternos, particularmente na forma dos projetos de colonização, criados pelo Incra⁸, geravam mais problemas do que soluções.

O agravamento das crises fiscal do Estado e do regime ditatorial militar, a multiplicação dos movimentos pela democratização em todo território nacional, acabam repercutindo de maneira profunda nas lutas de resistência pela terra. Por um lado, a retração dos incentivos fiscais e financiamentos produzem uma desaceleração na corrida de capitais para a região, por outro, o MSTR começa a contar com novos aliados que emergem das lutas populares. A organização do Partido dos Trabalhadores-PT, que aos poucos vai se consolidando como principal catalisador desses movimentos na esfera da sociedade civil, bem como, o início da aproximação com movimentos ambientalistas, vão reconfigurando a dimensão da resistência. Devemos lembrar que tanto o PT quanto os movimentos ambientalistas tinham em comum naquele período um posicionamento crítico em relação ao Estado e ao “modelo” de desenvolvimento em curso, ambos valorizavam a sociedade civil como *locus* privilegiado de ação.

O modo de lidar com essas transformações no campo efetivo da ação sindical acaba produzindo divergências que resultariam numa cisão do MSTR no estado. Enquanto um grupo majoritário de dirigentes sindicais liderados pelo delegado da Contag, João Maia, opta por privilegiar a atuação na esfera institucional valendo-se dos espaços abertos no âmbito do governo estadual⁹, a direção do STR de Xapuri e CPT, decidem manter-se numa posição de independência, a fim de preservar a autonomia sindical. O STR de Xapuri passa a recusar a adoção dos termos de negociação adotados pela Contag até então. Na avaliação de Chico Mendes além de legítima a usurpação da terra ao reconhecer os latifundiários como proprietários, a saída dos seringueiros para os loteamentos haviam resultado em fracasso absoluto(Linhares,1992).

Dispostas a trilhar novos caminhos, as lideranças do STR de Xapurí abandonavam uma das principais estratégias adotadas pelo sindicalismo acreano até então, qual seja, de garantir sob o modelo de “modernização” vigente um espaço para a pequena propriedade fundiária, nos moldes prescritos no Estatuto da Terra. A questão para eles era a partir daquele momento - mais precisamente a partir do final de 1982, quando Chico Mendes assume a presidência do STR de Xapuri – criar condições políticas que pudessem impedir a continuidade daquele modelo e buscar, simultaneamente, uma alternativa de reforma agrária que atendesse aos interesses da categoria majoritária da base social do sindicato, os seringueiros. É nessa perspectiva que é gestada a proposta de Reserva Extrativista – Resex. Cabe aqui um breve parêntese para uma referência ao conteúdo dessa proposta.

As reservas extrativistas foram instituídas através do Decreto-lei Presidencial nº 98.987/90. No essencial, elas foram pensadas como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas. Essas terras deveriam ser incorporadas ao patrimônio da União, sendo a regularização do uso mediante critérios estabelecidos de comum acordo pelos moradores dessas áreas. Não existem juridicamente os títulos individuais de propriedade privada, eles são substituídos por outro instrumento jurídico denominado Contrato de Concessão Real de Uso, firmado entre

⁸ Entre 1977 e 1983, o Incra criou no estado do Acre, cinco projetos de colonização com capacidade para assentar aproximadamente dez mil famílias.

⁹ A exemplo do que ocorreu na maioria das unidades federativas, a oposição liderada pelo PMDB venceu no Acre as eleições para o governo estadual em 1982. Adotando o slogan “governo de participação popular” o governo empossado acenava com a promessa de atender diversas demandas sociais reprimidas.

esses moradores e a União, por intermédio de suas organizações representativas. No caso do Acre, seria uma forma de reconhecer o "animus domini" dos seringueiros, isto é, os direitos adquiridos sobre as terras que ocupavam. há várias décadas (PAULA, 2003). Na certeza de que o modelo de "modernização" vigente na Amazônia implicava necessariamente no extermínio dos seringueiros - dado que seu meio de reprodução social, a floresta estava sendo destruída de forma acelerada - as Resex passaram a ser percebidas como o seu contraponto fundamental. Isso fez com que despertasse simpatias e apoios diversos de outros setores da sociedade civil, principalmente de ONGs e movimentos ambientalistas, que protestavam contra a devastação da Amazônia.

As Resex passaram a ser consideradas, particularmente pelos seringueiros de Xapuri, como a "reforma agrária dos seringueiros". Tanto no plano político, quanto na sua dimensão simbólica, os inúmeros e freqüentes "empates" realizados nos seringais daquele município na década de 80, expressaram uma vontade de bloquear aquele modelo de "modernização". Foi a sua face ecológica, expressa nas preocupações com a conservação das florestas, que abriu as fronteiras nacionais e internacionais para a divulgação da luta daqueles seringueiros. A difusão das idéias desse movimento para outros estados da Amazônia via fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros¹⁰ em 1985 e os desdobramentos daí resultantes, influenciaria de forma decisiva os rumos do sindicalismo no Acre. A estratégia inicial do CNS, teve como núcleo central a tentativa de "universalizar", a partir de Xapuri, a luta de resistência dos seringueiros. Em vez de lutar pelo "cumprimento das leis", a questão passa a ser a de mudar as leis para garantir a satisfação dos interesses da base social do MSTR.

Em linhas gerais, propunha-se como alternativa para o desenvolvimento regional, uma inversão na lógica de apropriação dos recursos naturais: a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público, cuja utilização deveria levar em conta tanto as demandas sociais das populações da região, quanto as preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta. Desse modo, o Estado passa a constituir-se em referência central para atuar na reversão do modelo em curso, conforme demonstra o esboço inicial da proposta de reserva extrativista, sintetizado a seguir.

A terra não deve constituir-se em objeto de apropriação privada, deve ser regularizada juridicamente na forma de um patrimônio público, sob a guarda do Estado. Cabe a este, assegurar as condições necessárias para que os ocupantes desses territórios (seringueiros, ribeirinhos e demais populações existentes nestas áreas) possam permanecer ocupando-os. Tal permanência, requer necessariamente, a adoção de um conjunto de políticas públicas voltadas tanto para a elevação dos níveis sociais de vida e renda dessas populações quanto para a proteção do meio ambiente. Como a floresta é dotada de um potencial de exploração ainda largamente desconhecido, cabe no longo prazo desenvolver pesquisas com intuito de ampliar esses conhecimentos e gerar novas tecnologias para uma utilização "sustentável" desses produtos. No curto prazo, deve-se priorizar a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos como borracha e castanha, habitualmente explorados pelas populações que vivem na floresta. Cabe ressaltar, que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista (PAULA, 2003).

Compõe ainda esse conjunto de proposições iniciais, o incentivo as populações dessas áreas, para criarem ou fortalecerem suas organizações representativas, particularmente o cooperativismo e o sindicalismo. Os objetivos orientam-se para a necessidade de extirpar o processo de exploração à que esses trabalhadores submetem-se secularmente como pilar de sustentação das relações mercantis. Isto é, a possibilidade de elevar os níveis de renda através da redução da cadeia de intermediação. No caso da

¹⁰ A formação do CNS coincidiu com a emergência de outros movimentos sociais no campo nos anos 80, Como o MST, Movimento dos Atingidos pelas Barragens etc. A esse respeito, ver entre outros: Grzybowski (1987; 1989); Almeida (1989); Paula (1991); Gonçalves (1998); Esteves (1999); Silva (2001).

organização sindical, os objetivos estariam mais direcionados para coordenar a gestão nas resex visando assegurar o máximo possível de autonomia política desses trabalhadores. Ou seja, procurava-se construir "por baixo" a sustentabilidade econômica sociocultural e política da resex. Diferentemente do "modelo" defendido anteriormente pela Contag, neste não teria lugar nem para os pecuaristas, nem para as oligarquias regionais vinculadas a economia mercantil; por isso, essas forças reagem violentamente contra essa proposta (PAULA, 2003).

Havia o entendimento de que isoladamente não seria possível levar a cabo pretensões, que naquele período, pareciam praticamente impossíveis. A criação do CNS, além de expressar uma tentativa de ir além dos limites da ação sindical, indicava a busca necessária de um arco mais amplo de alianças políticas (regional, nacional e internacional) a fim de enfrentar aquela batalha na proporção que requeria. Contudo, a partir dos anos 90, o deslocamento progressivo das estratégias de desenvolvimento adotadas pelos diferentes atores sociais para a esfera do mercado, acabaria modificando substancialmente as concepções e práticas que fundamentaram inicialmente a proposta de resex.

Da resistência pela terra à re-existência sob a mercantilização da natureza

Como sabemos, o assassinato de Chico Mendes - principal liderança do MSTR no Acre - em dezembro de 1988, produziu grande repercussão internacional. Esse fato, somado ao processo de "reformas do Estado" desencadeado em meados da década de 1990, acabou exercendo influências significativas no tratamento da questão agrária/ambiental no estado. Seja no âmbito da mediação dos interesses desse campesinato ou na formulação e implementação de políticas públicas. No primeiro caso, deve-se chamar atenção para três fenômenos que interferiram diretamente na condução do MSTR: o primeiro, relaciona-se com o extraordinário crescimento da influência Conselho Nacional dos Seringueiros, não só no Acre, mas em vários estados da Amazônia. Graças a uma forte articulação internacional com organizações e movimentos ambientalistas, o CNS acabou atraindo muitas doações a "fundo perdido" para investimento em projetos de "desenvolvimento comunitário", que iam desde apoio a comercialização de produtos extrativos, construção de agroindústrias, até a formação de lideranças sindicais e comunitárias. Abriu ainda na esfera governamental, um canal de interlocução centralizado nas instituições ligadas ao meio ambiente.

O segundo fenômeno, pode ser apontado na confluência de dois movimentos: multiplicação das ONGs e as mudanças na base social do sindicalismo. As Organizações Não Governamentais-ONGs, ampliaram largamente sua atuação no estado, a exemplo do que ocorreu nas demais unidades federativas da Amazônia e do país. As ONGs mais "antigas" mudam seu perfil, deixam de colocar-se na condição de "assessoras" do MSTR e passam, juntamente com as novas concorrentes, projetar-se numa posição de mediadoras dos interesses das diversas "comunidades" que mantinham com elas vínculos permanentes ou esporádicos. Esse incremento da participação das ONGs, coincide com inúmeras transformações na base social do sindicalismo: a) ampliação do acesso à terra e do número de assentados; b) maior diferenciação social no seio desse campesinato; c) recuo da Igreja Católica no processo de "formação política" junto as comunidades seguida de um crescimento acelerado da presença das igrejas evangélicas no mundo rural e urbano; d) multiplicação das associações de agricultores e cooperativas - afim de obterem acesso as linhas de crédito oficiais -; e) criação de agroindústrias etc. (Paula et al; 2004).

O terceiro fenômeno, está relacionado com o crescimento do Partido dos trabalhadores no estado. Após a vitória eleitoral na prefeitura da capital, Rio Branco, esse partido põe em marcha uma estratégia arrojada para chegar ao poder executivo, e o faz através de uma ampla aliança que elegeu Jorge Viana governador em 1998 e o reelegeu em 2002. Motivo de divisão do sindicalismo nos anos 80, o PT na década seguinte acaba se constituindo em fator de reunificação desse movimento. Logo no início dos 90, a Federação é retomada por lideranças ligadas ao partido e todas as direções sindicais acabaram seguindo o mesmo caminho. Atualmente, dos 22 municípios acreanos, 18 possuem STRs

organizados. Enquanto nos anos 80, o PT afirmava como princípio a liberdade e autonomia sindical, nos anos 90, já capturado pelo poder oligárquico no Acre, o partido submete as direções sindicais a uma férrea subordinação a estrutura partidária e posteriormente, as instituições governamentais.

Dada a exiguidade do espaço, não será possível analisar com o devido rigor as implicações dos fenômenos supracitados nos desdobramentos da luta de resistência pela terra. Por ora, pode-se afirmar o aparentemente óbvio: eles concorreram no seu conjunto para fragilizar a luta de resistência pela terra. O que não parece óbvio contudo, é o fato de constatar que foi nesse momento de maior fragilização que ocorreram as maiores conquistas no que diz respeito ao reordenamento da estrutura fundiária, conforme ilustram os quadros 2 e 3, em anexo. Uma explicação plausível que encontramos para essa aparente contradição, foi interpretar esse fato sob o ponto de vista interno, como resultado do “capital político” acumulado por esse sindicalismo na sua trajetória de lutas no estado, sob o ponto de vista externo, acreditamos que as pressões internacionais vinculadas à área ambiental por um lado e por outro, as pressões exercidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, que apesar de não se fazer presente fisicamente no Acre, foram decisivas para pautar o tema da reforma agrária no país nos anos 90 e forçar o governo a tomar medidas nesse campo(PAULA, 2003).

Os dados apresentados nos quadros 2 e 3, quando comparados com aqueles apresentados no Quadro 1, revelam nitidamente o aumento expressivo do acesso à terra aos segmentos sociais subalternos - seja na forma de assentamentos do Incra seja mediante direito de uso nas unidades de conservação ambiental – demonstrando a magnitude das conquistas do MSTR na sua trajetória de lutas de resistência pela terra. É preciso chamar atenção contudo, para os riscos de chegarmos a conclusões triunfalistas a partir desses dados. Em outra palavras, quando consideramos outras variáveis observamos que tal triunfalismo não se sustenta.

Em primeiro lugar, as terras cadastradas de domínio privado estão ainda altamente concentradas: cerca de 85% dos imóveis situados na faixa inferior a 100 ha ocupam apenas 20,5% do total das terras cadastradas, enquanto 3,24% daqueles situados na faixa superior a 1000 há ocupam aproximadamente 70% da área total cadastrada. Vale ressaltar que essa concentração pode aumentar ainda mais após a conclusão da discriminação judicial dos imóveis situados na faixa superior a 10000 há, que somam 1.660.478 há. Além do mais, trata de uma região que experimenta um tortuoso e inacabado processo de expansão de fronteira, a expansão acelerada do agronegócio da Soja no Mato Grosso e Rondônia, têm refletido diretamente na elevação dos desmatamentos no Acre para acomodação da pecuária expulsa das áreas ocupadas pela soja. Os efeitos imediatos aparecem no reaquecimento do mercado de terras e na multiplicação dos conflitos fundiários. De acordo com dados recentes do Incra(2004), existem 17 áreas de “tensão e conflitos fundiários”, elas somam 373 mil há e envolvem aproximadamente 3 mil famílias.

A pecuária extensiva de corte e exploração predatória de madeira são as atividades que mais cresceram nos últimos trinta anos (Paula, 2003). Em termos demográficos, houve um forte incremento da população urbana, passou de 30 para 70% da população do estado (IBGE, 2000), dada a inexistência de um setor agroindustrial relevante, o setor público, comércio, prestação de serviços e a economia informal constituem-se nas principais opções de ocupação dessa força de trabalho, agravando-se assim, a dramaticidade do processo de exclusão social no estado, como mostram Pochmann & Amorin (2003).

Em segundo lugar, como vimos na seção anterior, na perspectiva do MSTR nos anos 80, esta reconfiguração requisitaria uma participação ativa do Estado. Ou seja, a adoção de um amplo e articulado leque de políticas públicas, envolvendo desde pesquisas para geração e transferência de novas tecnologias até a dotação de infra-estrutura social e produtiva, tendo como horizonte, a superação de mero exportador de matéria-prima barata. Para tanto, requeria-se adoção de políticas de médio e longo prazos orientadas para o desenvolvimento de um setor agroindustrial altamente diferenciado regionalmente. Tal perspectiva envolve a combinação de um conjunto de fatores de ordem econômica sociocultural e política para sua concretização. Como mostra Moreira (1995: 105,

110) esse processo de expansão da fronteira e os "embates associados à expropriação da terra na Amazônia têm a ver com a dinâmica do capitalismo contemporâneo e a territorialização de seus interesses: a biodiversidade é um deles". Assim, destaca, entre outros, a necessidade de aprofundar as reflexões sobre o significado do que ele chama de "renda da natureza", uma vez que

As expectativas, frente ao futuro, postas pela ciência dos ecossistemas, pela biotecnologia e pelos movimentos ambientalistas tendem a levar a revalorização da natureza e dos direitos de propriedade à ela associada. Podem colocar novos limites ao uso privado da natureza. [...] Esse campo sócio-cultural e a nova ordem capitalista podem abrir espaço para uma revalorização do saber e do fazer camponês e, até, a uma ampliação do setor camponês no contexto da sociedade. A perspectiva histórica, no entanto, coloca: esta revalorização camponesa só tende a se viabilizar se a apropriação deste conhecimento significar ganhos nas esferas da acumulação capitalista.

Ao analisarmos o conteúdo das estratégias "alternativas de desenvolvimento"¹¹ adotadas pelos diversos agentes sociais e instituições governamentais atuantes nas unidades de conservação de domínio público e demais áreas reformadas no Acre, podemos constatar a confirmação da segunda proposição de Moreira e a negação da primeira. No que se refere a "revalorização do fazer e saber camponês" a experiência de Xapurí - considerada uma das principais "vitrines" do CNS nos anos 90 - revela que ele têm sido progressivamente secundarizado em função das "exigências do mercado". A fim de ajustar-se a tais "exigências" os seringueiros têm sido incentivados a substituir as atividades ligadas a extração do látex por outras mais rentáveis, como a exploração de madeiras, via "projetos de manejo comunitário" e incremento da pecuária. Assim, uma parcela desses seringueiros ao aceitarem as supostas "determinações do mercado" como referência, ingressaram numa escala crescente de mercantilização da natureza, cujo ápice, foi a aceitação de exploração de madeiras para fins comerciais no coração da luta de resistência travada pelo STR: a área do Seringal Cachoeira, atualmente Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAULA, 2003).

Sobre os "limites ao uso privado da natureza" têm-se observado uma tendência oposta, isto é, a intensificação do uso privado da natureza. Essa privatização ocorre por um lado, via expediente tradicional de grilagem de terras, na avaliação de Rodrigues (2004) na década de 1990, houve um crescimento da grilagem na Amazônia. Por outro, se legitima através da desregulamentação, vejamos alguns exemplos: 1) as mudanças no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, particularmente o Art 17 do Capítulo V, retira a autonomia das comunidades para decidir sobre plano de uso dessas áreas, um dos objetivos dessa alteração é forçar a aprovação dos "planos de manejo comunitário" para exploração madeireira; 2) A aprovação no Acre da Lei Estadual n° 1.426 de 27 de dez 2001 que institui a concessão de florestas públicas para exploração de madeiras por empresas privadas. Projeto de Lei similar está sendo encaminhado atualmente (outubro de 2004), ao Congresso Nacional por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente; 3) Criação dos Projetos de Assentamento Florestais-PAFs para exploração privada de madeira em larga escala nas terras públicas. No Plano Regional de Reforma Agrária do Acre (2004-2007) serão destinados cerca de 400 mil ha de florestas para implantação desses projetos. Os exemplos supracitados parecem não deixar dúvidas sobre a escalada de privatização e mercantilização da natureza que preside as estratégias de desenvolvimento vigentes na região. Sob este ângulo, a incorporação de uma grande parcela do território acreano ao patrimônio público - na forma de "unidades de conservação de uso sustentável", não

¹¹ Para Pietrese (1998), essas estratégias de "desenvolvimento alternativo", foram gestadas principalmente no campo de atuação dominado pelas ONGs. Caracteriza-se pela valorização de uma atuação política verticalizada de "baixo" para "cima", privilegiando critérios ligados entre outros a sust. ambiental.

significa necessariamente um avanço na reversão da insustentabilidade do estilo de "modernização" desencadeado na década de 1970.

Com o exposto, pretende-se salientar que o tipo de reordenamento da estrutura fundiária no Acre, longe de criar obstáculos, pode concorrer efetivamente para intensificar a exploração capitalista dos bens naturais. A fim de fundamentar essa assertiva, recorreremos as formulações de dois autores que têm ainda muito a nos dizer sobre esse problema. De acordo com Marx (1985), a propriedade fundiária permite que o valor excedente sobre o preço da produção seja transferido a uma classe que não tem função social nenhuma dentro do modo de produção capitalista. É a renda da terra que permite a realização econômica da propriedade fundiária. É, ainda, esta renda que nos aponta o paradoxo do preço da terra, à medida em que a terra, por não ser fruto do trabalho humano, não possui valor em si e que é a sua apropriação privada que lhe confere um preço e a transforma, no modo de produção capitalista, em mercadoria.

Sob essa perspectiva, a propriedade privada da terra se constitui num forte obstáculo para a expansão do capitalismo no campo. Por isso, Lênin via na nacionalização das terras a possibilidade de eliminar estas limitações. Para Lênin,

[...] o problema da nacionalização da terra na sociedade capitalista se divide em duas partes essencialmente distintas: o problema da renda diferencial e da renda absoluta. A nacionalização muda o possuidor e elimina a existência da segunda. Por conseguinte, a nacionalização é, por um lado, uma reforma parcial, dentro dos limites do capitalismo, uma mudança de possuidor de uma parte da mais-valia e, por outro, é a abolição de um monopólio que obstaculiza o desenvolvimento do capitalismo no seu conjunto. (LÊNIN, 1975: 342)

Como sabemos, no caso brasileiro o monopólio da propriedade fundiária não se constituiu em obstáculo ao desenvolvimento capitalista, portanto a nacionalização das terras na Amazônia – via criação de unidades de conservação de domínio público - no período recente teve inicialmente outros sentidos. Ao mesmo tempo em que buscava satisfazer demandas de cunho sócio-ambiental o Estado procurava resguardar sua soberania no tratamento das questões ambientais na Amazônia. Porém, as políticas de desregulamentação e privatização que passaram a nortear as “reformas do Estado” a partir de meados da década de 1990, modificaram completamente aquele sentido inicial: ao invés de resguardar a natureza na forma de patrimônio público estatal, passa a ofertá-la aos capitais privados, na forma de concessão de uso, para exploração de matéria-prima de alto valor, como as madeiras nobres. Desse modo, a eliminação do pagamento da renda absoluta acaba favorecendo amplamente a expansão das atividades da indústria madeireira na Amazônia. Era tudo que os grandes capitais privados queriam: explorar o máximo possível os recursos naturais e investir o mínimo necessário para alcançar tal fim. As unidades de conservação concorrem para este fim à medida que disponibilizam largas faixas territoriais a exploração predatória sem que haja a necessidade de imobilização de ativos financeiros na aquisição de terras.

Deve-se lembrar, que há uma enorme distância entre o enfoque crítico que orienta as proposições para um outro estilo de desenvolvimento na Amazônia,¹² e o modo como essa questão é apropriada no âmbito de organismos multilaterais como o Banco Mundial. Enquanto no primeiro caso valorizava-se a dimensão pública da conservação da paisagem natural e sua indissociabilidade com a resolução dos problemas socioeconômicos da população, na segunda, a lógica é inversa. Isto é, a referência desloca-se do público para o privado, conforme revela claramente a "Matriz de Assistência ao País -1998-2000" elaborada pelo Banco Mundial, ao definir "uma abordagem econômica na determinação das prioridades ambientais e estratégias de gerenciamento de custo benefício" (VIANA Jr;1998).

Como o Banco Mundial ampliou significativamente sua influência na Amazônia nos anos 90, a crença no tratamento das questões ambientais sob a lógica do “mercado”-

¹² Referimo-nos especificamente à linha adotada pela vertente crítica do sindicalismo rural no Acre, liderada pelo STR de Xapuri nos anos 80.

preconizada na sua "matriz"- passou a ser amplamente aceita, seja na esfera governamental, seja entre os segmentos sociais "organizados" da sociedade civil. Isso não implica necessariamente na suposição de que não haja resistência no âmbito do campesinato no Acre. Em entrevista concedida recentemente ao Jornal Empate (www.empate.org) Osmarino Amâncio(ex presidente do STR de Brasiléia e contemporâneo de Chico Mendes no CNS) revela que apesar da cooptação das direções sindicais e do CNS pelo governo e das pressões exercidas para ampliar a exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, essa proposta têm sido repetidamente derrotada nas assembléias do STR de Brasiléia. Enfim, é possível que essas insatisfações possam resultar em movimentos reativos a privatização e a essa nova ofensiva na mercantilização da natureza, a exemplo do que vêm ocorrendo nos países vizinhos, Bolívia e Peru.

Conclusão

Procuramos mostrar ao longo desse artigo, que a trajetória do MSTR no Acre têm sido marcada por conquistas, mas também, por retrocessos de grande magnitude. Entre as conquistas mais importantes destacaríamos àquelas associadas a redefinição do conceito de uso social da terra que resultaram na criação de reserva extrativista, influenciando não só o reordenamento territorial no estado, como também, outros movimentos de resistência na Amazônia. A Ampliação do acesso a propriedade da terra e ao conjunto de políticas públicas que demandaram, bem como, sua inserção ativa no cenário regional como força política capaz de influenciar o processo decisório, complementam tais conquistas de uma forma mais ampla. Em se tratando dos retrocessos, pontuaria o que consideramos fundamental: sujeição de forma passiva às políticas de privatização e desregulamentação do uso do patrimônio natural na região, dado que tais políticas representam um golpe mortal nos princípios que nortearam as inovações mais notáveis desse sindicalismo, materializadas no conceito de reservas extrativistas. Tal retrocesso, decorre entre outros, da absoluta perda de autonomia desse movimento, que têm atuado a partir do final dos anos 90, como "correia de transmissão" das políticas ditadas por instituições governamentais e agentes financeiros internacionais como Banco Mundial e BID.

Das indagações que podem ser extraídas desse breve e provisório balanço do MSTR no Acre, a que nos parece mais instigante é a seguinte: considerando-se os limites presentes no contexto particular e àqueles de ordem mais geral (aprofundamento da exploração capitalista e da destruição da natureza, bem como, da crise de representação instituídas nos regimes democráticos liberais), seria plausível esperar algo mais além do que foi realizado por esse sindicalismo? Embora as pesquisas realizadas até o momento sejam ainda insuficientes para apresentar uma resposta satisfatória, arriscaríamos a seguinte proposição: se estivermos captando adequadamente os sinais que emanam de diferentes lugares do Acre e dos países vizinhos(Bolívia e Peru), supomos que existem boas razões para acreditar que está em marcha uma nova "onda" de resistência e não apostaria muitas fichas no sindicalismo como seu catalizador, é provável que se formem movimentos reativos com outras características.

Anexos

Quadro 1: Terras cadastradas no Acre(1970 -1980)

| Área (ha) | 1970 | | | | 1980 | | | |
|--------------|---------------|-----|-----------------|-----|---------------|-----|-----------------|-----|
| | Nº de imóveis | | Área Cadastrada | | Nº de imóveis | | Área Cadastrada | |
| | Quant. | (%) | Quant. | (%) | Quant. | (%) | Quant. | (%) |
| | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|-----------------|--------------|-------|--------------------|-------|---------------|-------|---------------------|-------|
| 1 a 100 | 2.807 | 72 | 71.946,4 | 1,77 | 7.591 | 68,89 | 325.667,4 | 2,74 |
| 101 a 1000 | 526 | 13,67 | 187.767,2 | 4,63 | 2.229 | 20,23 | 630.372,2 | 5,32 |
| 1001 a 9.999 | 396 | 10,29 | 971.348,6 | 23,97 | 990 | 8,98 | 1.717.723,3 | 14,50 |
| Acima de 10.000 | 118 | 3,06 | 2.820.608,9 | 69,61 | 208 | 1,88 | 9.169.134,9 | 77,42 |
| Total | 3.847 | | 4.051.671,1 | | 11.018 | | 11.842.898,2 | |

Fonte: Cadastro do INCRA(SR 14)

Quadro 2: Configuração da estrutura fundiária do Acre

| Denominação | Área (ha) | (%) do Estado |
|--|-------------|---------------|
| Projetos de Assentamento e Colonização | 1.588.931 | 9,62 |
| Terras Indígenas | 2.167.176 | 13,2 |
| Unidades de Conservação de Proteção Integral | 1.615.815 | 9,78 |
| Unidades de Conservação de Uso Sustentável | 4.042.074 | 24,43 |
| Áreas Discriminadas pelo Incra | 4.176.064,6 | 24,9 |
| Áreas da união não Destinadas | 824.066 | 4,99 |
| Áreas para estudo de Discriminação | 1.660.478 | 9,93 |
| Outras: Áreas Urbanas, militares, estaduais, etc | 444.659 | 2,69 |

Fonte: Incra, 2004

Quadro 3: Terras cadastradas no Acre(1970 -2004)

| Área (ha) | 1970 | | | | 2004 | | | |
|-----------------|---------------|-------|--------------------|-------|---------------|-------|--------------------|------|
| | Nº de imóveis | | Área Cadastrada | | Nº de imóveis | | Área Cadastrada | |
| | Quant. | (%) | Quant. | (%) | Quant. | (%) | Quant. | (%) |
| 1 a 100 | 2.807 | 72 | 71.946,4 | 1,77 | 16.980 | 84,98 | 859.298,1 | 20,5 |
| 101 a 1000 | 526 | 13,67 | 187.767,2 | 4,63 | 2331 | 11,66 | 406.010 | 9,7 |
| 1001 a 9.999 | 396 | 10,29 | 971.348,6 | 23,97 | 484 | 2,42 | 1.645.449 | 39,4 |
| Acima de 10.000 | 118 | 3,06 | 2.820.608,9 | 69,61 | 165 | 0,82 | 1.265.696 | 30,3 |
| Total | 3.847 | | 4.051.671,1 | | 19.980 | | 4.176.064,6 | |

Fonte: Cadastro do INCRA, 2004

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo W. Universalização e Localismo Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. Revista da ABRA. (Campinas), Ano 19 Nº 1 1989.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader & Gentili (Orgs.) Pós-Neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1995.

BENJAMIN César [et al]. A Opção Brasileira. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

BRUNO, Regina L. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro, Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

DELGADO, Nelson G. A Agricultura nos Planos de Desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND. Porto Alegre, 1985, mimeo.

ESTEVES, Benedita M. Do "manso" ao guardião da floresta. Estudo do processo de transformação social do sistema seringal a partir do uso da Reserva Extrativista Chico Mendes. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1999 (Tese de Doutorado).

GONÇALVES, Carlos V. (1998), Geografando nos varadouros do mundo - da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista. Tese de Doutorado. Dep. de Geografia da UFRJ. Mimeo.

GRYBOWSKY, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no campo. Petrópolis, Vozes 1987.

_____ O Testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

HIRSCHMAN, A. O. Auto Subversão: teorias consagradas em cheque. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo, Companhia das Letras 1996.

IBGE (1998). Censo Agropecuário de 1995-1996: Acre, Roraima e Amapá. Nº 03. Rio de Janeiro. CDDI/IBGE.

INCRA. Plano Regional de Reforma Agrária de 2004 – 2007: Rio Branco-AC, 2004.

INCRA. Situação Cadastral dos Imóveis do Acre. Rio Branco-Ac, 2004

LESSA, Carlos. "A estratégia de desenvolvimento 1974 -1976 - Sonho e fracasso", Tese de Titular apresentada à FEA/UFRJ, 1978.

LÊNIN, Vladimir. El programa agrário de la socialdemocracia. In: Lênin, Vladimir. Obras Escojidas. Buenos Aires: Cartago, 1975, v. 4

LINHARES, Luci P. Animus Domini: uma análise da política de discriminação de terras públicas no Acre Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1992 (Dissertação de Mestrado)

MALUF, R. S. Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. ESTUDOS/ CPDA Nº 15. Rio de Janeiro, 2000.

McCORMICK, John. Rumo ao Paraíso. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, Leonilde. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza/SNUC. Brasília, 2004. 5ª edição

MÉSZÁROS, Istivan. Para Além do Capital. Ed Unicamp e Boitempo Editorial, 2002.

MOREIRA, Roberto. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, jul. 1995(Estudos, nº 4)

MUZIO, Gabriele. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver a coerência do processo. In: Oliveira Francisco e Paoli Maria C. (Organizadores). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

PAULA, Elder A. Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado)

_____, Elder A. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS & LEITE (orgs.). A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____, Elder A. Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003. (Tese de Doutorado).

PAULA, Elder(et al) A. Assentamentos rurais no Acre: nos labirintos da modernização capitalista. In:MEDEIROS E LEITE(Orgs) Assentamentos Rurais, mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

PIETERSE, J. M. My paradigm or yours? Alternative development, post development, reflexive development. Development and Change, (29):343-373, 1998.

PINTO, Luzia. A Contag: uma organização contraditória. Brasília: UnB, 1978. (Dissertação de Mestrado).

POCHMANN&AMORIN (orgs).Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo. Cortez, 2003.

SACHS Wolfgang. A crise da política e sua recriação democrática In: DEMOCRACIA VIVA/lbase. n.1 Rio de Janeiro 1997.

SANT'ANNA, Marcílio R. Os Imperadores do Acre: Uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília: UnB/ICH/PPGS, 1998. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Adalberto. Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais; especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982. (Dissertação de Mestrado) Mimeo).

SILVA, J. Graziano. A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1983.

_____. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas, UNICAMP. IE. 1996.

SILVA, J. Porfiro (1998). Preservação e sutileza: A Política de desenvolvimento do Governo do Acre (1987-1990). Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA,(Dissertação de Mestrado).

SILVA, Francisco B. As raízes do autoritarismo no executivo acreano -1921/1964. Dissert. de Mestrado apresentada na UFPE. (2002) mimeo

SILVA, Mauro R. Sindicato em Movimento: Representação Política e os interesses do STR de Xapuri. Dissert. de Mestrado apresentada no CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro (2001). mimeo.

VELHO, Otávio G. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANA Jr. Aurélio (org) A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil. Análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998.

VINCENT, Andrew. Ideologias Políticas Modernas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista. Rio de Janeiro. Contraponto, 2001.

SACHS Wolfgang (org.). Dicionário do Desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 2000.

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. 8ª ed. São Paulo: Best Seller/ Circulo do Livro, 1994.

Peasants and Globalization in Latin America: A Survey of Recent Literature

Cliff Welch

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade de São Paulo
Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente e
Grand Valley State University
Bolsista da CAPES
Correio eletrônico: welchc@gvsu.edu

Resumo: O ensaio trata-se de uma resenha coletiva da literatura publicada entre 1990 e 2001 sobre o tema do campesinato e globalização na América Latina. A lista de obras é limitada ao catálogo construído pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. A discussão dos livros é organizada por países com perspectiva teórica. O ensaio mostra que são várias os paradigmas sobre o futuro do campesinato frente ao processo de globalização que guiaram os autores durante o período que argumentam que uma visão de resiliência senão fortalecimento dos camponeses predominou nas obras.

Palavras-chave: movimentos sociais no campo, proletarização, sobrevivência de cultura, luta pela terra, resumo da literatura.

Campesinado y Globalización en América Latina: Una revisión de la Literatura Reciente

Resumen: El artículo trata de una reseña colectiva de la literatura publicada entre 1990 y 2001 sobre el tema del campesinado y la globalización en América Latina. La lista de obras analizadas se limita al catálogo de la Biblioteca del Congreso de los Estados Unidos. La discusión de los libros fue organizada por país y perspectiva teórica. El ensayo muestra varios paradigmas que guiaron a los autores, durante el período analizado, sobre el futuro del campesinado en el contexto del proceso de globalización y argumenta que una visión de resiliencia y, a veces, de fortalecimiento de los campesinos predominó en las obras.

Palabras-clave: movimientos sociales en el campo, proletarización, sobrevivencia de la cultura, lucha por la tierra, resumen de literatura.

Peasants and Globalization in Latin America: A Survey of Recent Literature

Abstract: This review essay examines trends in the multinational literature of books published on the theme of peasants and globalization in Latin America between 1990 and 2001 and cataloged by the Library of Congress. It organizes the literature by countries covered as well as by theoretical approaches. It demonstrates the influence of contending paradigms regarding the future of peasantries and argues that most books defend the notion that globalization has not eliminated but actually helped strengthen peasant survival.

Keywords: rural social movements, depeasantization, cultural survival, land struggle, literature survey.

In 1978, Ernest Feder described the peasant as a “species” made nearly “extinct” by globalization. With great vigor and wit he argued that agribusiness would soon “eliminate” the Latin American peasantry and denounced the complicity of all those academics who refused to write about this certainty and the very real survival problems faced by peasants as a consequence (Feder 1978). More than two decades later, we see that most scholars of the 1990s had trouble wholeheartedly supporting Feder’s dismal conclusion. During the 1990s, when globalization predominated so thoroughly that this awkward word practically went household, scholars reported a resurgence of peasant political activity and looked back in time to note the resilience of peasants during other epochs of profound socio-economic change. A multi-disciplinary literature survey reveals that, at least for analysts, the peasant has persisted, though somewhat abused and transformed, despite altered economic and political structures. The process of *depeasantization* which Feder emphasized has merit for these analysts; it’s just that they have chosen to emphasize how the process has been stopped—paused, perhaps—by the peasant’s refusal to wither away.

They agree that the number of pure peasants—stable subsistence farmers marginalized from the central market—has dramatically declined and yet they report on the strength and growth of a hybrid semi-peasant no one can satisfactorily name. While globalization has threatened to eliminate traditional peasants, it has done much to revive peasant studies in Latin America.

Few terms are as difficult to pin down as “peasant.” In 1968, the anthropologist Eric Wolf was careful to exclude “landless laborers” yet include tenants in the category when he emphasized control in defining peasants as “populations that are existentially involved in cultivation and make autonomous decisions regarding the processes of cultivation” (Wolf 1973: xiv). In the 1970s and 1980s, analysts referred to “peasant-workers,” noting how capitalist pressure on production and land tenure had forced many peasants to supplement their farm livelihoods with wage labor, sometimes migrating long distances to harvest cash crops like sugar cane or mine resources subject to fluctuating demand (Meillassoux 1977, Szelenyi 1987). In 1996, Michael Kearney, another anthropologist, had “reconceptualized” the peasant as a “polybian,” an individual that supplements cultivation with wage labor, handicraft production, and other service and sales activities (Kearney 1996). In 1999, sociologist Gerardo Otero stated a preference for describing peasants as “semiproletarians” because most traditional peasants in Mexico were no longer able to persevere on the land without working for others as wage laborers and their likelihood of returning to peasant status or becoming full-fledged proletarians depended on a variety of factors, from regional culture to global markets (Otero 1999: 60-62). João Pedro Stédile, a leader of Brazil’s Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), brought the argument full circle later that year when he described the whole peasant terminology debate as elitist and noted that his “peasant movement” sought to restore to the land as viable family farmers the very landless laborers Wolf had earlier dismissed (Stédile and Fernandes 1999: 31-32). What we see in practice as well as in scholarship is a struggle against the elimination of peasants as both a category and a reality.

“Globalization” is not an easy term to define either. Coined in the late 1980s, in its most benign form globalization has come to mean “a process of growing interdependence between all the people of the planet” (Bureau of Workers’ Activities, 2001). For the Marxist social scientist Samir Amin, however, globalization signifies “a third wave of devastation of the world by imperialist expansion” (Amin 2001: 9). As a “third wave,” Amin links today’s globalization with earlier waves of European and U.S. expansion from the 1400s through the 20th century. For Latin American peasants, each wave has had its disruptive and creative aspects. For indigenous peasants of the pre-Colombian Americas, the first wave was truly devastating and yet, as time passed, new classes of indigenous, mestizo and mulatto peasants arose, some fleeing and some feeding the core sectors linked to overseas markets.

The second wave, that came with industrialization's demands on the human and natural resources of the Americas, profoundly disrupted this now ancient system, enclosing peasant lands and throwing autonomous cultivators into the dependent labor market. Amin sees globalization, a third wave that took off in the 1970s, as part and parcel of this same process. The ILO does not: "a global economy is an unprecedented phenomenon," the authors write. New communications and transportation technologies have enabled the economy "to work as a unit, in real time, on a planetary scale" in a way unique to this era. Whether Amin or the ILO is correct about the continuity of globalization with the long history of the world economy matters little, for Latin American peasants have experienced a little of both theories. The changes have been devastating and yet globalization has created new means of struggle and new opportunities to stall depeasantization if not start a process of "*re-peasantization*."

These processes have not been lost on scholars of the post-Feder generation. An Internet look at Library of Congress records on books published about peasants in Latin America between 1990 and 2001 generated a list of 170 titles, most of them in Spanish (107) and English (48), with Portuguese (16) and other languages trailing far behind. I used the search engine "FirstSearch" to conduct this survey in early August, 2001. The following subjects were run using the "WorldCat" and "Agricola" databases: peasants–history; peasants–political activity; peasantry–history; and peasantry–political activity. The latter terms generated the richest results. For the analysis, I discarded books about countries other than those in Latin America and the Caribbean. An entirely different category—"Chiapas Uprising"—needed to be searched for books on the Zapatista movement in southern Mexico. This seemingly quintessential "peasant and globalization" event has not been registered as such with bibliographers. This search resulted in 290 hits, constituting a virtual cottage industry on the theme with nearly double the total number of books on peasants produced for this event alone. This literature will be surveyed separately later in the essay.

This quantification may reveal little more than the vagaries of library cataloging systems. Supposing it does indicate intellectual activity on the topic, we can conclude that Americans throughout the hemisphere are keenly interested in the peasants. An analysis of the countries studied also reveals some insights. Nearly one third of the books (51) focus on Mexico, suggesting that the well-known process of globalization there has not displaced Mexico from its long prominence as a setting for peasant studies. (This count excludes most books produced by the virtual cottage industry about the Chiapas uprising of 1994, a group of around 300 books, separately accounted for below.) The next closest single country focus is Peru, with twenty four books, and Bolivia is close behind with twenty-three. Grouping these Andean nations with Ecuador (6), Chile (3), and Colombia (3) results in the largest number (59) for a geographical sub-region. Global themes such as coca production, the drug war, and revolution inspired several of these peasant studies. A surprisingly small number of books about the Caribbean appeared: four, with three for Haiti and one for Jamaica. Given the activities of peasants in war and peace, it is less surprising that Central America attracted considerable attention, with 35 books published, most focused on Costa Rica (12), with Nicaragua next (9), and Guatemala (6) and El Salvador (5) trailing behind. The search revealed only fourteen books on Brazil, where land conflict has been fierce since the mid-1980s. Most of them were written in Portuguese by Brazilians themselves. (This number seemed too low and the list generated excluded books I knew so I also searched by using "Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra Brazil" as a subject and found another 24 books on the MST, making for a total of 30 on, by or about the organization. This literature will be discussed briefly below.) Worley, William Torre. 2001. *O Movimento dos Sem-Terra: A Viable Alternative to Brazil's Closed Polity?* MA Thesis. University of Florida, Gainesville. Other Southern Cone nations have received much less attention: Paraguay (3), Chile (3), Argentina (2), and Uruguay (1). Only one book, published in Uruguay by a French ethnographer living in Peru and working as a consultant to non-governmental organizations,

attempted to be comprehensive in discussing most contemporary movements (Pozo Vergnes 1998).

“Peasants and globalization” appeared as an explicit theme in very few of these books. As it is not an official subject heading, it is impossible to definitively determine how many of these books speak to the theme without reviewing each book individually. But the title, contents, and subjects listed for many of the books provide enough information to exclude some and include others in the survey. Perhaps the most identifiably relevant book is Marc Edelman’s *Peasants Against Globalization: Rural Social Movements in Costa Rica*. This is one of the twelve books on Costa Rican peasants cataloged in the past ten years and it argues that far from extinguishing the peasantry, globalization caused them to adopt new forms of resistance in order to survive. “Steeling themselves to weather this onslaught [of globalization] is the stuff of everyday activity,” writes Edelman, “a process of constantly reinventing themselves in new situations, natural and human-made” (211). Costa Rica’s confrontation with globalization began in the 1980s as part of the U.S. counterrevolution in Central America. It took off in the 1990s with increased land concentration and crop specialization and decreased support for foodstuffs produced by small farmers. Since these changes brought instability and violence to this famously stable and peaceful country, scholars like Edelman were drawn to it.

Other clearly relevant books are found in the significant number of publications produced by Latin American peasant organizations. More than a fifth of the titles cataloged (36 of 170) have corporate authors such as Brazil’s Landless Laborers’ Movement (MST), Bolivia’s Movimiento Campesino de Bases, Mexico’s Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), Liga de Comunidades Agrarias y Sindicatos Campesinos and Confederación Nacional Campesina, Chile’s Federación Cooperativas Campesinas, Nicaragua’s Asociación de Trabajadores del Campo, Ecuador’s Centro Internacional de Cooperación para el Desarrollo Agrícola, and Guatemala’s Comité de Unidad Campesina. These books reflect the “peasants and globalization” theme in several ways. They are produced by self-proclaimed peasant organizations and, due to their cataloging on the Internet, they have entered the global marketplace of ideas. The need to explain, justify, or share their own perspective in written form is also a sign of globalization. The themes range from local history (MOURA 2000; MENCHU 1992) and testimonial (MARCOS 1995; STEDILE & FERNANDES 1999) to studies of the impact of modernization (Tongermann 1994), searches for sustainable alternatives (Centro de Investigación 1991; Centro Internacional, 1992), and institutional histories of their organizations (Confederación 1996; EZLN 1995). Each of these, it can be assumed, arises from the globalization process while reflecting peasant resistance to it by promoting alternative visions and celebrating local, cultural distinctions.

Choosing books from the remaining list relevant to the specific theme of “peasants and globalization” gets difficult at this point. A narrow interpretation of the theme would eliminate many of them. But such selectivity would leave out appropriate works and be ironically antithetical to the broadening and engulfing tendency of the globalization process itself. My criteria are inclusive, then, reflecting not only such traditional categories as commodity production, class struggle, and internationalism but also research trends that have come into vogue with globalization, such as the postmodern emphases on discourse, identity, gender, and multiculturalism; the related new populist celebrations of community, cross-class social movements, invented traditions, and “everyday forms of resistance” (Scott 1985). We find that among scholars writing in the last decade the former set of themes was not nearly so attractive as the latter. The popularity of postmodern themes in peasant studies has been the focus of a wide ranging critique by British scholar Tom Brass. Among other provocative points, Brass argues that the categories of analysis used by postmodern academics disguise class relations and contribute to a romanticization of rural life by

revitalizing the agrarian myth of an idyllic countryside at a time when its sustainability is implausible if not impossible. The celebration of peasant movements as “new” social movements rather than new forms of old and misguided populist movements, he concludes, debilitates the development of progressive movement toward true emancipation for most peasants and the working class in general (BRASS 2000). Indeed, of the books mentioned so far, only Otero’s *Farewell to the Peasantry?* (1999) emphasizes class analysis. In looking more closely at books on Haiti, Mexico, and Brazil, the remainder of this survey considers the relevance of Brass’s critique for books on “peasants and globalization” in Latin America.

When the Hands are Many (SMITH 2001), a study of peasant communities in Haiti by the anthropologist Jennie M. Smith, has all the trappings of a narrowly focused village study until one reads the first paragraph, which begins: “As the twenty-first century begins we are truly becoming an intricately interconnected world....It is time for radically new ways of thinking and acting globally and locally” (1). Most of the book is devoted to exploring the consciousness, speech, and “everyday forms of resistance” and perseverance devised by Grand’Anse peasants to get by and slowly get ahead. They have produced “a series of shared convictions about what a good society would be and how it can (and cannot) be brought about” (176). Far from being Feder’s near extinct strata of humanity, Haitian peasants are seen by Smith as repositories of practical and theoretical knowledge in the struggle for a decent world. Smith conveys a sense that only when we are conscious of our links to a *gwoupman peyizan* (peasant grouping), will we be able to resolve the problems of the world. Because it avoids class analysis almost entirely, this is just the sort of book Brass loves to hate.

Smith ably shares her intimate knowledge of Haitian peasants but it is unlikely that many of the world’s people will come to feel part of a *gwoupman peyizan* any time soon. I spent a few days in Bohoc, Haiti, in 1993 and enjoyed my time with peasants there. Like Smith, I was struck by their resourcefulness and resilience. Many hands shared in the work, children and adult, extended families and neighbors. The neat rows of corn, coffee, and other crops thrived. This area and others left an impression of greater productivity than the literature had led me to expect and the cultivators themselves, most of them property holders, certainly deserved the credit. Wise they were about primitive farming techniques but their knowledge and connection to wider events, even national events such as the ouster of President Aristide, seemed limited. True cynics after so many years of disappointment, matters of state concerned them little, and they turned to religion as a refuge. Over the years I have sent money to youngsters I met who were struggling through school there and one by one they have reported their difficulties getting by and their hopes of leaving the country; one made it to the Dominican Republic where he works for a Mormon ministry. In other words, politics matter a great deal to their lives but it is something their world of isolation and survival hardly allows them to engage and my contact with them—my charity—helped very little, though I certainly learned a lot and continue to benefit from my time there.

The turn to peasants as sources of wisdom and peasant movements as sources of salvation in a West gone awry is strong in the literature of the 1990s. It reflects a sympathetic tradition in the literary treatment of peasants and family farmers that dates at least from the era of industrialization when the agrarian myth was developed to provide an escape from the evident artificial and inhumane features of the modernization process (WILLIAMS 1973; BRASS 2000). This tendency is apparent in the largest single body of books on the theme, studies of the Chiapas Uprising of 1994. Nearly 300 books appeared under a heading for the “uprising,” rather than under “peasants” or “peasantry”—in a WorldCat search. While this survey can offer only a few observations about such a high number of studies, the bibliographic information on these books suggest that they express a fascination with the Zapatistas because they speak to the agrarian myth three times over. The Zapatistas point the way to salvation through their self-sustaining autonomous agricultural communities, by

their seeming purity as Native Americans, and their skill at manipulating the latest products of industrialization—the “wired” world—which enables them to be both internationalists and anti-globalizers. In the eclectic, transgressive world of the Zapatista, you can be a pagan, borderless, anarcho-syndicalist Green with a laptop. This type of celebration of the Chiapas uprising appears in studies like Cultural Survival’s *Why Chiapas: Eight Experts Offer their Views: A Way of Change—The United Nations and Indigenous People* (1994), John Ross’s *Rebellion from the Roots* (1995), Elaine Katzenberger’s *First World, Ha! Ha! Ha!* (1995), Hugo Esteve’s *Las armas de la utopia: la tercera ola de los movimientos guerrilleros en Mexico* (1995), Raul Miranda Ocampo’s collection *Chiapas: el regreso a la utopia* (1995), Luis Condearena’s *Chiapas, el despertar de la esperanza* (1997), John Holloway and Elonina Peláez’s collection *Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico* (1998), Marcelo Quezada G. and Maya Lorena Pérez-Ruiz’s *EZLN: la utopia armada—una visión plural del movimiento zapatista* (1998), Louis Eugene McFarland’s *A New Democracy: A Genealogy of Zapatista Autonomy* (1999), Bill Weinberg’s *Homage to Chiapas: The New Indigenous Struggles in Mexico* (2000), Tereza Ortiz, *Never Again a World Without Us: Voices of Mayan Women in Chiapas, Mexico* (2001), and June Nash’s *Mayan Visions: The Quest for Autonomy in an Age of Globalization* (2001). For the Argentine analyst of Mexico Adolfo Gilly, the uprising teaches us that we will only be saved from barbarity so long as everyone benefits from globalization, and not even a few indigenous in the remote mountains of southern Mexico are left behind (GILLY 1997).

In 1999, I spent a week in Unión Progreso, a Zapatista autonomous peasant community in Chiapas that was threatened with extinction by death squads, the Mexican army, and inertia. Along with a few other foreign and Mexican observers we were on hand to help the community ward off attack and we even lent a hand with the coffee harvest. The latter help they could have done without—they knew how to cultivate coffee—but perhaps we did some good in keeping the bad guys away for awhile. As with my earlier peasant-reality-excursion to Haiti, this one to Chiapas benefitted me greatly. The knowledge I gained there has direct bearing on my work as a researcher and teacher and I exploit it regularly. On the other hand, I doubt if the folks in Bohoc and Unión Progreso even remember me. After getting over the initial wave of awe I felt upon entering the Lacandon forest, what struck me about the village was the contrast between its links to the world and its isolation from the world. Other than partial electrification, battery powered radios, and a dirt road, only a basketball court reminded one that Unión Progreso belonged to a wider world. Behind scenes, these connections were clear: army helicopters passing overhead, coffee harvested for sale, Zapatista tunes sung around evening fires, and a squad of observers there to try to prevent the kind of military occupation that had taken place only a month before, resulting in much theft and the brutal massacre of five village sons. Deeper signs were found in the people of the village, few of whom were native to it. Our immediate neighbor was not even from Chiapas, but a migrant from another state. The village itself was actually the former labor colony of a now decrepit hacienda; a failed *ejido* and failed co-op. Moreover, few of these basketball playing Zapatistas were any more Indian than the average mestizo Mexican. They epitomized the rural working class, though these folks were luckier perhaps, as they had found places to live and land to till. But they were hardly the wired indigenous peasant ecologists the literature celebrates; Unión Progreso was idyllic but far from utopian.

My experience with Brazil’s peasant movements is more extensive than that with others due to my specialization in this area of study. The literature on the MST is not nearly so vast or multinational as that on the Zapatistas, despite the Brazilian movement’s superior size, scope and sophistication. Only thirty books, most of them written by Brazilians, came up in a varied Internet search. This comparative dearth of studies verses the abundance on Mexico reflects a persistent trend favoring Mexico and placing Brazil in a third tier that has to do with proximity to the United States, language accessibility, and problems of interpretation.

As mentioned above, the MST is primarily—although not exclusively—a movement of landless laborers seeking to become peasants, rather than one of peasants defending their rights. To be more accurate in class terms, the literature describes a movement largely initiated and led by rich and middle peasants seeking to protect their land and production by mobilizing the vast Brazilian underclass into a mass movement in support of family farming (STÉDILE & FERNANDES 1999). This is exactly the sort of analysis Brass appreciates but claims is lacking in contemporary studies. While the MST started this way in the late 1970s, its participatory structure and emphasis on local leadership (FERNANDES 1996 & 2000), popular education (HADDAD 1994; CALDART 1997 & 2000), and direct action has turned it from its neo-populist origins into a self-consciously socialist organization. As the photographer Sebastião Salgado has written, the MST's “ação é toda centrada em uma só preocupação, um só eixo: promover a real e justa divisão de renda no país que tem o sistema de distribuição mais injusto do mundo” (STÉDILE & FERNANDES 1999, BACKCOVER). While it shares some of the Zapatista's “green perspective” (sustainable, organic agricultural development, for example) and feminism (women are cultivated as leaders), it is in no way an indigenous movement or one predicated on the cultural survival of an ethnic group. In these ways, it seems a “modern” social movement rather than a “new” social movement and perhaps as a consequence it has not attracted the attention of international scholars inspired by postmodern thought and hostile to class analysis.

In the literature of the 1990s, the movement is seen as both an outgrowth and response to the pressures of globalization, although the specific term became prominent only toward the end of the decade. For Brazil, as for most of Latin America, the 1980s was “the lost decade” due to a debt crisis that had its origins in global finance and trade. The intense process of land concentration, inflation, and privatization that resulted gave birth to the MST at its 1986 founding convention (Fernandes 1996 & 2000). Economic forces mixed with political ones as Brazil moved from military to civilian regimes during the decade. As analysts reflected back in the 1990s, they saw the MST as offering an alternative development model that harked back to other eras in other societies, such as Jeffersonian America and post-revolutionary Cuba. A few revisionist authors have tried to link the MST to earlier rural rebellions and movements in Brazil, such as the messianic settlement of the 1890s called *Canudos*, in order to show the movement has Brazilian roots (Moura 2000). But by and large an agrarian myth never captured the Brazilian imagination. The MST has wrestled with this by working to uproot negative images of the countryside as the home of Masters and Slaves and implant positive images of family farming and farmers' co-operatives. These images as well as the actual appearance of an increasing number of farming communities (*assentamentos*) associated with the movement, began to offer Brazilians an image of a future in which the nation could reduce unemployment and dependency on food imports and thus increase food and social security. The communities also strengthened participatory democracy in the country by creating a complex structure of local, regional, state, and national governance committees and assemblies controlled by rural workers. These bodies empowered the once marginalized citizens who are the main constituency of the MST through direct action, marches, rallies, education, and collective management. Finally, by distributing profits equally among members of the co-ops, the *assentamentos* fired up local economies (GORGEN & STÉDILE 1991, STÉDILE 1994; WORLEY 2001).

When I wrote this review I had yet to undertake a rigorous study of the MST. Since the late-1980s I have interviewed national, state, regional, and local activists. I have also attended rallies and stayed overnight in *acampamentos*, the tent cities the MST establishes to occupy land, and *assentamentos*, mostly in the state of São Paulo. There is little doubt in my mind that the MST and several parallel movements associated with the rural labor union structure (CONTAG) have empowered landless rural workers and created a peasantry of sorts in Brazil. It is difficult to describe the movement in terms North Americans could

understand because it is almost as if a network of soviets were being established across the country. At the upper level, the MST sponsors scholarly conferences, produces a multi-lingual website, videos, books, and publishes a monthly magazine and newspaper. At the regional level, it runs everything from schools, radio stations, and processing plants to markets, cafeterias, and farms. All of the work and its management is handled by the once landless themselves and you will find soft-spoken but ideologically tough farm men and women taking the lead at every level. In 1996, I met the Pacheco da Silva family at an *acampamento* and I stayed in touch as their children grew with the MST and they finally settled on an *assentamento* called Boa Sorte. The father, Aylton, grew to become a regional leader and was a chief negotiator in the fight for Boa Sorte; his daughter, Janaina, grew to become a member of the state steering committee. But all was not a bed of roses. Into 2001, the Boa Sorte *assentamento* remained undeveloped and a breeding ground of internal conflicts. Factions developed and the Pacheco da Silva family fell out of favor with the majority on the local MST committee. Some of the friction had its roots in disputes over what to do with hundreds of acres of valuable eucalyptus trees; other roots could be found in personality conflicts and divided loyalties. An orthodox Marxist critique might emphasize that individualism is intensified by property-holding but it is not clear to me that the troubles had economic origins (GERALDO 2002).

These examples of contemporary literature on “peasants and globalization” offer a range of approaches, viewpoints, and reflections of diverse experiences. Feder’s expectations for the extinction of Latin American peasants did not anticipate their resilience in the face of globalization. Feder, unlike Brass, thought scholars should study “the urgent problem of *peasant survival* in a world utterly bent on their destruction” (202). The literature of the 1990s reflects this preoccupation. In the very least, scholars have demonstrated a fascination with the ability of peasants to survive and, like Jennie Smith in Haiti, they have documented their means of perseverance. As Brass argues, however, a romanticism runs through the literature. The kind of world Haitian and Chiaptecans are described as fighting for seems to fly in the face of reality, anachronistic at best, impossible at worst. But the world the MST is said to be building in Brazil challenges Brass’s skepticism, and presents a model for the survival of peasants everywhere. Because this literature is written primarily by Brazilians, many of them partisans of the movement and trained in Marxist analysis, it has not entirely fallen into postmodern traps. The Brazilians have few agrarian myths to fantasize about. The crisis of globalization has presented an opportunity to create socialist peasant communities, incomplete though they may be. Terminology may be a problem here since these communities are being built by those Wolf refused to call peasants: landless laborers. On the other hand, through collective action, they have become peasants in his terms: “populations that are existentially involved in cultivation and make autonomous decisions regarding the processes of cultivation.” (And most certainly in Kearny’s, a post-colonial paradigm more popular today.) The literature on the MST suggests that peasants can thrive in the globalization era and that their movements can be progressive.

Bibliography

- Amir, Samir. 2001. "Imperialism and Globalization" *Monthly Review* 53:2 (June): 6-24.
- Brass, Tom. 2000. *Peasants, Populism and Postmodernism*. Portland, OR: Frank Cass.
- Bureau of Workers' Activities, ILO, "Definitions" in *Globalization*. <http://www.itcilo.it/english/actrav/telearn/global/ilo/globe/new_page.htm#Definition> (Accessed 13 August 2001).
- Caldart, Roseli Salete. 1997. *Educação em Movimento: Formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- . 2000. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.
- Centro de Investigación y Promoción del Campesinado. 1991. *Por una Bolivia Diferente: Aportes para un Proyecto Histórico Popular*. La Paz, Bolivia: CIPC.
- Centro Internacional de Cooperación para el Desarrollo Agrícola. Campesinos. 1992. *Campesinos y Organizaciones en el Azuay, 1970-1990: Informe del Proyecto de Auto Diagnóstico y Planificación Participativa*. Cuenca, Ecuador: CIPOCA.
- Condearena, Luis. 1997. *Chiapas, el Despertar de la Esperanza*. Donostia, MX: Tercera Prensa.
- Confederación Nacional Campesina. 1996. *Liga de Comunidades Agrarias y Sindicatos Campesinos del Estado de Tamaulipas*. Tamaulipas: CNC.
- Cultural Survival. 1994. *Why Chiapas: Eight Experts Offer their Views: A Way of Change—The United Nations and Indigenous People*. Cambridge, MA: Cultural Survival.
- Edelman, Marc. 1999. *Peasants Against Globalization: Rural Social Movements in Costa Rica* Stanford, CA: Stanford University Press.
- Ejército Zapatista de Liberación Nacional. 1995. *EZLN: Analysis, History, Communiqués, and Photos of the Revolutionary Struggle Being Waged from the Mountains of the Mexican Southeast Towards the Liberation of Aztlán/Occupied Mexico*. San Diego, CA: La Verdad Publications.
- Esteve, Hugo. 1995. *Las armas de la utopia: la tercera ola de los movimientos guerrilleros en Mexico*. Mexico, DF: Instituto de Proposiciones Estratégicas.
- Feder, Ernest. 1978. "The Peasant," *Latin American Research Review* (13:3): 193-204.
- Fernandes, Bernardo Mançano. 1996. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Editora Hucitec.
- . 2000. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Geraldo, Sebastião. 2002. *O cotidiano no assentamento da Fazenda Boa Sorte em*

Restinga, São Paulo: reflexões sobre as lutas cotidianas, comunicação e as manifestações culturais populares, Relatório do programa de Pós-doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Gilly, Adolfo. 1997. *Chiapas: La Razón Ardiente* Mexico, DF: Ediciones Era.

Gorgen, Frei Sérgio Antônio & João Pedro Stédile (Eds.) 1991. *Assentamentos: A Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Haddad, Sérgio & Maria Clara di Pierro. 1994. *A Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Bagé e Sarandi (RS)*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Holloway, John and Elonina Peláez. 1998. *Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico*. Sterling, VA: Pluto Press.

Katzenberger, Elaine. 1995. *First World, Ha! Ha! Ha!* San Francisco: City Lights Books.

Kearney, Michael. 1996. *Reconceptualizing the Peasantry: Anthropology in Global Perspective*. Boulder, CO: Westview Press.

Marcos, Subcomandante. 1995. *Yo Soy Marcos*. S.I.: La República.

McFarland, Louis Eugene. 1999. *A New Democracy: A Genealogy of Zapatista Autonomy* (Ph.D. Thesis, University of Texas–Austin).

Menchu, Rigoberta. 1992 *Trenzando el futuro: luchas campesinas en la historia reciente de Guatemala*. Donostia, Spain: Tercera Prensa.

Miranda Ocampo, Raul. 1995. *Chiapas: el regreso a la utopia* (Chilpancingo, MX: Universidad Autónoma de Guerrero).

Moura, Clóvis. 2000 *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Nash, June. 2001. *Mayan Visions: The Quest for Autonomy in an Age of Globalization*. New York: Routledge.

Ortiz, Tereza. 2001. *Never Again a World Without Us: Voices of Mayan Women in Chiapas, Mexico*. Washington, DC: EPICA.

Otero, Gerardo. 1998. *Farewell to the Peasantry? Political Class Formation in Rural Mexico*. Boulder, CO: Westview Press.

Pozo Vergnes, Ethel del. 1998. *Organizaciones Campesinas e Ingígenes en América Latina: Mutaciones y Recomposiciones Hacia el Tercer Milenio*. Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce, 1998; orig. published in 1997 in French.

Quezada G., Marcelo. and Maya Lorena Pérez-Ruiz. 1998. *EZLN: la utopia armada—una visión plural del movimiento zapatista*. La Paz, Bolivia: Plural Editores.

- Ross, John. 1995 *Rebellion from the Roots*. Monroe, ME: Common Courage Press.
- Scott, James C. 1985. *Weapons of the Weak: Everyday forms of Peasant Resistance*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Smith, Jennie Marcelle. 2001. *When the Hands are Many: Community Organization and Social Change*. New York: Cornell University Press.
- Stédile, João Pedro & Bernardo Mançano Fernandes. 1999. *Brava Gente: A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Stédile, João Pedro (Ed.). 1994. *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade.
- Szelenyi, Ivan. 1987. *Socialist Entrepreneurs: Transformations of Rural Social Structures Under State Socialism*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Tongemann, Klaus-D. and Ivana Réos Valdés. 1994. *Alternativas Campesinas: Modernización en el Agro y Movimiento Campesino en Centroamérica*. Managua, Nicaragua: Latino Editores.
- Weinberg, Bill. 2000. *Homage to Chiapas: The New Indigenous Struggles in Mexico*. New York: Verso.
- Williams, Raymond. 1973. *The Country and the City*. London: Chatto & Windus.
- Wolf, Eric R.. 1973. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York: Harper Torchbooks.

Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária¹

Horacio Martins de Carvalho

Engenheiro Agrônomo, assessor da Via Campesina

Correio eletrônico: horacio.martins@terra.com.br

Resumo: Uma relativa dispersão conceitual com respeito ao tema reforma agrária no Brasil vem provocando um processo de perda de energia política com relação às idéias e propostas de mudanças da estrutura fundiária no país. Esse processo limita a construção de referenciais que proporcionem marcos de comparação crítica entre um desejado e um real para se avaliar as idéias e ações do Governo Lula com relação a uma pretensa reforma agrária. Sem dúvida alguma que essas circunstâncias decorrem da correlação de forças política desfavorável aos interesses de classe das classes populares no campo, o que favorece o alijamento do tema dos centros de reflexão crítica e da opinião pública do país. Levando em conta essa premissa optei pela análise crítica da luta de classes no campo pela apropriação do território rural nestes últimos 50 anos. E, no âmbito dessa apreciação mais geral, inseri as supostas propostas e ações do Governo Lula sobre reforma agrária.

Palavras-chave: Reforma agrária – Política compensatória – Movimento social – território – Estrutura fundiária.

Política compensatoria de asentamientos rurales como negación de la reforma agraria

Resumen: Una relativa dispersión conceptual con respecto a la tema reforma agraria en Brasil viene provocando un proceso de pérdida de energía política con relación a las ideas y propuestas de cambios de la estructura fundiária en el país. Ese proceso limita la construcción de referencias que proporcionen marcos de comparación crítica entre un deseado y un real para evaluarse las ideas y acciones del Gobierno Lula con relación a una pretensa reforma agraria. Sin duda alguna que esas circunstancias es resultantes de la correlación de fuerzas política desfavorable a los intereses de clase de las clases populares en el campo, lo que favorece el alijamento de la tema de los centros de ponderación crítica y de la opinión pública del país. Llevando en cuenta esa premisa opté por el análisis crítico de la lucha de clases en el campo por la apropiación del territorio rural en estos últimos 50 años. Y, en el ámbito de esa apreciación más general, inserí las supuestas propuestas y acciones del Gobierno Lula sobre reforma agraria.

Palabras-clave: Movimiento social – Política compensatoria – Estructura fundiaria – territorio – Reforma agraria.

¹ In Revista ADUSP, nº 34, maio de 2005.

Rural settlements as a compensatory policy reflecting the negation of agrarian reform

Abstract: In Brazil, the dispersion of conceptual unity regarding the study of land reform has dissipated political energy regarding the struggle to change the country's land ownership structure. As this article argues, the scattering has limited our ability to construct references for the critical comparison and evaluation of the differences between Lula Administration policies which contribute to producing desirable as opposed to realistic land reform. From the perspective of the rural popular classes, this situation results from an unfavorable correlation of forces that has pushed to eliminate from the media any critical reflection about the theme of agrarian reform. With this premise in mind, I opted to critically analyze the rural class struggle to expropriate territory during the last 50 years. In the context of this discussion, I have inserted an evaluation of the supposed agrarian reform proposals and actions of the Lula government.

Keywords: Social movements; compensatory policies; land structure; territory; land reform.

Reforma agrária ou política compensatória?

O que se depreende das práticas governamentais recentes com relação ao assunto, ao menos desde 1984, é que no limite se exercita uma política compensatória e populista de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra como consequência dos processos contemporâneos de ocupação de latifúndios pelos próprios sem-terra. Nas décadas anteriores à de 80 foi incipiente o número de famílias assentadas, tendo havido durante o período da ditadura militar (1964-1984) uma opção pela colonização agrícola como forma de reduzir a pressão popular de luta pela terra e, simultaneamente, como tática geopolítica dos governos militares para a expansão da fronteira agrícola controlada pelo alto.

Em alguns momentos isolados da história brasileira contemporânea, com conjunturas políticas e sociais supostamente favoráveis aos interesses populares e, em particular, aos dos trabalhadores rurais sem terra, como na transição da ditadura militar para um governo democrático burguês em 1985 e após a posse do Governo Lula, em janeiro de 2003, já na dinâmica de concretização das idéias e práticas do neoliberalismo, ocorreram contextos políticos onde a agenda política nacional proporcionou oportunidade para se sugerir mudanças na estrutura fundiária brasileira, ainda que a correlação de forças econômicas não sinalizasse para tal. Assim, tanto a elaboração de anteprojeto do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA) em 1985, como a apresentação da Proposta de PNRA para o Governo Lula em outubro de 2003, continham estratégias de ação para a concretização de mudanças da estrutura fundiária brasileira, ainda que conservadoras, mas capazes de desencadear, se implantadas, um ambiente favorável à consecução de uma reforma agrária de interesse popular.

Essas duas propostas de implantação de estratégias governamentais de mudanças relevantes na estrutura fundiária brasileira, distanciadas entre si por quase 20 anos, foram abortadas pelas pressões políticas das classes dominantes dentro do próprio Poder Executivo.

As proposições à favor da reforma agrária no Brasil sofreram um processo de redução de pretensões políticas com a consequente deterioração de referenciais ético-social, desde o pós-guerra na década de 50 do século XX até a atualidade. Elas passaram, no decorrer dessas cinco décadas, de uma sugestão de mudança estrutural fundiária necessária para superar as relações sociais de produção impostas pelo

latifúndio que supostamente impediam o desenvolvimento rural e o do mercado interno nacional para outras abordagens menos impactantes politicamente que ensaiavam superar ou dar conta da superpopulação rural, do caráter inelástico da oferta agrícola ou da necessária justiça social no campo pelo cumprimento da função social da terra, até alcançar os anos recentes deste início do século XXI onde as metas para uma minguada política de assentamentos rurais são apresentadas pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais sem terra como um item de uma longa pauta de reivindicações conjunturais, isto num contexto social onde amplas parcelas da organização sindical de trabalhadores rurais foram cooptadas pelo governo federal e aderiram à proposta dominante de compra de terras para a realização de assentamentos rurais.

A antítese histórica desses ideais políticos e das proposições à favor da reforma agrária de interesse popular foi a persistente proposta das classes dominantes, desde a década de 50 do século passado, de modernização agrícola sem reforma agrária, conforme a compreensão que essas classes possuíam e possuem das funções da agricultura no âmbito do pensamento funcionalista norte-americano, proposta essa que se materializou nas sucessivas modernizações tecnológicas de ampla parcela dos estabelecimentos rurais implantadas de cima para baixo com o apoio irrestrito dos organismos do Estado, desde o fomento agrícola pelo crédito rural massivamente desencadeado a partir de meados da década de sessenta do século passado até as recentes reformas macroeconômicas e políticas neoliberais a favor do capital multinacional e a aprovação da lei de biosegurança que consagra, ora direta ora indiretamente, os organismos geneticamente modificados e o caráter oligopolista das empresas multinacionais na oferta de insumos.

Essa dualidade de concepções de desenvolvimento rural, desde as reformas estruturais do agrário sob a tutela das classes dominantes via o Estado burguês até a modernização do latifúndio e a expansão continuada da apropriação de terras públicas pelo capital sem reforma agrária, mascarou durante décadas o que suponho seja o centro das contradições fundamentais de classe no campo e que se relaciona com a luta entre classes sociais pela apropriação do território e do poder político dele decorrente.

Nessas últimas cinco décadas a correlação de forças políticas entre as classes sociais no campo sofreu diversas alterações tendo, no entanto, permanecido tendencialmente sempre muito favorável aos interesses de classe das classes dominantes, estas representadas pela aliança entre latifundiários, empresários capitalistas, madeireiros e grileiros de terras, com o respaldo político dos capitais industrial, bancário e comercial --- nacional e internacional, e dos governos do país.

Como conseqüência dessa correlação de forças política desfavorável à concretização de uma reforma agrária popular, mesmo mediada pelo Estado burguês, a apropriação do espaço rural e a territorialização do capital e dos especuladores de terras, em especial das terras públicas do país, seguiu o curso histórico onde se combinava a manutenção dos latifúndios (desde as cartas de sesmarias) com a contínua expansão da apropriação privada de terras públicas pelo capital com a aquiescência conivente ou a “frouxidão da política fundiária”² do Estado. Sejam quais tenham sido os meios de apropriação das terras públicas o resultado objetivo é que as terras sempre permaneceram concentradas nas mãos de uma minoria de proprietários privados e de grileiros de terras públicas até o momento atual.

No meu entendimento os conflitos sociais agrários são decorrentes, por um lado, da ação histórica arbitrária e opressiva de invasão e apropriação privada de territórios indígenas, camponeses e das terras públicas pela expansão e territorialização do capital

² Delgado, Guilherme da Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. Brasília, Ipea, 2005, mimeo (original) 30 p., p. 12.

e, por outro lado, da combinação entre a resistência indígena e camponesa contra essa invasão de terras pelo capital e a ofensiva dos trabalhadores rurais sem terra na ocupação das terras dos latifundiários, forma extremada de resistência pela ação direta contra os que lhe negam a existência social no campo.

Nos governos FHC e Lula essa tendência à desigualdade social no campo foi fortalecida pelo apoio irrestrito à expansão do agronegócio burguês sob a hegemonia do capital multinacional independentemente das suas conseqüências negativas sociais, ambientais e de capitulação com relação à soberania nacional.

Seria inadequado, portanto, se falar de reforma agrária no Brasil, mesmo sob a opção conservadora³. Menos ainda no Governo Lula.

A luta popular no campo pelo acesso à terra insere-se, ainda que de maneira limitada, na dinâmica da luta de classes pela apropriação do espaço e do território rurais. Há, sim, luta popular pelo acesso à terra e propostas de reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais sem terra. Mas, de parte do governo o que se constata é o exercício de uma política compensatória e populista de assentamentos rurais e, portanto, uma negação explícita de qualquer tipo de reforma agrária que altere a estrutura fundiária do país.

A apropriação do território

Tenho sugerido, em particular nos últimos dois anos (Carvalho, 2003a, 2003b, 2004a e 2004b)⁴, que desde a invasão das terras hoje denominadas de Brasil pelos portugueses e por outros povos colonialistas, a partir de 1500, a racionalidade reinante, seja ela mercantilista seja a capitalista, que tem dado sentido estratégico às práticas sociais das classes dominantes e que impregna política e ideologicamente os diversos governos coloniais e os da república do país, considera que o território brasileiro é um recurso estratégico sobre o qual não aceitam qualquer questionamento, muito menos aquele que se refere a uma possível reforma agrária, ainda que de caráter burguês e sob a tutela do Estado. O objetivo estratégico de classe das classes dominantes é sempre o mesmo: a apropriação do espaço geográfico rural e a sua transformação em território do capital e dos especuladores de terras.

O abolicionista André Pinto Rebouças, entre outros, na década setenta do século XIX, já propunham a realização de mudanças na estrutura fundiária do país, então escravagista. “(...) O projeto agrário de Rebouças tinha dois pontos fundamentais e intrinsecamente articulados: abolição da escravatura e fragmentação da grande propriedade. Com estas duas medidas, segundo ele, o Brasil entraria na rota das nações

³“A reforma agrária conservadora ou convencional é resultado de uma operação negociada entre antigas e novas forças sociais por intermédio do sistema institucionalizado de partidos conservadores e reformistas tentando modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as normas institucionais da ‘sociedade tradicional’ representada pelo latifúndio e por amplos setores do empresariado rural ligado à pecuária e à produção de grãos para a exportação. Essa via enfoca a reforma agrária como uma questão isolada e setorial”. (cf. Garcia, Antonio (1973). Sociologia de la reforma agrária em América Latina. Buenos Aires, Amorrotu Editores, p. 40 ss).

⁴ Carvalho, Horacio M. (2003a). Governo Lula e a contra reforma agrária no Brasil, in: Governo Lula, uma análise dos primeiros gestos. Revista ADUSP, nº 29, maio, pp. 13 -19.; (2003b). A ampliação das medidas de contra reforma agrária no Brasil. Curitiba, mimeo, 5 p.; (2004a). Correlação de forças e lutas sociais no campo. Curitiba, janeiro, mimeo, 27 p. (2004b). A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil. Curitiba, maio, mimeo, 10 p.

mais adiantadas de sua contemporaneidade. A adoção isolada de uma delas não traria o aperfeiçoamento desejado”.⁵

*“(...) O liberto e o agregado passarão a ser lavradores com propriedade territorial: a vastíssima região, que é hoje esterilizada por 20.000 fazendeiros, dará riqueza e bem-estar a 3 milhões de libertos e de agregados; nascerá assim a Democracia Rural Brasileira, predestinada a reproduzir no continente Sul-Americano os prodígios, que a democracia Yankee tem realizado na América do Norte. Ao lado dos 3.000.000 libertos e agregados se colocarão, todos os anos, 400 a 500.000 imigrantes, como ora acontece na potentosa república dos Estados Unidos”.*⁶

“A terra no Brasil colonial não se tinha convertido ainda em mercadoria, mas sim num privilégio de casta – a terra-privilégio (Guimarães, 1989)⁷. Ela só se transformará em mercadoria com a Lei de Terras, em 1850, que fixa os seus preços em valores bastante elevados, evitando assim propiciar o acesso à terra à multidão de camponeses livres. Além disso, é importante lembrar que nessa época ainda vigia o sistema escravocrata, e que a numerosa população negra, portanto, também estava excluída do acesso à terra.”⁸

Desde o início do período republicano até a atualidade, os governos do país, inclusive o Governo Lula, não aboliram nem o latifúndio nem a miséria. Sequer ciscaram sobre a crosta de desigualdade social no campo. Ao contrário, tudo indica que aportam mais escamas a essa carapaça de injustiças e privilégios acumulados pelas classes dominantes no processo histórico de apropriação privada do espaço rural ao manterem pelo cinismo conivente a frouxidão da política fundiária.

As terras devolutas dos Cerrados e da Amazônia, enquanto terras públicas, também não eram e não são mercadorias. Tornaram-se, e se tornam, pelo arbítrio e pela omissão dos governantes terras-privilégio para os grandes capitalistas.

Quando grileiros de terras devolutas no município de Monte Alegre no Pará utilizam imagens por satélite⁹ para delimitar as glebas¹⁰ que caberão a cada um deles, na reprodução histórica do butim das terras públicas, estão se comportando de forma similar ao tráfego de influência e de favores na Corte para a obtenção de sesmarias. Esses “confiscadores privados de terras” não aguardam um fac-símile da Lei de Terras de 1850 legitimando a terra-privilégio e a grilagem, mas é bem provável que insinuem um pedido de benefício como o encaminhado pelo então Ministro da Agricultura do Governo Geisel através da EM nº 005/76 de 28 de junho de 1976, onde solicita “(...) tratamento excepcional de alienação sem concorrência, às pessoas físicas e jurídicas de direito privado que, atendidas às restrições da Lei n 5.709, de 7 de outubro de 1971, estiverem ocupando terras da União (na Amazônia Legal), em uma das seguintes situações: 1)

⁵ Pessanha, Andréa Santos (2005). Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro/ Belfort Roxo, Quartet/ UNIABEU, p. 106.

⁶ Rebouças, André Pinto. Rio de Janeiro, Gazeta da Tarde, 1 de dezembro de 1880, in Pessanha, op. cit. p. 107.

⁷ Guimarães, Alberto P. Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁸ Silva, Carlos Eduardo Mazzetto. Democracia e sustentabilidade a agricultura brasileira: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, AS-PTA, novembro 2000, p. 5.

⁹ Navarro, Sílvia. Grileiros do Pará mapeiam áreas públicas para invasão, in FSP, A8 - Brasil, 7 de março de 2005.

¹⁰ Lopes, Reinaldo José. Tecnologia muda cara da grilagem no PA, in FSP, A11 – Folha Ciência, 14 de março de 2005.

tenham adquirido, de boa fé, título de propriedade irregularmente transcritos no registro de imóveis, 2) estejam de posse de terras, com fundamento em título outorgado por Estado ou município, 3) tenham implantado projetos florestais, agropecuários... de interesse para a região, 4) estejam desenvolvendo atividades florestais, agropecuárias ou agroindustriais, cuja paralisação possam causar prejuízos para o desenvolvimento regional, independentemente da existência de projetos aprovados (...).”

“(...) Mesmo sem considerar as pressões exercidas pelo agronegócio sobre as terras indígenas e unidades de conservação, vítimas de crescentes invasões de fazendeiros¹¹, o tamanho do território frouxamente fiscalizado pela União nas categorias¹² 4 (Áreas privadas auto-declaradas em conformidade com a “função social” e inscritas no SNCR) e 5 (Áreas privadas improdutivas + áreas “devolutas”), envolve 71,7% do território nacional. De fato, isto converte a legislação agrária e fiscal sobre a função social da propriedade em matéria de ficção. E foi a partir dessa inação do Estado, dentre outras motivações, que os movimentos sociais conduziram, com relativo sucesso no primeiro governo Cardoso, um amplo movimento de ocupação de terras presumidamente improdutivas, para suscitar intervenção estatal em prol da Reforma Agrária.”¹³

A evidência maior desse processo de apropriação do espaço rural pelas classes dominantes do país e do exterior é a concentração da terra no Brasil, considerada muito alta, e com índice atual de concentração de terras (índice de Gini) de 0,856. A evolução desse índice desde 1950 foi a seguinte: em 1950 era 0,84 (censo IBGE), em 1960 de 0,839 (IBGE), em 1967 era 0,836 (dados cadastro do INCRA), em 1972 era de 0,837 (INCRA), em 1975 de 0,855 (IBGE), em 1980 era de 0,857 (IBGE) em 1995/96 era de 0,856 (IBGE). Essa tendência permanece em 2005.

No Brasil, apenas 49,78% do total das terras estão cadastradas no Incra. “(...) apuração especial realizada pelo cadastro do Incra, em novembro de 2003, indicou a existência de 58.329 grandes propriedades classificadas como improdutivas, que ocupam 133,8 milhões de hectares”.

Porque há pressão constante e ofensiva dos trabalhadores rurais sem terra, com maior intensidade desde 1984 com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, para a realização de uma reforma agrária no país, os governos federais respondem com política compensatória e populista de assentamentos rurais para controlar ou dissuadir a ampliação de movimentos sociais de massa no campo que ensejam e praticam, na medida direta das suas forças, mudanças na estrutura fundiária. Os gráficos 1, 2 e 3, evidenciam que a política de assentamentos do governo federal é resposta à ocupação de terras pelos movimentos e organizações sociais e populares no campo.

¹¹ Nota de rodapé 31, in Delgado, op. cit. p. 29: “A invasão dos territórios indígenas já demarcados ‘Raposa Terra do Sol’ em Roraima, por fazendeiros que pressionam organizadamente contra a homologação dessa demarcação e os recentes episódios (janeiro de 2004) no Mato Grosso do conflito em torno das terras dos indígenas Guaranis também ocupados por fazendeiros, são dois exemplos de conjuntura que atestam inúmeras outras situações similares, passadas e presentes”.

¹² Essas categorias, em número de 5, correspondem ao Quadro 02 “Ranking de Titularidade Público-Privada”, de Delgado, op. cit. p. 14. As outras três categorias são: 1) Território Indígena e Área de Conservação, 2) Estoque de Áreas obtidas para fins de Reforma Agrária, 3) Áreas Diretamente sob titularidade de instituições estatais.

¹³ Delgado, op. cit. p. 15.

Gráfico 1. Brasil - Número de ocupações de Terra de 1988 a 2004. Fonte: CPT - DATALUTA, UNESP

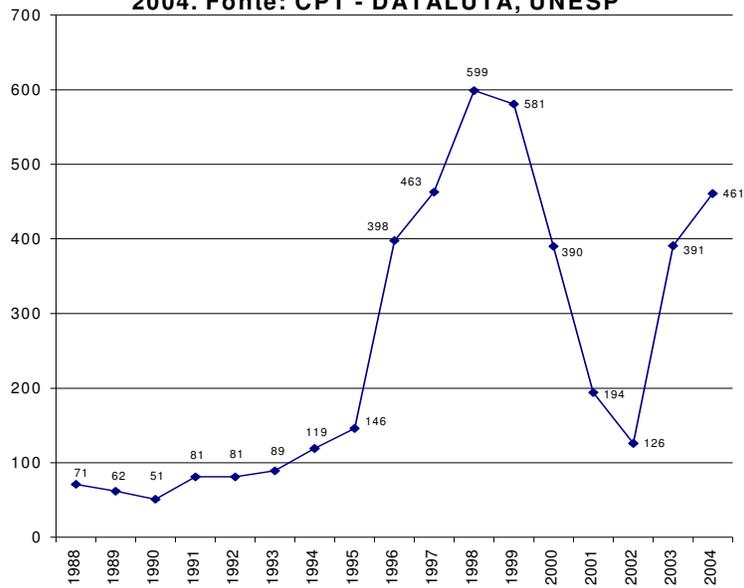
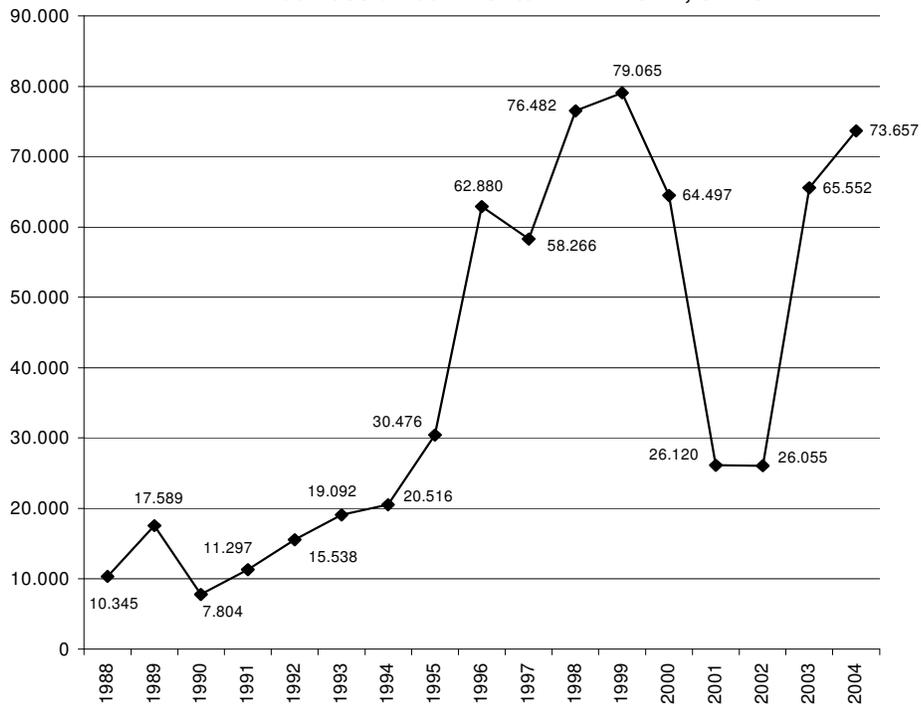
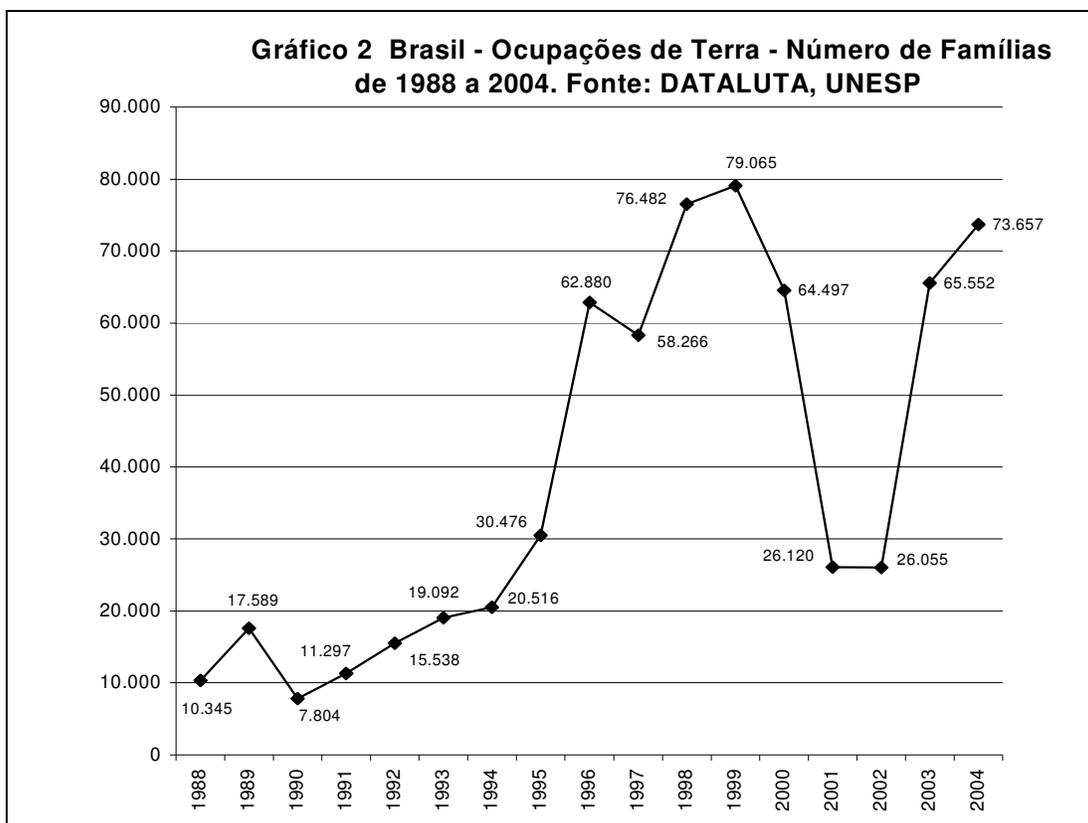


Gráfico 2 Brasil - Ocupações de Terra - Número de Famílias de 1988 a 2004. Fonte: DATALUTA, UNESP





A luta social dos trabalhadores rurais sem terra, principalmente as ocupações dos latifúndios, é luta de resistência contra essa apropriação privada das terras públicas pelo capital e pelos especuladores de terras e contra a manutenção dos latifúndios à revelia da lei. Nos anos 2003-04, em consequência dessas lutas sociais, foram destinadas à política compensatória de assentamentos rurais apenas 1,5 milhões de hectares. Nesses dois anos foram assentadas apenas 35.623 famílias em 2003 e 81.160 famílias em 2004.

No entanto, o desmatamento da Amazônia em 2003 pelas empresas capitalistas foi maior do que os inaceitáveis 25,5 mil km quadrados (2,55 milhões de hectares) estimados pelo governo para o período agosto/2001-agosto/2002¹⁴. Em 2004 manteve-se o mesmo ritmo de desmatamento do ano anterior, ou seja, acima de 2,5 milhões de hectares. Se a essa tendência forem somadas as áreas de desmatamento dos Cerrados, estimado em cerca de 2,2 milhões de hectares ano, se poderá compreender a dimensão do processo de expansão capitalista e dos especuladores de terras e madeiras nessas regiões (Cerrados e Amazônia).

As grandes empresas capitalistas ao se apropriarem dos recursos naturais e da terra desprezam a elevada demanda popular por terra que, segundo o Índice de Aspiração por Terra, era em 2003 de 2,2 milhões de famílias e um público potencial da reforma agrária que se encontra entre 3,3 milhões (pobreza extrema) e 6,1 milhões de famílias¹⁵.

Esse processo histórico e continuado de territorialização dos interesses de classes das classes dominantes sempre enfrentou resistências dos povos indígenas, dos negros

¹⁴ Mendes, Carlos. Desmatamento de florestas preocupa os ambientalistas, in e-mail de 14 de julho de 2003.

¹⁵ Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (2003). Brasília, outubro, mimeo 49 p.

escravizados e dos libertos, dos colonos europeus, dos caboclos e dos camponeses (amplo senso) que já haviam se apropriado de espaços rurais e os transformado em seus territórios. As lutas de resistência sob as mais diversas formas que se revestiram sempre se constituíram explícita ou implicitamente em lutas de classes pela manutenção de seus espaços geográficos como territórios onde autoidentidades sociais populares se afirmaram.

Até o momento atual o Brasil não vivenciou um processo de reforma agrária porque as classes dominantes sempre souberam conduzir o poder político e a repressão policial-militar pública e privada de maneira a que as próprias leis e, mais recentemente, a Constituição de 1988, não fossem respeitadas. E, em função do permanente caráter autoritário e repressivo da suposta democracia política burguesa do país, os movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo quando lutaram para as mudanças de controle de classe sob partes do espaço rural foram devidamente enquadrados criminalmente e alijados socialmente, ora pela força da repressão ora pela força da cooptação política e ideológica.

Sofisma e omissão

Os denominados programas de reforma agrária do governo federal, neste passado recente da história do Brasil, tornaram-se, quando muito, políticas de caráter compensatório e populista. E, sequer foram implantados conforme o previsto ou, quando o foram, rapidamente se esvaíram pela pressão política a favor dos interesses de classe das classes dominantes. Mesmo assim, sempre permaneceram à reboque das ocupações de terras pelos trabalhadores rurais sem terra (ver gráficos adiante).

Devido a esse comportamento orgânico aos interesses dominantes os governos do país ora sofismaram¹⁶ ora se omitiram em relação aos interesses populares. No Governo Lula o sofisma faz-se como mesmice populista para encobrir a frouxidão da política fundiária. A reduzida alocação de verbas para as políticas de assentamentos como neste ano de 2005 quando corta 2 bilhões de reais de um total de 3,7 destinado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, é amostra majestática do sofisma.

Desde FHC, o governo federal transformou a obtenção de terras para os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra num negócio de aquisição de terras, à revelia das proposições e denúncias dos movimentos e organizações sociais populares de luta pela terra. Declinaram do esforço de mudanças necessárias da legislação para que a desapropriação por interesse social tivesse um caráter de interesse público e, portanto, eliminassem os quesitos relacionados com o pagamento das terras improdutivas e em situação ilegal a preços de mercado.

Em maio de 2003 eu afirmei¹⁷, incauto, que diversos setores do empresariado rural contrários ao latifúndio estariam dispostos a contribuir para que se provocasse mudanças na estrutura fundiária do país, mesmo que fizesse a opção pela via conservadora da reforma agrária. Alertava que apesar do Governo Lula não possuir estratégia para desencadear mudanças na estrutura fundiária, pela fluidez com que tratou o assunto em suas propostas gerais de ação como no Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente¹⁸ e, posteriormente, no Projeto Fome Zero¹⁹, um esforço nesse sentido seria

¹⁶ “Sofisma: argumento ou raciocínio falso e capcioso feito de má-fé e com o qual se pretende enganar o adversário; falso raciocínio com aparências de verdade”, cf. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Caldas Aulete. Rio de Janeiro, 1958.

¹⁷ Carvalho, (2003) op. cit p.1.

¹⁸ Programa de Governo 2002, Coligação Lula Presidente, p.28.

possível e teria impacto relevante na distribuição de renda no país e na redução da desigualdade social.

Eu estava equivocado. Não havia percebido que a concepção de mundo neoliberal e, em particular, os interesses do agronegócio burguês já haviam se entranhado no Governo Lula e estabelecido com os latifundiários, os grileiros de terras públicas, os madeireiros extrativistas e o capital multinacional ligado à agropecuária e florestas uma aliança de manutenção e ampliação da apropriação privada das terras devolutas pelo capital. Um pacto político pelo alto havia sido consagrado: as terras devolutas do país estavam e estão, como desde sempre, destinadas ao capital nacional e ao multinacional e aos especuladores sobre terras griladas. Reafirmaram-se, então, as determinantes ideológicas para que esse governo sofismasse sobre a reforma agrária e se omitisse em face da ocupação indiscriminada e inseqüente das terras devolutas dos Cerrados e da Amazônia. E, correlatamente, sobre a água doce.

O resultado não poderia ter sido outro: a política compensatória de assentamentos rurais tornou-se um negócio para dar conta de interesses de momento, ora econômicos ora de matiz essencialmente política, de maneira a evitar as contrariedades que a luta pela terra poderia provocar na consecução dos interesses dos sujeitos sociais fundantes do pacto de apropriação privada das terras (e das águas) do país. Essa política compensatória de assentamentos rurais tem sido coerente com a concepção de mundo neoliberal exercida pelo Governo Lula, na qual a ética e a política são subalternas ao mercado. Todavia, a reforma agrária não é negócio como querem o Banco Mundial, a FAO, o Governo Lula e os latifundiários. A reforma agrária é o resultado social da luta de classes no campo. Essa luta está aí, nas linhas e entrelinhas da luta social no campo.

¹⁹ Projeto Fome Zero. Uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo, Instituto da Cidadania, outubro de 2001, p.86.